Sumário

Metamorfose.....5
Crônica.....22
Formando uma Aliança.....23
Sofrendo um revés..... 31
Recomeçando.....35
Reprimindo os franceses.....41
Sufocando os mexicanos.....45
Rumo à guerra.....51
Aprofundando..... 60
Salvaguardando os Marxistas.....64
Lavagem da Mente.....73
Devastando a Tradição.....79
Preparando o abate.....88
Coletando as Assinaturas.....94
Homens no Topo.....101
Pio XII.....105
João Paulo I.....113
João Paulo II.....120
A Realidade nos Anos Noventa.....134
Anátema.....142
Diáspora.....150
Novo católico, velho católico.....159
Pós-escrito.....169
Fontes.....175
Bibliografia.....176

I

Metamorfose

Em Roma, as horas antes do amanhecer nunca são realmente quentes, mesmo no verão. Era a vigília de Pentecostes e praticamente verão (as grandes festas móveis caíram tarde naquele ano de 1971), quando cerca de quatro mil homens e mulheres de muitas partes do mundo ajoelharam-se durante a noite sobre as frias lajes de pedra abaixo dos degraus da Basílica de São Pedro. No imenso círculo da praça, iluminado apenas de forma tênue por uma lua incerta e algumas lâmpadas elétricas escondidas bem alto entre as colunas envolventes de Bernini, eles teriam parecido, vistos de cima, mesmo em tal número, como pequenas sombras encolhidas.

À frente, como se fosse o objeto de suas orações, a grande fachada, segura no alto de seus trinta e oito degraus, imutável há já quatrocentos anos, suas magníficas pedras sucessoras de pedras mais antigas, que dizem cobrir os ossos do pescador galileu, Simão chamado Pedro. Ali estava o núcleo da Cristandade, a Rocha e o sinal tangível da permanência cristã. Para os peregrinos ajoelhados, a própria escuridão acrescentava dimensão e maravilha ao muro que a Basílica formava, um muro para conter não apenas a aurora que logo surgiria do Oriente, mas um muro para conter todas as falsas doutrinas da terra. Mal um punhado entre a multidão saberia que, já por trás da imponente fachada, um processo de esvaziamento, um consumo gradual de sua força e substância, vinha ocorrendo há mais de meio século, que a Igreja Católica havia sido minada.

Todos sabiam que algo estava errado; caso contrário, não teriam participado da peregrinação. Na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Argentina, nos Estados Unidos, na Austrália, cada um em sua própria paróquia, haviam sido atingidos por mudanças súbitas, por ordens para cultuar de uma maneira estranha e nova. Quase metade dos peregrinos era francesa, tendo chegado em trens fretados de Paris, e todos haviam vindo para suplicar ao Santo Padre que lhes devolvesse a Missa, os Sacramentos e um Catecismo para seus filhos.

Se algum deles tivesse olhado além das colunas e bem alto, à direita, poderia ter distinguido as janelas fechadas dos aposentos papais. Estaria o Papa dormindo? Poderia ele dormir, sabendo que eles estavam ali? De onde se encontrava, os murmúrios das *Aves e dos Padres* das quinze dezenas do rosário não devem ter soado muito mais altos do que o som da água na antiga fonte da praça.

Em latim, um padre francês conduziu uma dezena, um advogado do Canadá a segunda, um agricultor da Baviera a terceira. À meia-noite, todos se levantaram para fazer a "Via-Sacra". Segurando velas acesas, projetavam longas sombras enquanto avançavam em lenta procissão entre as enormes colunas. Sem nenhuma pintura que lhes recordasse o sofrimento de Cristo, ouviam enquanto um jovem, ora de um, ora de outro dos principais grupos linguísticos, lia a descrição de cada "estação".

Quando o ar ficou mais frio, foram providenciadas chaleiras de café quente. Alguém levou copos até os *carabinieri* que estavam sentados em seu Fiat a uma distância discreta. Notou-se que as persianas atrás das quais Paulo VI dormia, ou não dormia, permaneceram firmemente fechadas.

Meses depois, tornou-se conhecido que o bispo que daria voz retumbante à súplica desses peregrinos havia dormido profundamente naquela noite de junho, em uma modesta cela de convento em algum lugar no labirinto de ruas medievais do outro lado do Tibre. No verão de 1971, Monsenhor Marcel Lefebvre, bispo missionário para a África francesa, já dissidente clericalmente, ainda não estava pronto para se declarar publicamente.

Não houve tal hesitação por parte de Paulo VI. Sua recusa categórica em receber os peregrinos "tradicionalistas", ao mesmo tempo em que se mantinha disponível como de costume naquela semana em uma série de audiências privadas, foi uma declaração que ninguém poderia interpretar de outra forma.

Tinha sido cinco ou seis anos antes que cerca de setecentos milhões de católicos romanos espalhados pelo mundo experimentaram o primeiro choque da mudança. Em um determinado domingo do final da década de 1960 (a data variava de país para país), foram à igreja e encontraram o altar, a liturgia, a língua e o ritual totalmente transformados. Rumores chegavam até eles, e praticamente todo católico, desde os paroquianos de Long Island até os fiéis em capelas de telhado de palha no Congo, sabia que reuniões de alto nível estavam acontecendo em Roma. No entanto, nenhuma das informações que haviam obtido por boatos ou mesmo algo que tivessem lido em jornais ou revistas os havia preparado para o que encontraram na igreja naquela manhã de domingo.

Nos meses que se seguiram, o espanto deu lugar à resignação, muito ocasionalmente à satisfação. De vez em quando, porém, havia um clamor intenso, como quando o romancista italiano Tito Casini denunciou seu bispo, o Cardeal Lercaro de Bolonha, que também presidia a Comissão Pontifícia de Liturgia: “Vós fizestes o que os soldados romanos aos pés da Cruz jamais ousaram fazer. Rasgastes a túnica sem costura, o vínculo de unidade entre os fiéis em Cristo, passado, presente e futuro, deixando-a em pedaços.” A carta de Casini correu o mundo em uma dúzia de traduções.

Na Alemanha, o historiador Reinhardt Raffalt escrevia: “Aqueles de outras religiões observam horrorizados enquanto a Igreja Católica descarta aqueles ritos antigos que revestiram os mistérios do Cristianismo com uma beleza atemporal.”

Da Inglaterra veio um apelo apaixonado, quase ressentido, ao Papa Paulo, para que “traga de volta a Missa tal como foi tão magnificamente expressa em latim, a Missa que inspirou inúmeras obras de misticismo, de arte, poesia, escultura e música, a Missa que pertence, não apenas à Igreja Católica e aos seus fiéis, mas à cultura de todo o mundo.” A petição foi assinada por várias dezenas de escritores, artistas, filósofos e músicos baseados em Londres, incluindo Yehudi Menuhin, Agatha Christie, Andrés Segovia, Robert Graves, Jorge Luis Borges, Robert Lowell, Iris Murdoch e

Vladimir Askanazy.

Entre os fiéis, o dissenso começou, como era de se esperar, nos círculos intelectuais da França. Jean Madiran, publicando uma pequena e eficaz revista, *Itinéraires*, já identificava desvios da ortodoxia durante as primeiras sessões do Concílio. Escrevendo no jornal de Madiran, o economista político Louis Salleron perguntou se a Igreja estava se tornando ariana, numa referência à grande onda de heresia do século IV.

Ele havia notado uma persistente diminuição da importância de Cristo, implícita na tradução francesa recém-publicada da versão do Credo apresentada pelo Concílio. A partir daí, os filósofos Étienne Gilson e Gustav Thibon uniram-se ao romancista François Mauriac para levantar a questão em uma carta aberta aos bispos da França.

Assim, mesmo antes do encerramento do Concílio Vaticano II, um público considerável na França já havia tomado consciência da extensão da transformação. O jovem padre Georges de Nantes começara a publicar um boletim ousadamente intitulado *La Contre-Réforme Catholique*. Surgiram também *A Heresia do Século XX*, de Madiran, e *Subversão na Liturgia*, de Salleron, junto com uma importante obra do filósofo belga Marcel de Corte. Definindo as novas orientações como “uma degradação espiritual mais profunda do que qualquer coisa que a Igreja tenha experimentado na história, uma enfermidade cancerosa na qual as células se multiplicam rapidamente para destruir o que é saudável na Igreja Católica”, ele as chamou de “uma tentativa de transformar o reino de Deus no reino do Homem, de substituir à Igreja consagrada ao culto de Deus, uma Igreja dedicada ao culto da humanidade. Esta é a mais terrível, a mais horrenda das heresias.”

Enquanto isso, um vigário de aldeia na Borgonha, Louis Coache, formado em Direito Canônico, publicava um periódico fortemente crítico que chamou de *Cartas de um Padre do Interior* e estava revivendo um costume local há muito em desuso: a procissão de *Corpus Christi* ao ar

livre. Pessoas começaram a chegar as centenas de toda a França à pequena cidade de Monjavoult, nas férteis terras da Borgonha, para caminhar em procissão solene atrás da Sagrada Hóstia em sua reluzente custódia, cantando e rezando, enquanto diáconos balançavam turíbulos e meninas espalhavam flores ao longo do caminho. Na terceira procissão de *Corpus Christi*, o bispo do padre Coache (como no caso de Joana d'Arc, era o Bispo de Beauvais) já estava cansado do jornalismo crítico e das devoções consideradas ultrapassadas. Ordenou o fim das celebrações e suspendeu o abade "*a divinis*". Sob essa proibição, os sacerdotes são impedidos de exercer suas funções sacerdotais. Não se deixando intimidar, o padre Coache não apenas continuou a celebrar a Missa, como também fundou uma casa de retiro na cidade próxima de Flavigny. A participação francesa na peregrinação a Roma em 1971 deu-se em grande parte graças ao padre Coache, e foi ele, cinco anos depois, quem convenceu o já idoso Monsenhor Ducaud-Bourget e sua comunidade a realizar a dramática ocupação da igreja de São Nicolas do Chardonnet, em Paris.

Já no final da década de 1960, a revolução, há tanto tempo em fase de minoração, estava claramente em curso. Tratava-se de uma operação relativamente suave, graças ao fato de ter sido conduzida não por inimigos declarados da Igreja, mas por seus próprios devotos. Ao contrário da quase tomada do século XVI, com seu clamor violento por ruptura, a transformação do século XX foi realizada em relativo silêncio, por meio de uma combinação ordenada de memorandos técnicos, relatórios de situação, agendas de conferências, projetos curriculares, todos circulando por comitês, comissões, grupos de trabalho, sessões de estudo, discussões e diálogos. Uma vez iniciado o Concílio Vaticano II, a transformação foi promovida assiduamente em artigos, coletivas de imprensa, entrevistas, exortações e encíclicas, tudo em uma atmosfera de prudência e discrição eclesiástica.

Concluído o Concílio, foi a vez dos comentadores. Em rápida sucessão, na Europa e na América, artigo após artigo, livro após livro, surgiram tentando explicar o que havia acontecido. Relatos admiravelmente

detalhados de cada sessão do Concílio afirmavam identificar o momento exato em que cada uma das mudanças havia sido implementada.

Grande parte da escrita foi feita por teólogos liberais e leigos que exaltavam o que chamavam de “a grande obra de abrir a Igreja ao mundo”. Escreveu-se ainda mais por conservadores que, embora em geral aceitassem a legitimidade do Vaticano II, procuravam mostrar como suas intenções dignas haviam sido deturpadas. Esses autores eram particularmente duros com o que chamavam de “o Grupo do Reno”, um conjunto de cardeais, bispos e seus *periti* de mentalidade liberal, vindos principalmente do norte da Europa, que, segundo se alegava, dominavam os debates, monopolizavam a atenção da mídia, acabando por influenciar a maioria silenciosa dos Padres conciliares a votar de acordo com a linha “progressista”. Os comentadores que passaram a ser chamados de “tradicionalistas” tendiam a rejeitar o Concílio por completo, afirmando ver nele uma tentativa de destruir a Igreja.

Em toda essa produção escrita, o Concílio Vaticano II (“o Concílio do Papa João”, como diziam) era o protagonista. O que aconteceu na Basílica de São Pedro entre outubro de 1962 e dezembro de 1965 era toda a história. O próprio Vaticano incentivou essa ideia e continua a incentivá-la, julgando praticamente todos os problemas que surgem “segundo o Concílio”, chegando até a referir-se, por vezes, à “Igreja Conciliar”. Num sentido bem real, os documentos do Vaticano II tornaram-se a nova Sagrada Escritura.

É com essa inflação artificial da importância do Concílio Vaticano II que o presente estudo se afasta tanto dos autores da direita quanto dos da esquerda, e também da pretensão do Vaticano, pois, como escreveu o bom amigo do Papa Paulo, o homem de letras francês Jean Guitton, no *L’Osservatore Romano*: “Foi muito antes do Concílio que novas formas de espiritualidade, missão, catecismo, linguagem litúrgica, estudo bíblico e ecumenismo foram propostas. Foi muito antes do Concílio que um novo espírito nasceu na Igreja.”

Foi, de fato, muito antes. Apesar de todo o impacto que causaram, a

visão e o som de novas formas de culto, tão surpreendentes para católicos e não católicos no final da década de 1960, eram apenas as ondas distantes de uma explosão detonada um quarto de século antes.

Teólogos jesuítas apontam para 29 de junho de 1943 como o dia do "big bang". O padre Virgilio Rotondi, S.J., editorialista da *Civiltà Cattolica*, voz semi-oficial do Vaticano, mostrava-se entusiasmado: "Todos os homens honestos, e todos os homens inteligentes que são honestos, reconhecem que a revolução ocorreu com a publicação da encíclica de Pio XII, *Mystici Corporis*. Foi então que se lançaram as bases para o 'novo tempo' do qual surgiria o Concílio Vaticano II."

Como jesuíta do "novo tempo", o padre Rotondi, na década de 1970, naturalmente apontava com orgulho para o acontecimento histórico que ele e seus colegas viam como a culminação bem-sucedida de uma agitação que ocorria dentro da Companhia havia meio século, começando com o convertido anglicano George Tyrell e prosseguindo, cada vez mais abertamente, com as desconcertantes fantasias de Pierre Teilhard de Chardin.

Um colega jesuíta, Avery Dulles, explica a natureza da explosão. "Até junho de 1943, o modelo jurídico e societário da Igreja estava em tranquila posse, mas então foi subitamente substituído pelo conceito de corpo místico." A designação não era nova. Já havia sido apresentada aos Padres do Primeiro Concílio do Vaticano setenta anos antes. Eles a rejeitaram de imediato, com o argumento de que era "confusa, ambígua, vaga e inadequadamente biológica".

De fato, foi a crescente proliferação de todo um conjunto de conceitos teológicos nebulosos que levou Pio IX a convocar um concílio em primeiro lugar. Uma vez reunidos, os bispos de 1870 expuseram suas posições sobre a natureza da Igreja em termos inequívocos. "Nós ensinamos e declaramos que a Igreja possui todas as características de uma verdadeira sociedade. Cristo não deixou essa sociedade sem uma forma definida. Antes, Ele próprio lhe deu existência, e Sua vontade determinou sua constituição. A Igreja não é parte nem membro de qualquer outra sociedade. Ela é tão

perfeita em si mesma que se distingue de todas as outras sociedades e se eleva muito acima delas.”

O homem que governava a Igreja no ano de 1943 falava uma linguagem diferente. Ele dizia não poder “encontrar expressão mais nobre e sublime do que a expressão ‘corpo místico de Cristo’.” Os católicos concordavam. A expressão, usada em um sentido pastoral, não jurídico, pode ser remontada a São Paulo. Considerada irremediavelmente antiquada pelos teólogos progressistas de hoje, ela permanece cara aos católicos conservadores. Que ela já não é útil ao Vaticano pós-Conciliar torna-se claro ao se ler a recente encíclica de João Paulo II, *Ut Unum Sint*. Referindo-se à Igreja uma ou mais vezes em cada uma das 114 páginas do texto, ele não utiliza sequer uma vez o termo “corpo místico”.

Enquanto, na realidade, a carta papal da década de 1940 tendia a rebaixar Deus, ao mesmo tempo em que elevava Suas criaturas, a concepção atual de que o termo é “exclusivo” faria com que ele se tornasse inútil para promover o principal objetivo de *Ut Unum Sint*, o apelo para que os católicos deem as mãos aos não católicos naquilo que chama de “a busca da verdade”, como se a Revelação nunca tivesse ocorrido, ou ao menos como se nem o Papa de Roma nem seus centenas de milhões de fiéis jamais tivessem ouvido falar dela.

Raramente encontrada na literatura católica antes de 1943, e de modo algum como imagem da Igreja na liturgia, a expressão “corpo de Cristo” significava, para São Paulo, simplesmente os cristãos de seu tempo. Três séculos depois, Santo Agostinho utilizou o termo paulino, acrescentando ao “corpo” todos os justos desde Abel. Para São Tomás de Aquino, as palavras significavam “os católicos vivos em estado de graça”. Ao que parece, o que levou Pio XII a conferir ao termo um estatuto quase canônico, elevando-o a “místico”, foram os escritos de um contemporâneo, Emile Mersch.

Contornando as objeções levantadas no Primeiro Concílio do Vaticano, esse jesuíta belga apresentou um novo conceito ao identificar a

Igreja com o corpo humano, acrescentando-lhe, como faria a encíclica, duas Pessoas da Santíssima Trindade. Na analogia, Nosso Senhor é tomado como a cabeça, os papas e bispos como os ossos e ligamentos, o Espírito Santo como a força vital. Embora hoje seja difícil encontrar isso impresso, sabe-se que um número considerável de teólogos, em 1943, ecoou os protestos do Vaticano I, apontando um afastamento da realidade nessa divinização da Igreja e a inadequação das referências biológicas.

e a afirmação dos neo-jesuítas da *Civiltà Cattolica* de que a encíclica de Pacelli abriu o caminho para o Vaticano II parecer exagerada, considere-se o fato de que, até então, o Magistério havia insistido que Deus era Deus e que nós éramos Suas criaturas, sendo os cristãos, entre nós, o grupo ou corpo de Cristo. O corpo que Pio XII concebeu deveria ser grafado com maiúscula e elevado a um status místico, uma vez que ele declarou que continha Deus Filho e Deus Espírito Santo.

Por que os ainda ortodoxos Padres do Concílio de 1870 rejeitaram esse arranjo arbitrário entre Deus e o homem? Porque ele reduzia o Deus transcendente ao Deus imanente, a antiga heresia. Sem essa redução como base para novas atitudes, a aceitação, vinte anos depois, de mudanças radicais teria sido impensável. O conceito de corpo místico diviniza os homens em consonância com a falsa promessa que a Maçonaria sempre ofereceu. A literatura maçônica está repleta de referências à "centelha divina que existe em cada um de nós". Como afirmou a satanista maçônica Elena Blavatsky: "quanto mais polido o espelho, mais clara a imagem divina". E Paulo VI, no Natal de 1960: "Estais procurando Deus? Vós o encontrareis no homem!"

A *Everyman's Encyclopedia* (1958) toma da *Pascendi* de Pio X definições precisas: "Imanência é um termo filosófico usado para designar o conceito de que a Divindade permeia o universo, que Sua existência se expressa apenas pelo desenrolar do cosmos natural. Opõe-se ao transcendentalismo, que ensina que a Divindade possui uma existência separada do universo, o qual é apenas uma expressão secundária de Sua

atividade.”

A adulteração da transcendência de Deus Todo-Poderoso, ainda que “de modo nobre e sublime”, levou freiras de Chicago a dançarem ao redor de um caldeirão negro em culto a uma “mãe terra”, e o cardeal Ratzinger, Prefeito da Doutrina da Fé, a chamar de “sem sentido” as visitas ao Santíssimo Sacramento. Que o sacerdote ou leigo médio da década de 1940 tenha percebido que algo importante estava acontecendo com a Igreja por ocasião da publicação de *Mystici Corporis* pode ser descartado. Em tempos normais, encíclicas papais são estudadas por teólogos, lidas por um número limitado de bispos e sacerdotes e apenas folheadas por assinantes de periódicos religiosos.

Para o estudioso sério de teologia, porém, era claro que a expressão “corpo místico”, na mente do Papa Pio XII, ia muito além de uma simples designação piedosa. Tal como ele a utilizou na encíclica, a expressão arrancava a Igreja de seu caráter institucional de quase dois milênios, deixando de lado sua identidade antiga para lançá-la em direção ao futuro.

Quase imediatamente, a encíclica do Papa Pacelli deu origem a uma nova disciplina intelectual, a eclesiologia. A palavra “eclesiologia”, que até 1943 significava o estudo da arquitetura e da arqueologia eclesiástica, passou a ser adotada para designar o estudo de como a Igreja se vê a si mesma. Por mais de mil e novecentos anos não houve nome para tal estudo, porque tal estudo simplesmente não existia. A Igreja Católica Romana sabia o que era, assim como a hierarquia, o clero e os fiéis. Subitamente confrontados com a nova imagem indicada na encíclica, pareceu urgente questionar o que a Igreja realmente acreditava ser. Da noite para o dia, um novo tipo de teólogo, o eclesiologista, precisou ser inventado e instalado nos seminários, universidades e nas equipes editoriais de publicações católicas.

Muito em breve, esses estudiosos perceberam que tinham mais do que suficiente a fazer. A transição abrupta de Sociedade Perfeita para Corpo Místico revelou-se apenas o começo. Não demorou para que essa primeira

mudança de paradigma, usando o jargão dos eclesiologistas, desse lugar a outra. “Muito em breve”, escreve o Pe. Dulles, “os eclesiologistas se perguntavam: ‘o Corpo Místico é uma pura comunhão de graça ou é visível? Talvez o termo Povo de Deus não seria mais apropriado?’”

Dulles continua explicando que mal o termo Povo de Deus havia sido aceito (foi o favorito no Vaticano II) quando o influente dominicano francês Yves Congar apontou sua fraqueza: “Não soa egoísta, monopolista? Que tal chamar a Igreja de Mistério?” Foi então que o jesuíta Pe. (mais tarde Cardeal) De Lubac, da Universidade Gregoriana, optou por designar a Igreja como um Sacramento. Seu raciocínio? “Se Cristo é o Sacramento de Deus, então a Igreja é o Sacramento de Cristo.” Sem se importar com o fato de que os católicos foram ensinados desde tempos imemoriais que existem apenas sete sacramentos e que nem a Igreja nem Cristo são um deles.

Os não católicos começaram a entrar no jogo do paradigma. Karl Barth, o calvinista suíço a quem Pio XII certa vez apontou como seu teólogo favorito, sugeriu que os católicos chamassem sua Igreja de Arauto da Palavra, enquanto os radicais protestantes, Harvey Cox e Dietrich Bonhoeffer, recomendaram que a Igreja de Roma fosse chamada de Servo.

Os jesuítas, normalmente imperturbáveis, ficaram alarmados. Seus eclesiologistas não conseguiam encontrar precedente para a imagem do Servo nas Sagradas Escrituras. Além disso, objetavam, a conotação de servilismo não apresentaria certas ambiguidades? De fato, da Sociedade Perfeita “muito acima de todas as outras” até a Igreja-como-Servo, os teólogos haviam percorrido um longo caminho e, nesse processo, assim como os Padres do Vaticano I haviam previsto, dilapidaram a identidade da Igreja Católica Romana.

Avery Dulles admite: “A Igreja contemporânea é marcada por mudanças de paradigma, de modo que nos deparamos com fenômenos de polarização, incompreensão mútua, incapacidade de comunicação, frustração e desânimo. Quando o paradigma muda, as pessoas de repente sentem o chão ser arrancado debaixo de seus pés. Não podem começar a

falar a nova linguagem sem já se comprometerem com um conjunto inteiro de valores que podem não ser do seu agrado. Então, encontram-se gravemente ameaçadas em sua serenidade espiritual.”

Dulles é um sacerdote dirigindo-se a sacerdotes. Enquanto os detalhes das confusas mudanças dificilmente chegam ao homem ou à mulher do povo, pelo menos não até que outro venha para ocupar seu lugar, os fiéis estão apenas dolorosamente conscientes do que pode acontecer à serenidade espiritual de seus pastores, ao observarem a ampla deserção do clero. Nos Estados Unidos, estima-se que cerca de dez mil sacerdotes e até cinquenta mil religiosos e religiosas tenham abandonado suas vocações. Metade dos aproximadamente quinhentos seminários foi fechada e a idade média do clero ultrapassa os sessenta anos.

As deserções sacerdotais continuam em todo o mundo em cerca de quatro mil por ano. Na França, que antes registrava em média mil ordenações anuais, hoje há menos de cem. Assim como a serenidade desapareceu do sacerdócio, também os fiéis desapareceram das igrejas. Em Paris, a frequência à Missa caiu para 12% da população. Mesmo na tão católica Espanha, apenas 20% dos cidadãos frequentam regularmente a Missa dominical, e somente 3% dos sacerdotes têm menos de 40 anos de idade. Segundo o National Opinion Research Center, sediado em Chicago, a queda no número de católicos praticantes entre os anos de 1972 e 1973 pode muito bem ter constituído o colapso mais dramático da devoção religiosa em toda a história do Cristianismo.

A teoria é espúria e completamente desvinculada da realidade. Os verdadeiros crentes assumem qualquer disciplina. A história mostra que eles podem suportar a falta de igrejas, sacerdotes e sacramentos, enfrentar fortes doses de perseguição e até encarar o martírio. O que não conseguem suportar é a remoção das certezas espirituais. As provocações dos de fora podem fortalecer sua fé, mas quando as provocações, as dúvidas, vêm de dentro, sua crença e, consequentemente, sua força, vacilam. Ao primeiro indício de dúvida por parte de seus mestres, que jovem não começará a se perguntar se possui o tipo de fé necessário para sustentar a vida sacerdotal?

As exigências do celibato, de repente, parecem difíceis demais.

O que a adulteração da tradição fez aos católicos foi privá-los de sua Igreja-enquanto-Instituição, aquela estrutura sólida e antiga com a qual contavam como apoio na delicada tarefa de crer e na difícil tarefa de viver como católicos. Eles se encontram despojados, não por causa de limites impostos, mas pela ausência deles.

Os homens e mulheres que vieram a Roma em 1971 para rezar durante toda a noite diante da Basílica de São Pedro estavam rezando para que a estrutura fosse mantida e para que os decretos debilitantes do Vaticano II fossem revogados. Assim como os autores que, na época, publicavam livros e artigos, eles pensavam que todo o problema estava no Concílio. A ideia de que uma encíclica publicada vinte e oito anos antes pudesse ter abalado a serenidade espiritual em todo o mundo, de que seu autor pudesse ter sido o Papa que eles veneravam acima de todos os outros, lhes pareceria totalmente inacreditável.

Na esperança de tornar o aparentemente inacreditável não apenas crível, mas evidente, este estudo ignorará o Concílio Vaticano II como causa e o tratará como efeito, o efeito inevitável de uma linha de ação deliberada e obstinada iniciada décadas antes de João XXIII convocar os bispos do mundo para se reunirem. Seu chamado será visto não tanto como um convite à consulta, mas como uma exigência de assinaturas. Com muitas das transformações já em vigor e muitas das outras bem desenvolvidas no papel, a recepção de João à longa e lenta procissão de prelados de altas mitras naquela manhã de outubro de 1962 será vista como a consumação de um empreendimento prolongado e persistente.

Em perspectiva, o Concílio parece ter sido uma forma de trazer a hierarquia a Roma para lhes mostrar o que já estava acontecendo, dar-lhes a satisfação de uma participação muito limitada e, então, exercer forte pressão moral sobre eles para que colocassem seus nomes em todos e cada um dos documentos provenientes das deliberações habilmente conduzidas.

As assinaturas eram de suma importância, pois confeririam credibilidade às transformações, tornando assim mais fácil para os bispos enfrentar seus fiéis quando retornassem com um saco cheio de novidades.

Que o Concílio Vaticano II seja o ponto de partida para tantos comentaristas é compreensível. Embora um exame dos acontecimentos de anos anteriores tornasse fácil para eles captar os fios da mudança, isso também significaria ter de confrontar a figura de Eugenio Pacelli, Papa Pio XII, uma perspectiva desconfortável tanto para liberais quanto para conservadores. Para a Esquerda, com o passar dos anos, se não já em vida, Pacelli é um arquiconservador, lamentavelmente pouco esclarecido e provavelmente antissemita. Para a Direita, a esta distância, um santo. Em ambos os casos, sua vida e sua obra acabaram sendo recobertas por mitos piedosos e ímpios.

Provavelmente nenhum papa na história foi tão incompreendido. Ele foi reverenciado e desprezado, amado e odiado por tudo aquilo que nunca fez e nunca foi. Nenhum papa na história fez tanto para transformar a Igreja; ainda assim, os conservadores católicos o consideram o último firme pilar da ortodoxia. Nenhum papa na história fez tanto pelos judeus; ainda assim, autores judeus continuam a acusá-lo de indiferença diante de seu destino. Nenhum papa fez tanto para favorecer os marxistas; ainda assim, é celebrado no Ocidente como um herói anticomunista da Guerra Fria.

Em seus longos anos como diplomata do Vaticano, quando foi pioneiro no que veio a ser chamado de *Ostpolitik*, em sua década como Secretário de Estado de Pio XI, em seus quase vinte anos como Sumo Pontífice — a serem prolongados através do pontificado de seu protegido e herdeiro escolhido, Giovanni Battista Montini —, a obra de Pio XII abrangeu quase um século.

Se os fatos da transformação da Igreja devem ser apresentados com honestidade, então os fatos da contribuição de Pacelli para eles terão de fazer parte desse relato. Há material abundante disponível. Com a Segunda Guerra Mundial há tanto tempo encerrada, arquivos americanos e alemães

foram abertos e memórias de figuras importantes da época vêm sendo publicadas. O sigilo do Vaticano, contudo, pode ser — e frequentemente é — eterno. Foi apenas a acusação contra Pio XII a respeito de sua suposta indiferença em relação aos judeus que levou à abertura de uma seção limitada dos Arquivos do Vaticano a quatro estudiosos jesuítas na década de 1970. Com ou sem a cooperação do Vaticano, porém, ainda existe uma vasta quantidade de material sobre Pacelli disponível, suficiente para deixar apenas os imprudentes dispostos a continuar se agarrando aos velhos mitos.

Admitindo que Eugenio Pacelli foi um gigante entre os papas e que seu período de atividade foi excepcionalmente longo, pode-se perguntar o que um papa tem a ver com revolução. No caso da Igreja Católica Romana, tudo. Embora seja difícil encontrar um movimento de guerrilha — sejam as Brigadas Vermelhas italianas ou o Sendero Luminoso peruano — que não tenha sido inspirado e dirigido por estudantes e professores universitários, na Igreja, com sua estrutura hierárquica inflexível, o topo intelectual, o nível em que se movem os teólogos, não é alto o suficiente.

Qualquer mudança na doutrina ou na prática deve vir do próprio topo, do próprio papado. Não há outra maneira.

Embora Eugenio Pacelli tenha sido a figura dominante no processo de minar a estrutura, ele não estava sozinho. Outros quatro italianos compartilharam seu empreendimento. Giacomo Della Chiesa, Angelo Roncalli e Giovanni Battista Montini foram papas, enquanto Pietro Gasparri, como Secretário de Estado, conduziu sua fase da operação como se o fosse. O que os cinco realizaram não foi pouca coisa: a transformação do maior corpo religioso do mundo, um corpo que havia permanecido praticamente inalterado por quase dois mil anos.

Inalterada, ela havia resistido à grande ruptura de quatrocentos anos antes, chegando mesmo a ganhar com o golpe uma certa força, por meio de uma redefinição forçada de sua própria identidade. O choque protestante foi uma separação. O que aconteceu em nossos dias não foi uma ruptura, mas antes uma transformação interna, algo muito mais drástico. Medida em relação ao que fora considerado a identidade católica por dezenove séculos,

a Igreja minada de hoje é algo inteiramente novo. Embora as estruturas externas de seu volume reduzido tenham se tornado mais rígidas do que nunca, houve um esvaziamento de quase todas as antigas verdades que haviam sido sua vida.

Minar, diz o dicionário, refere-se à "remoção de um fundamento por meios clandestinos". No que diz respeito ao católico comum, aquilo que lhe foi tirado de sua Igreja foi de fato retirado de maneira clandestina, embora nem todo o sigilo tenha sido deliberado. Mudanças que ocorriam sob a orientação papal entre os círculos clericais simplesmente não eram compartilhadas nem divulgadas, enquanto os fiéis, privados de modo constante do ensino teológico, tendiam cada vez mais a recorrer à própria piedade — algo que os agentes da transformação tinham o cuidado de não perturbar. Como resultado, até que a primeira luz da mídia fosse lançada sobre as sessões do Concílio, o católico comum permaneceu alheio ao fato de que uma revolução havia ocorrido. Sua reação natural, uma vez imposta a Nova Missa, foi supor que fora o Concílio que mudara as coisas.

Os doze episódios a seguir, em uma cronologia de seis décadas, tentarão pela primeira vez ligar entre si a cadeia de movimentos do Vaticano — alguns clandestinos, outros abertamente proclamados — que forjaram a estranha Nova Igreja Católica.

II

Crônica

1903 - 1963

Formando uma Aliança

Se a revolução católica não nasceu nas sessões do Concílio Vaticano II, tampouco se pode dizer que tenha se originado, como afirma o Pe. Rotondi, em 1943 com *Mystici Corporis*. Embora a Igreja, em certo sentido, estivesse sob estado de sítio desde a Revolução Francesa, os primeiros impulsos destinados a levar o Papa Pio XII a formular sua grande mudança de paradigma podem ser rastreados até a virada do século.

Era um período em que o mundo parecia extraordinariamente orgulhoso de si mesmo. Uma relativa paz e prosperidade haviam se prolongado por mais tempo do que muitos homens conseguiam lembrar. Enormes impérios haviam se espalhado pelo mundo e funcionavam mais ou menos satisfatoriamente, enquanto os homens de ciência acumulavam promessas generosas para o futuro. É verdade que já havia alguns sinais claros de tragédia à frente — no assassinato de um presidente americano, de uma imperatriz austríaca e de um rei italiano —, mas Vladimir Lenin ainda meditava sobre os jornais da tarde em um café de Zurique, o imperador enlutado ainda assistia à Missa ajoelhado todas as manhãs no Hofburg, e seus dedicados vienenses ainda giravam ao som das valsas de Johann Strauss.

Os primeiros anos do século XX foram relativamente favoráveis para a Igreja Católica, apesar de duras investidas de anticlericalismo por parte dos governos da Itália e da França. Enquanto o trabalho missionário das ordens religiosas francesas e belgas mal havia começado na África, a presença da Igreja no restante do mundo distribuía-se de modo muito semelhante ao de hoje. Embora o Papa Leão XIII, assim como seu predecessor Pio IX, insistisse em dizer que era um “prisioneiro no Vaticano” em protesto contra a tomada dos Estados Pontifícios pela Itália insurgente, ele havia alcançado a idade de noventa anos após um reinado notavelmente produtivo, pouco frustrado por sua condição de cativo.

Ele havia conduzido com vigor um programa de reforma dos seminários, aberto a Biblioteca do Vaticano aos estudiosos, fundado uma comissão para os estudos bíblicos e publicado cinquenta encíclicas, sendo as mais marcantes *Humanum Genus*, uma denúncia franca da Maçonaria, e *Rerum Novarum*, na qual delineou a posição da Igreja sobre as relações de trabalho.

Vivos e ativos, quando o novo século começou, estavam os cinco italianos que, ao longo das décadas seguintes, assumiriam a tarefa de transformar a Igreja Romana. O mais velho entre eles era Pietro Gasparri, 48 anos, o napolitano que se tornaria Secretário de Estado tanto de Bento XV quanto de Pio XI. Giacomo Della Chiesa, o genovês que reinaria como Bento, tinha 46 anos; Eugenio Pacelli, 24, um romano recém-ordenado, tornar-se-ia Pio XII. Havia dois lombardos, Angelo Roncalli, o futuro Papa João XXIII, e Giovanni Battista Montini, então com três anos de idade, que se tornaria Paulo VI.

Já as vidas dos quatro homens e, por meio de seus pais, a da criança, estavam ligadas entre si. Com o passar dos anos, suas carreiras se entrelaçariam no que poderia ser visto como uma espécie de esforço de equipe, que lhes seria de grande ajuda prática em seu empreendimento incomum. Uma “conspiração”? O termo é demasiado fácil, com seus tons melodramáticos, e demasiado simplista por não levar em consideração o fato de que cada um desses homens, vindos das famílias de que vieram, tendo recebido a formação que receberam e submetidos às influências a que foram submetidos, não poderia, a menos que ocorressem cinco grandes milagres, ter agido de maneira diferente daquela como agiu.

Digamos que eles compartilhavam a mesma visão, e que essa visão era a de um novo tipo de Igreja Católica. Não eram, contudo, os únicos homens de seu tempo a sustentar tal visão; porém, em razão do poder que cada um deles viria a exercer, seriam eles os seus executores. Um após o outro, em rápida sucessão, passariam a ver, a princípio lentamente, sua visão tomar forma. Seu desenvolvimento acelerado os sustentaria por mais

de meio século, até os últimos anos do último dos cinco, quando as estatísticas começaram a mostrar que o sonho estava se transformando em um pesadelo, e o Papa Montini, pouco apto para carregar tal fardo, desabou em lágrimas.

Sobre Montini, o mais fraco dos cinco, e sobre Pacelli, o mais forte, recaiu a maior pressão. O material biográfico revela um paralelismo impressionante nas primeiras fases da vida dos dois homens. Cada um foi escolhido, educado e promovido por seus pais e por influentes amigos de seus pais dentro do Vaticano, para se tornar papa com a mesma certeza com que um príncipe herdeiro é preparado para se tornar rei. Tanto a família Pacelli quanto a Montini estavam há muito ligadas aos assuntos do Vaticano. O avô de Eugenio, Marcantonio, havia se mudado para Roma no início do século vindo da Província de Viterbo, quando seu irmão Ernesto, **membro da firma bancária Rothschild**, **se encarregou de facilitar um empréstimo considerável aos Estados Pontifícios sob o Papa Gregório XVI**. Ernesto permaneceu para estabelecer os primeiros escritórios do Banco di Roma, enquanto Marcantonio se tornou o conselheiro jurídico de confiança tanto de Gregório quanto de seu sucessor, Pio IX, chegando por fim a acompanhar este último ao exílio na cidade costeira de Gaeta, quando a agitação política em Roma parecia ameaçadora.

A ligação com os Rothschild logo deu origem à quase certeza de que a família bancária Pacelli, assim como os Montini, era de origem judaica.

A instigação de agitações nos Estados Pontifícios, justificável ou não, deve ser atribuída aos chefes da Maçonaria italiana. Assim como os protestantes do século XVI eram ex-católicos convencidos de terem encontrado uma maneira melhor de prestar culto, também os maçons que atormentaram os países católicos com movimentos e governos anticlericais ao longo do século XIX eram ex-católicos, convencidos de terem encontrado uma maneira melhor de viver e de organizar a sociedade. Nos países católicos, particularmente na Itália e na França, as linhas nem sempre eram claramente definidas. Sabe-se que, na época da Revolução

Francesa, centenas de franceses acrescentaram um juramento maçônico aos seus votos sacerdotais e, segundo numerosas fontes maçônicas, o Pe. Mastai-Ferretti, que viria a se tornar o Papa Pio IX, foi admitido na Loja Eterna Catena de Palermo em 1837, aos 46 anos de idade. Dez anos depois, como Papa, ele concedia uma anistia geral aos mais revolucionários de todos os membros da Irmandade, os *Carbonários*,e interrompia o trabalho de Jacques Cretineau-Joli, S.J., a quem Gregório XVI havia ordenado investigar a atividade maçônica nos Estados Pontifícios. A Monarquia Austríaca, ciente da orientação de Mastai-Ferretti, havia tentado impedir sua eleição quando, inesperadamente, ela foi levada a efeito com rapidez.

O que quer que tenha ocorrido com o pensamento de Pio IX durante os dois anos de exílio, foi suficiente para fazê-lo retornar ao Vaticano um homem transformado. A partir de então, ele se dedicaria à defesa da Igreja contra seus inimigos e de seus Estados contra a subversão. Père Cretineau-Joly foi reintegrado. *Pio Nono*, como os italianos o chamavam com afeto, viveu para convocar o Concílio Vaticano de 1870, que hoje passou a ser chamado de “Primeiro”.

Ao retornar de Gaeta, Marcantonio Pacelli deixou o lado do Papa para se juntar aos fundadores do jornal do Vaticano, *L’Osservatore Romano*. Assim como ocorreria, anos mais tarde, com a criança Montini, Eugenio, neto de Marcantonio, não foi autorizado a frequentar a escola. Considerado frágil demais (como também se diria do pequeno Montini), foi educado em casa até os últimos anos do ensino secundário, quando recebeu um diploma do Liceo Visconti, conhecido entre os romanos como o centro educacional estatal mais hostil à Igreja em toda a cidade.

Eugenio Pacelli tinha apenas dois anos quando seu pai o levou ao leito do moribundo Pio IX, que teria dito: “Eduque bem este pequeno filho para que um dia ele sirva à Santa Sé.” O sucessor de Pio IX, Leão XIII, deu continuidade à tradição de que os Pacelli eram uma “família do Vaticano”, levando Eugenio, já formado no ensino secundário, para colocá-lo sob os cuidados especiais de seu Secretário de Estado, o Cardeal Rampolla. “Faça

dele um bom diplomata", foi a ordem do Papa. Mais uma vez, o jovem não levaria uma vida escolar normal. A formação sacerdotal prosseguiu de forma privada até os dois últimos anos de estudo, quando o Cardeal convenceu o Reitor do Istituto Capranica a aceitar seu protegido como aluno externo.

Se a escolha da família Pacelli pelo Liceo Visconti já havia sido algo incomum, a escolha do Cardeal pelo Capranica foi surpreendente. Na década de 1890, esse seminário era conhecido em toda a Itália como o centro de um tipo de radicalismo teológico que logo passaria a ser rotulado de "Modernismo". Até os dias de hoje, a instituição mantém essa reputação, tendo celebrado o "Abade Vermelho" Franzoni após sua suspensão *a divinis* na década de 1970 e Ivan Illich, do CIDOC, enquanto vizinhos continuam a reclamar de comemorações que atravessam a noite e se espalham pelas antigas ruas escuras a cada grande triunfo da esquerda, desde a vitória do aborto no Parlamento italiano até os resultados de referendos no Chile. Embora as coisas fossem certamente bem mais contidas no final do século passado, o ensino heterodoxo pode muito bem ter sido mais sério.

O conteúdo da formação privada oferecida ao futuro Pio XII talvez jamais venha a ser conhecido; no entanto, sua escassa escolarização em isolamento e a inclinação revolucionária das instituições que frequentou resultaram em uma preparação peculiar para uma carreira na hierarquia católica. Como Papa, ele permaneceria fiel ao Capranica, realizando uma de suas raríssimas saídas do Vaticano em 1957 para inspecionar as obras de restauração que ele próprio havia ordenado nos edifícios principais.

É quando chegamos ao nome do homem a quem o Papa Leão confiou a orientação do jovem Pacelli que se torna mais difícil evitar o termo "conspiração", ainda que apenas porque o nobre siciliano era uma das figuras mais controversas da história da Igreja Católica. Ocupando o segundo cargo mais importante do Vaticano durante dezesseis dos vinte e seis anos do pontificado de Leão XIII, dava-se como certo que o Cardeal Rampolla se tornaria o próximo papa. Quando Leão finalmente morreu em

1903 e um conclave foi realizado, os votos de Rampolla cresceram nas primeiras votações até que, para espanto dos eleitores, o Cardeal Metropolitano de Cracóvia levantou-se para interromper os trabalhos com um anúncio que seria telegrafado ao redor do mundo. Falando em nome de Sua Majestade Imperial, Francisco José da Áustria-Hungria, o primaz polonês pronunciou um veto à eleição do Cardeal Rampolla. Tão irritados quanto surpresos, os Padres logo constataram que uma cláusula há muito esquecida em um tratado entre Viena e o Vaticano tornava a intervenção legalmente vinculante.

Nenhuma razão para o veto foi dada, embora uma motivação política tenha sido sugerida. Supunha-se que a Áustria estivesse descontente com algumas das atitudes pró-francesas de Rampolla. Anos mais tarde, porém, revelou-se que um certo Monsenhor Jouin, um sacerdote francês dedicado a rastrear maçons com o zelo de um Simon Wiesenthal rastreando nazistas, havia encontrado aquilo que afirmava ser uma prova irrefutável de que o Cardeal não apenas era membro da Irmandade, mas também Grão-Mestre de uma seita particularmente ocultista conhecida como *Ordo Templi Orientis*, na qual teria sido iniciado na Suíça alguns anos antes. Os esforços de Jouin para levar essas informações ao conhecimento do Papa Leão foram naturalmente frustrados por Rampolla, seus seguidores e seus aliados nos órgãos de Estado. Ansioso para que os fatos fossem conhecidos antes do conclave que se aproximava, Jouin entrou em contato com a corte austríaca e encontrou ali receptividade.

Em um estudo recente, o historiador italiano Giovanni Vannoni entra em certo detalhe sobre o tema do *Ordo Templi Orientis*, conhecido como *OTO*. Ele o descreve como “uma das sociedades secretas mais desconcertantes existentes na atualidade”. Foi fundado poucos anos antes do conclave papal em questão por um próspero vienense cujas frequentes viagens ao Extremo Oriente o haviam tornado um adepto das “técnicas de magia sexual”, conforme ensinadas por certos iogues na Índia. Os cofundadores da *OTO* foram dois alemães, Theodor Reuss, que também era membro do altamente ocultista Rito de Memphis, com sede na Inglaterra, e

Franz Hartmann, um médico que havia passado anos nos Estados Unidos ligado à sede da Sociedade Teosófica de Madame Blavatsky. Entre os adeptos posteriores da *OTO* estaria Rudolf Steiner, cujo ensinamento desempenharia um papel importante na vida de Angelo Roncalli, causando sua demissão do corpo docente do seminário de Latrão. O membro mais notório da *OTO* foi provavelmente Aleister Crowley, imortalizado no primeiro romance de sucesso de Somerset Maugham, *The Magician*. Eleito Grão-Mestre em 1912, Crowley proclamou estar "sob a orientação de uma Inteligência Superior" que o aconselhava a "abrir as portas para uma Nova Era, aquela destinada a substituir a Era Cristã, já em sua agonia final".

Pode muito bem ter sido o alarme provocado pela forte condenação da Maçonaria feita por Leão em *Humanum Genus* que levou a Irmandade a forçar sua entrada no verdadeiro poder do Vaticano. Foram necessários três anos até que o próprio Rampolla fosse nomeado Secretário de Estado. Antes tão corajoso, o Papa, após décadas com o chefe da OTO ao seu lado, passaria a referir-se discretamente aos dissidentes em torno do Cardeal Gibbons como "Americanistas", enquanto a *Civiltà Cattolica* chamava seu centro em Roma de uma loja maçônica.

De particular interesse é o rastreamento da relação de Rampolla com os cinco homens que em breve conduziriam a Igreja Católica à sua "nova era". Giacomo Della Chiesa, o futuro Bento XV, era um graduado do Capranica escolhido por Rampolla como seu secretário particular na Nunciatura em Madri. Viria a ser uma relação de vinte anos. Como Secretário de Estado, o Cardeal Rampolla trouxe Pietro Gasparri do Instituto Católico de Paris para Roma, a fim de torná-lo seu principal assistente. Gasparri viria a ser o poder por trás do trono de Pio XI. Enquanto isso, o jovem Pe. Pacelli, há muito sob a tutela direta de Rampolla, tornou-se seu secretário particular e companheiro habitual de viagem em importantes missões diplomáticas. Juntos, assistiram ao funeral da Rainha Vitória. Posteriormente, ainda na casa dos vinte anos, o Pe. Pacelli, trabalhando como *minutante* nos escritórios de Estado, recebeu acesso a reuniões de alto nível no Vaticano.

Entrando e saindo dos escritórios do Secretário Rampolla naqueles dias estava o jornalista e político Giorgio Montini, pai do futuro Paulo VI, cuja ideia de um partido político patrocinado pela Igreja havia despertado o interesse de Rampolla. O Papa Leão, no entanto, não se deixou convencer.

Quanto ao futuro Papa João, sua carreira estava ligada ao Cardeal Rampolla por meio do bom amigo e confidente deste, Mons. Radini-Tedeschi, antigo colaborador de Della Chiesa nos escritórios de Estado.

Angelo Roncalli, vindo de uma pobre família camponesa, devia sua educação e sua ascensão ao episcopado inteiramente a Radini-Tedeschi, tornando-se seu secretário particular e chegando a escrever a biografia do bispo após sua morte.

Dado o poder do carisma pessoal do Cardeal siciliano e a suposta direção de seu compromisso, os católicos tradicionais são rápidos em apontar para um “grupo de Rampolla” e até para uma “máfia de Rampolla”. Uma aliança certamente existia.

O *L’Osservatore Romano* do Vaticano admitiu isso em um editorial que celebrava a eleição do Cardeal Roncalli ao papado em 1958: “Foi Bento XV (Giacomo Della Chiesa) quem, assim como fizera com Achille Ratti (Pio XI) e Eugenio Pacelli (Pio XII), colocou o pé de Angelo Roncalli, a quem hoje conhecemos como João XXIII, no primeiro degrau da escada que conduzia à Cátedra de Pedro”.

Sofrendo um revés

Giorgio e Giuditta Montini, pais do futuro Paulo VI, podem ter tido tanto quanto qualquer outra pessoa a ver com a apressada substituição de Giuseppe Sarto, Patriarca de Veneza, pelo Secretário Rampolla, após a sensacional interrupção do Conclave de 1903. Em suas frequentes visitas ao Vaticano, Montini pode muito bem ter expressado a preferência da família por Sarto, uma preferência transmitida por Rampolla aos eleitores perplexos e frustrados. O grupo de Brescia liderado pelos Montini, enquanto trabalhava para criar um partido político católico, mantinha contato com o Patriarca quando este organizava clubes para trabalhadores diaristas em Veneza após o expediente.

"Ele é um homem do nosso modo de pensar", Montini é citado como tendo dito. O fato de ser um homem de sincera humildade e simplicidade também pode tê-lo recomendado como substituto de Rampolla. De fato, quando o conclave foi retomado e sua eleição parecia iminente, ouviu-se que ele protestou ao Cardeal Gibbons: "Mas eu não sei nada sobre os assuntos do mundo!", ao que o americano respondeu: "Melhor ainda!"

Melhor ainda, de fato, para aquilo que continuaria a ser um Vaticano de Rampolla: a presença, na Cátedra de Pedro, de um homem que pudesse ser orientado, até mesmo manipulado. Biógrafos de Giuseppe Sarto, São Pio X, tendem a passar por cima do fato de que esse corajoso herói dos tradicionalistas nomeou Mariano Rampolla para o que, no clima teológico agitado de 1903, era o cargo mais sensível da Cúria, Prefeito da Doutrina da Fé, o Santo Ofício.

Se a manobra parece incongruente, que ela sirva como mais um forte apoio à tese deste livro: o processo de minar a Igreja não aconteceu durante o Vaticano II. Claramente, dezesseis anos com um chefe da OTO como Secretário de Estado haviam estabelecido no Vaticano um domínio maçônico tão inflexível que levou o conclave de 1903 a terminar em um "acordo", um compromisso.

Embora as informações de Jouin não tivessem sido divulgadas ao público, o Vaticano sabia que o seriam, deixando assim o próprio papado em uma posição vulnerável. A verdade sobre Rampolla pareceria absurda se ele fosse nomeado pelo Papa para o Santo Ofício.

O que salvou o pontificado de Sarto foi a surpreendente nomeação de Rafael Merry del Val como Secretário de Estado. Aos 38 anos, esse filho de um diplomata espanhol, nascido e educado na Inglaterra e de origem meio irlandesa, conhecia muito bem os assuntos do mundo. Ele havia ajudado o Patriarca a estabelecer os clubes de trabalhadores e também deve tê-lo auxiliado a desenvolver uma aguda consciência dos objetivos das Lojas.

Como inimigo da Maçonaria, Merry del Val teve poucos defensores, e aqueles que escreveram sobre ele se detêm em sua piedade, humildade e em sua "cidade de meninos" em uma favela romana, ignorando o que deve ter sido uma batalha de onze anos pela Fé. Rampolla chefiava o Santo Ofício, enquanto Della Chiesa era Subsecretário de Estado. Ainda assim, os primeiros quatro anos de Sarto foram tranquilos, com Pio X aparentemente totalmente absorvido na restauração do canto gregoriano e na promoção da comunhão frequente e precoce.

No ano do conclave, 1903, um número surpreendente das teses que estavam destinadas a transformar a Igreja ao longo dos sessenta anos seguintes já circulava, desvios da doutrina ortodoxa tão antigos quanto o próprio Cristianismo e tão projetados no futuro quanto o Papa João Paulo II. Principalmente na França, mas também na Inglaterra, Itália e Bélgica, uma atitude alternativa em relação à religião começava a surgir em seminários, universidades, tribunas de conferências, livros e revistas. Aquilo que viria a ser chamado de Modernismo estava em curso. O movimento não tinha fundador, nem programa. Ostentava apenas um conjunto de atitudes compartilhadas que incluíam a rejeição do ensinamento de São Tomás de Aquino como "medieval" e a ideia de que a religião deve ter sua origem na experiência pessoal, da qual "o dogma pode ser uma expressão, mas não uma garantia sufocante". Entre os frequentes

encontros dos adeptos dessa forma diferente de ser católico, aquele realizado em Subiaco, na Itália, reuniu delegados da França, da Suíça e da Itália, que foram instados a “romper as amarras que oprimem e sufocam a Igreja”. Em um momento de exaltação desmedida, declarou-se que todos os presentes sentiam que “Cristo está preparando uma imensa transformação religiosa por meio dos Profetas e dos Santos”.

Ao contrário dos dissidentes do século XVI, os inovadores não tinham desejo de deixar a Igreja. Ao contrário, esperavam reformá-la a partir de dentro. A euforia pela chegada de um novo século, assim como o entusiasmo diante de iniciativas incomuns na pesquisa histórica e científica, aparentemente contribuiu para um crescente impulso de inventar novas formas de crer.

O Papa Leão, já nonagenário, com o Cardeal Rampolla ao seu lado, não era alguém disposto a tentar conter a maré de especulação teológica. Contudo, tampouco fez o menor esforço para incentivá-la. Se, nos primeiros anos do século XX, as novidades religiosas tivessem recebido o tipo de apoio do Vaticano que as inovações teológicas da década de 1950 viriam a receber, a grande transformação certamente teria tomado forma antes da Segunda Guerra Mundial. Que tal apoio era esperado com a eleição de Mariano Rampolla ao papado deve ser presumido.

Quer Merry del Val tenha ou não pressionado o Papa a remover do seu entorno os dois antigos associados do Cardeal Rampolla, foi somente em 1907, quando Radini-Tedeschi foi consagrado Bispo de Bérgamo e Della Chiesa, Bispo de Bolonha, que Pio X tomou alguma medida importante contra o crescente caos nos círculos intelectuais católicos. Então, citando um total de sessenta e cinco aberrações distintas da doutrina tradicional encontradas em periódicos religiosos da época, ele deu a tudo isso o nome de “Modernismo” e emitiu duas condenações formais: uma carta pastoral iniciada pela palavra *Lamentabili* e uma encíclica iniciada por *Pascendi*… Ele seguiu os dois documentos com a formulação de um extenso Juramento contra o Modernismo, a ser prestado pelos superiores de todas as ordens

religiosas, pelos responsáveis dos seminários e das faculdades de teologia, bem como por todo sacerdote no momento de sua ordenação.

O Juramento agiu como um tônico revigorante sobre o clero inquieto e vacilante. Em cerca de 500 palavras sucintas, ele definiu o que se espera que os católicos acreditem. Começando com o próprio Deus “Que pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão” e pelas “coisas que foram feitas”, prossegue definindo a Igreja como instituída pelo “Cristo histórico enquanto Ele peregrinava sobre a terra”. Atacando o existencialismo generalizado entre os sonhadores de uma nova religião, o Juramento afirma: “Eu professo que a fé não é um sentimento religioso cego que irrompe das profundezas do subconsciente… mas o verdadeiro assentimento do intelecto à verdade tal como recebida...” e “Rejeito a invenção herética da evolução do dogma, passando de um significado a outro.” O Juramento continuou a ser exigido até meados da década de 1960, momento em que a especulação teológica havia se afastado tanto que prestar o Juramento significaria desafiar o próprio Concílio Vaticano.

II. Em 1907, porém, a ação decisiva de Pio X foi imediatamente eficaz. Na medida em que havia sido um movimento, o Modernismo se desfez. Seu declínio precipitado pode ser visto, a esta distância, como tendo sido devido ao fato de que as teorias que promovia estavam desprovidas de qualquer canal do Vaticano para os fiéis. Assim, o Modernismo permaneceu exclusivamente um fenômeno das academias. O leigo médio tinha pouca noção de que erros doutrinários, muito menos sessenta e cinco variedades deles, estavam circulando. No entanto, se a ação papal tivesse continuado a faltar, jovens sacerdotes saindo dos seminários teriam dado expressão limitada aos novos conceitos, mas, para que essas teorias se
espalhassem entre os paroquianos, elas teriam de passar pelos bispos, e isso teria significado o envolvimento do Vaticano.

Com Leão XIII e Pio X, tal envolvimento estava fora de questão. Embora o grupo de Rampolla dentro do Vaticano deva ter se sentido encorajado quando o Modernismo floresceu e descontente agora que havia

sido reprimido, eles demonstraram consumada sabedoria ao se recusarem a lhe dar o menor apoio público. Conscientes de que novas doutrinas só podem ser absorvidas pela Igreja por meio da aceitação e da atuação do papado, aguardaram o momento oportuno. Após a publicação de *Lamentabili, Pascendi* e do Juramento, eles tiveram de esperar apenas sete anos.

Recomeçando

A morte do Papa Pio X ocorreu apenas dezoito dias após o início da Primeira Guerra Mundial. Os onze anos de seu pontificado intenso e singularmente honesto deixaram a Igreja Católica com um renovado senso de identidade, enquanto a reafirmação decisiva das antigas certezas reavivou o fervor e a devoção.

Ao mesmo tempo, os últimos anos de Sarto representaram um severo revés para os sonhadores de uma nova maneira de ser católico. Mesmo para recuperar a promessa que o início do século XX havia oferecido seriam necessários anos, talvez décadas. Embora a retomada fosse assegurada caso a esperada eleição de Giacomo Della Chiesa, o antigo secretário do Cardeal Rampolla, se concretizasse, ela necessariamente seria lenta. Dada a nova vigilância por parte dos fiéis quanto a desvios dos ensinamentos tradicionais, cada movimento na direção de uma “Igreja do Futuro” teria de ser feito com cautela e expresso na mais piedosa terminologia. O Arcebispo Giacomo Della Chiesa de Bolonha de fato se tornou Papa em 1914, adotando o nome de Bento XV, enquanto o outro protegido de Rampolla, Pietro Gasparri, assumiu o posto de Rafael Merry del Val como Secretário de Estado.

Pergunta-se se o já muito idoso Francisco José I, sobrecarregado por tragédia após tragédia, estava ciente, dois anos antes de sua morte, de que o cardeal siciliano, cuja eleição seu veto havia impedido, afinal ascendera ao trono papal na pessoa de seus dois mais próximos auxiliares.

Correndo o risco de incorrer em generalizações, um longo olhar sobre a Igreja Católica pareceria tornar plausíveis certas qualificações amplas. Historicamente falando, já houve missionários à altura dos espanhóis, mártires à altura dos ingleses ou pensadores sobre as coisas sagradas, para o bem ou para o mal, tão dotados quanto os franceses? Se o novo Papa esperava reavivar o liberalismo, teria de começar pelos franceses.

O alvo específico de Bento XV, logicamente, era o grupo que se autodenominava *Sodalitium Pianum*, uma associação de leigos e alguns sacerdotes dedicada a vigiar manifestações de heresia no ensino, na pregação e na publicação, de acordo com as normas estabelecidas por Pio X. Embora o projeto tenha se originado nas mentes de Rafael Merry del Val e de seu secretário, o Pe. Umberto Benigni, jornalista de profissão, foi na França que a ideia floresceu e onde não mostrou sinais de enfraquecimento após a morte de Pio X. Com seu apelo para relatar diretamente a Roma as aberrações doutrinárias, o *Sodalitium* era profundamente desagradável ao Papa Bento XV e ao seu Secretário de Estado. Anos mais tarde, quando o processo de beatificação de Giuseppe Sarto estava em andamento, o Cardeal Pietro Gasparri expressou uma amargura irrestrita, acusando Pio X de "aprovar, abençoar e incentivar uma sociedade secreta acima da hierarquia, dedicada à espionagem em seu esforço para monitorar até mesmo os mais eminentes cardeais. Em suma", afirmou, "o Papa abençoou uma espécie de maçonaria dentro da Igreja."

A canonização de Sarto ocorrendo durante o reinado de Eugenio Pacelli pode parecer contradizer a tese de que este último foi o principal agente das mudanças. No entanto, como ao mesmo tempo o Papa trabalhava com o Pe. Annibale Bugnini na Nova Missa e lutava com a ainda conservadora Cúria para colocar em prática seus planos para a Semana Santa, isso pode ter sido um compromisso, uma concessão mútua.

O Papa Bento XV atacou o *Sodalitium* em sua primeira encíclica, mas o fez em termos moderados, de modo semelhante à forma como o Papa Eugenio Pacelli, anos depois, atacaria as teorias da evolução promovidas por Pierre Teilhard de Chardin. Não houve menção de nomes. *Ad beatissimi* era, ostensivamente, um apelo pela paz mundial na Primeira Guerra Mundial, que se expandia rapidamente. Ela exortava "ao fim das contendas e discórdias em favor de um novo senso de fraternidade".

Embora poucos leigos, além dos líderes do *Sodalitium*, lessem a encíclica, ela deu a entender a professores e pregadores em toda parte que a

guerra entre o Vaticano e os modernistas havia terminado. O líder do já dissolvido *Sillon*, principal alvo de Lamentabili, Marc Sangnier, já havia recebido a boa notícia em uma calorosa carta pessoal do novo Papa, na qual Bento XV expressava sua “alta estima”. Lendo hoje uma obra do dissidente francês, é difícil acreditar que ele não estivesse escrevendo para a junta sacerdotal da Nicarágua de Daniel Ortega: “As ideias da revolução têm dezenove séculos e vêm diretamente dos Evangelhos. A Igreja deve, portanto, abrir-se à nova tendência e entrar no movimento que está construindo o mundo moderno.”

Como o Cardeal Pietro Gasparri indicaria mais tarde, as investigações realizadas pelos problemáticos leigos franceses estavam chegando perigosamente perto de “cardeais eminentes”. Já haviam colocado o governo anticlerical da França na defensiva, de modo que, em 1921, o último ano do reinado de Bento XV, a pressão do Quai d'Orsay, combinada com as constantes reclamações de Gasparri, levou-o a ordenar a dissolução do *Sodalitium*.

Partindo da hipótese de que homens formados pelo Cardeal Rampolla estavam suficientemente entrincheirados na estrutura de poder do Vaticano para serem capazes de controlar a direção tomada por um conclave eleitoral, pode-se supor que a morte do Papa Giacomo Della Chiesa aos 68 anos lhes apresentou um dilema. Se ele tivesse vivido os anos prolongados habituais de um homem na vida religiosa, sua morte, uma década mais tarde, teria encontrado Eugenio Pacelli com a idade adequada para ascender ao trono de Pedro. Aos 48 anos, ele teria sido considerado jovem demais pelos fiéis. Havia, é claro, Pietro Gasparri. No entanto, ao que parece, ele preferia permanecer em seu posto de Secretário de Estado. Em todo caso, apoiou a eleição do Arcebispo de Milão, Achille Ratti, um candidato extremamente improvável.

Sacerdote bibliotecário até os sessenta e dois anos, havia apenas três anos que era bispo, com dois desses anos passados como diplomata na Polônia, remota para a mídia e devastada pela guerra, Achille Ratti fora

Cardeal-Bispo na Itália por apenas sete meses. Eleitores vindos de fora da Itália dificilmente teriam ouvido falar dele, e os que ocupavam cargos italianos, muito pouco. Deve ter sido necessário um enorme jogo de bastidores por parte de seus patrocinadores, que supomos terem sido o grupo de Rampolla em torno de Pietro Gasparri, para assegurar a cardeais veneráveis, muitos deles com décadas de experiência episcopal, que o pouco conhecido Ratti era o homem certo. Em todo caso, o esforço teve êxito e, nos dezessete anos que se seguiram, seus apoiadores teriam motivos para desejar que tivesse fracassado.

Achille Ratti, que adotou o nome de Pio XI, foi o mais erudito dos pontífices modernos. Em contraste com a formação bastante superficial, para não dizer peculiar, à qual Eugenio Pacelli havia sido submetido, a de Pio XI seguiu o percurso habitual de um filho da alta classe média do norte da Itália no final do século passado. Ao deixar o seminário em Milão, obteve um triplo doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, e, poucos anos após a ordenação, encontrou-se na direção da grande Biblioteca Ambrosiana, em Milão.

Se não era exatamente um membro do círculo interno do Vaticano, tampouco estava totalmente fora dele. Fora aluno de Mons. Giacomo Radini-Tedeschi e, como o Papa Giacomo Della Chiesa, ajudara a impulsionar a carreira do jovem secretário de Radini-Tedeschi, Angelo Roncalli. Como milanês, também mantinha relações amistosas com os Montini, de Bréscia.

Por outro lado, sua escolha do nome Pio, disse ele, foi feita em consideração ao Papa Sarto, que o transferira da Ambrosiana para dirigir a Biblioteca do Vaticano e com quem, de vez em quando, desfrutara de conversas e chá no palácio episcopal em Veneza.

O quanto ele se aproximava, em termos de visão, de Pio X torna-se evidente em várias de suas encíclicas, enquanto um número equivalente de seus atos oficiais representou avanços significativos rumo à criação de um novo tipo de Igreja.

O paradoxo levanta uma questão inquietante que só pode ser respondida de uma de duas maneiras: ou Pio XI sofria de esquizofrenia intermitente, ou seu pontificado de dezessete anos foi uma batalha contínua com seus sucessivos Secretários de Estado, Pietro Gasparri e Eugenio Pacelli.

O ano de sua eleição, 1922, foi um de tremenda importância para o mundo. Ele testemunhou o nascimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a quase fome de milhões de alemães, a marcha sobre Roma das Camisas Negras de Benito Mussolini, a continuação implacável de vinte guerras menores e a concessão do Prêmio Nobel de Ciência a um físico sueco por uma notável descoberta na fissão nuclear.

O novo Papa contemplou os escombros daquele antigo baluarte do catolicismo, o Império dos Habsburgo (casa reinante da Áustria, 1282–1918), e sua substituição por uma profusão de repúblicas dispersas decretadas pelo Tratado de Saint-Germain, com o olhar de um tradicionalista. Em sua primeira encíclica, Ubi Arcano Dei Consilio, ele lamentou o novo igualitarismo: “Com Deus excluído da vida política, com a autoridade derivando não de Deus, mas do homem, a própria base da autoridade foi removida, pois a principal razão para a distinção entre governante e súdito foi eliminada.” Dois anos depois, ele definiu seus princípios sobre as relações entre Igreja e Estado como a “Realeza de Cristo” na encíclica *Quas Primas*. Qualquer uma das duas encíclicas poderia ter sido escrita por Pio X.

Então, como se seguisse na direção oposta, ao final de seu primeiro ano no cargo, Pio XI convocou um Congresso Eucarístico em Roma. Os detalhes, que haviam sido elaborados pelo Cardeal Pietro Gasparri, incluíam uma Missa da meia-noite na véspera de Natal no altar-mor da Basílica de São Pedro, com o Papa entoando a liturgia em um ritual até então sem precedentes. A congregação cantava as respostas. Gasparri

explicou às multidões que “o Papa deseja ardentemente que os fiéis participem da liturgia”.

Pio XI foi o primeiro papa a pôr em prática o que hoje chamamos de ecumenismo. Assim como a palavra “eclesiologia”, a palavra “ecumenismo” recebeu um significado que nunca teve antes. De significar “geral, relativo ao mundo inteiro” — como em um concílio ecumênico — passou a ser entendida como uma aproximação entre as religiões do mundo. Na década de 1920, Roma ainda não havia começado a fomentar aquilo que, com o Papa João Paulo II, parece ter se tornado uma paixão absorvente, um compromisso com uma religião global. Quando os primeiros passos foram dados no início dos anos 1920, ninguém chamava isso de “ecumenismo” nem sequer de “diálogo”; a designação suave era “conversações”.

As *Conversações de Malines*, um projeto do amplamente divulgado Désiré Mercier de Malines-Bruxelas e de seu teólogo de vanguarda Lambert Beauduin, trouxeram o Lord Halifax à Bélgica para discutir com certos membros da Universidade de Lovaina a viabilidade de uma aproximação anglicano-católica. As “conversações” subsequentes, que continuaram de forma intermitente durante 1924 e 1925, suscitaram forte protesto da hierarquia católica da Inglaterra, que citava o decreto de Leão XIII que declarava as ordens anglicanas “absolutamente nulas e inválidas”. Embora nada de substancial pareça ter resultado dessas conversas, elas não foram esquecidas. Cinquenta anos depois, em uma carta aberta ao sucessor e protegido do Cardeal Mercier, Léon-Joseph Suenens, o Papa Paulo VI recordou as *Conversações de Malines*, descrevendo-as como “o fruto de um amor redescoberto”.

O Cardeal Désiré Mercier e o Pe. Lambert Beauduin passaram então a direcionar seus talentos transformadores para fazer da Lovaina jesuíta um centro de avançada especulação teológica, enquanto o paradoxal Papa Pio XI, como se para fazer penitência por ter dado seu consentimento às

Conversações de Malines, sentou-se para escrever o que viria a ser o último pronunciamento solene a sair do Vaticano sobre a questão da unicidade do catolicismo como a única fé verdadeira.

Mortalium Animos foi uma clara condenação das teses que as Conversações haviam promovido.

"Que estes filhos separados retornem à Sé Apostólica estabelecida nesta cidade pelos príncipes dos apóstolos, Pedro e Paulo, que consagraram com seu sangue esta raiz e matriz da Igreja Católica; não, de modo algum, com a ideia ou a esperança de que a Igreja abandone a integridade da fé e suporte seus erros, mas para se submeterem à sua autoridade de ensino e governo... Nunca a Sé Apostólica permitiu que seus fiéis participassem de assembleias de não católicos. Há apenas um caminho pelo qual a unidade das Igrejas pode ser promovida, e este é o de favorecer o retorno à verdadeira Igreja de Cristo daqueles que dela se separaram."

Reprimindo os franceses

Quase imediatamente após se tornar conhecida a condenação, por Bento XV, do *Sodalitium*, os antimodernistas franceses puderam ser vistos se reorganizando em várias organizações, particularmente na já florescente *Action Française*.

Fundada por dois proeminentes homens de letras, o parlamentar e ensaísta Léon Daudet e o jornalista Charles Maurras, a *Action Française* rejeitava o dogma liberal da separação entre Igreja e Estado, defendendo, em seu lugar, a criação de um Estado católico, de preferência monarquista, com uma estrutura econômica corporativa.

Assim como o anterior *Sodalitium*,a *Action Française* estava destinada a cair sob o machado papal. A história da condenação é uma das mais bizarras. Como, pergunta-se, pôde Pio XI, que tão recentemente havia baseado sua encíclica *Quas Primas* nos mesmos valores tradicionais que a *Action Française* promovia, voltar-se contra um movimento tão alinhado com sua própria maneira de pensar? Como pôde colocar no Índice de livros que os católicos eram proibidos de ler as obras de Charles Maurras, a quem ele havia elogiado publicamente como “o mais maravilhoso defensor da Fé”?

Em várias memórias recentemente publicadas da época encontramos evidências de intrigas sórdidas. Já em 1950, Maurras havia escrito da prisão: “Agora temos provas de que muitas cópias do meu jornal foram falsificadas antes de serem entregues ao Papa para leitura. De que outra forma ele poderia ter lido meu jornal durante meses a fio para chegar a um material odioso que os leitores mais objetivos nunca encontraram, verdadeiras enormidades contra nós?”

Os piores aspectos da história só vieram à tona após a morte de Charles Maurras, aos 84 anos, tendo passado os últimos nove anos de sua vida em confinamento solitário, vítima da purga política do pós-guerra conduzida pelo General Charles de Gaulle. Em 1974, foi publicada uma biografia do inspetor Inspector Bony, o “Inspetor Maigret” da vida real dos anos 1920,

escrita por seu filho. Ao escrever uma resenha do livro no jornal romano *Il Tempo*, Aldo de Quarto afirmou: “Em Roma, em 1925, aqueles herdeiros do cardeal Rampolla e do Sillon, liderados pelo Secretário de Estado do Vaticano, Pietro Gasparri, já há muito vinham pressionando o Papa Pio XI a condenar Charles Maurras, cujas publicações não davam trégua à maçonaria. A pressão do Vaticano era acompanhada pela pressão do governo francês.”

Nesse ponto, o Cardeal Désiré Mercier, das Conversações de Malines, reaparece em cena. No início de 1926, como parte de seu programa de reestruturação da Universidade de Lovaina, convidou sociólogos de orientação liberal de toda a Europa para irem a Bruxelas a fim de formular

o que chamou de Código Social de Malines, uma espécie de constituição para seu recém-organizado Instituto de Filosofia, um organismo destinado a se tornar um centro mundial do pensamento católico radical.

Aproveitando a presença de tantos estudiosos, Désiré Mercier fez circular um questionário entre a Associação de Jovens Belgas de língua francesa que havia fundado no ano anterior. A pergunta principal era: quem você considera ser o maior mestre católico vivo? De forma esmagadora, a resposta foi “Charles Maurras”.

Os filósofos ficaram alarmados. Com o notável apelo de Charles Maurras junto à juventude, não estaria esse superpatriota francês a caminho de liderar uma revolução bem-sucedida, como já havia acontecido na Itália? Os inimigos de Maurras na Igreja e no Estado fecharam fileiras. Em um esforço para manter o caso restrito à França, o secretário Pietro Gasparri ordenou ao núncio em Paris que encontrasse um bispo francês disposto a servir de fachada para uma operação repressiva. O cardeal Cardinal Charest de Rennes ficou indignado ao ser abordado, “Atacar Maurras, o maior antibolchevista do país? ” Disse o arcebispo de Paris, o cardeal Louis-Ernest Dubois, “Não contem comigo. Sou um dos diretores da *l’Action Française*”.

Perdendo a paciência com os esforços do Vaticano, o primeiro-ministro francês Poincaré decidiu agir por conta própria. Ele tinha o seu homem, o Cardeal Andrieu, arcebispo de Bordeaux, a quem os homens do inspetor Bony haviam recentemente pego em flagrante em uma grande operação de contrabando de diamantes. O caso fora abafado mediante o pagamento de uma multa enorme, mas quando Andrieu recebeu a ordem de atacar Maurras, foi rápido em obedecer. Em 25 de abril de 1926, precisamente no décimo sexto aniversário da condenação do Sillon por Pio X, o arcebispo de Bordeaux publicou uma carta aberta de acusação amplamente divulgada contra Charles Maurras e a *Action Française*. De Quarto escreve: "Os membros foram acusados de serem exclusivamente políticos, em vez de católicos espirituais, profanadores da virtude, defensores da escravidão, do paganismo e do ateísmo."

Toda a França ficou atônita. Enquanto os verdadeiros ateus, pagãos e marxistas zombavam às gargalhadas ao ler a carta tomando café ao longo dos bulevares, escritores religiosos sinceros, até mesmo progressistas convictos como os editores dominicanos do *Temps Présent*, opuseram-se energicamente ao que chamaram de "uma carta de calúnia contendo os mais graves erros."

Incapaz de acreditar nas acusações de Andrieu, o Papa Pio ordenou a Gasparri que lhe fornecesse o jornal de Maurras para leitura diária. O que lhe foi fornecido, contudo, foi a escuta diária da leitura. Quando De Quarto escrevia em 1974, essa informação não estava disponível para ele. Hoje sabemos que o Papa, em perfeita confiança, permitiu que seu secretário particular, Pe. (mais tarde Cardeal) Confalonieri, lhe lesse os jornais da manhã, como o Cardeal relatou em uma entrevista à imprensa italiana alguns anos depois. Após três meses ouvindo a versão dos artigos de Maurras apresentada pelo Pe. Confalonieri, Pio XI já tinha tido o suficiente. Em 20 de dezembro, ele emitiu um decreto solene ordenando que os católicos abandonassem a *Action Française* sob pena de excomunhão.

Quatro dias depois, na véspera de Natal, o jornal condenado apareceu carregando o título de manchete, “NON POSSUMUS!” A *Action Française* não podia abandonar a fé nem abandonar a França. Escreveu Maurras, “Na situação em que a França se encontra hoje, a destruição da *Action Française* é um ato político, não religioso. Se nos submetêssemos, nossa pátria ficaria indefesa. Por mais difícil que seja, se não quisermos trair nosso país, nossa única resposta tem de ser NÓS NÃO PODEMOS!”

Nos politicamente precários anos 1930, jovens seguidores de Maurras lutavam contra a juventude comunista nas ruas de Paris, enquanto, de vez em quando, uma estranha procissão fúnebre era vista, com leigos supostamente excomungados, portando o crucifixo e conduzindo as orações, à medida que uma fila de enlutados se aproximava de portas de igrejas que permaneciam fechadas.

O correspondente Aldo de Quarto escrevia sua resenha da biografia de Bony no auge do furor da mídia internacional sobre a “rebelião” do arcebispo Marcel Lefebvre e concluiu seu artigo admitindo um agudo sentimento de mal-estar, “Ontem e hoje, quem é que está lá do outro lado do Tibre, em Roma, que consegue manobrar contra tudo o que tem o odor ou o som da tradição, tudo aquilo que hoje chamamos ‘de direita’? Ontem contra Charles Maurras, hoje contra Marcel Lefebvre. Quais são os mistérios deste Vaticano?”

Sufocando os mexicanos

À medida que o drama da transformação católica continua, o desconcerto diante dos mistérios do Vaticano só pode se aprofundar para aqueles que veem cada grande evento na história da Igreja do século XX como algo separado em si mesmo. Vistos como uma linha consistente de esforço destinada a impulsionar um novo tipo de religião, os principais acontecimentos podem ser entendidos como se movendo em sequência coerente.

Vista assim, a destruição da *Action Française* foi um gesto lógico. Se a Sociedade Perfeita estava destinada a ser substituída por um novo tipo de cristianismo, então o ardor pelas antigas verdades teria de ser dissipado. A maior preocupação dos progressistas era a defesa, por parte da *Action*, de um Estado católico. Eles recordavam com desgosto a advertência de Pio X, "É uma tese absolutamente falsa e um erro extremamente perigoso pensar que Igreja e Estado devem ser separados. Tal tese está em evidente negação da ordem sobrenatural. Ela limita a ação do Estado ao único propósito do bem-estar público nesta vida e não se ocupa de modo algum com o bem mais profundo deles, que é a felicidade eterna, aquela que lhes está preparada após esta vida tão breve."

Mesmo antes de os problemas franceses terem sido resolvidos, o Vaticano viu-se confrontado com outra irrupção da antiga fé, desta vez a nove mil milhas de Roma. No México, a inesperada explicitação e aplicação de leis antirreligiosas drásticas, supostamente contidas na Constituição de 1917, explodiu em uma guerra civil em larga escala. Durante os três anos seguintes, dezenas de milhares de camponeses agricultores, trabalhadores, moradores das cidades e estudantes enfrentariam as tropas federais para lutar e morrer ao grito de "*Viva Cristo Rey*!" No auge do conflito, os rebeldes, depreciativamente apelidados de "*Cristeros*" pelo governo, somavam quarenta mil homens, com um corpo

de oficiais correspondente.

Não havia uniformes, não havia pagamento, muitas vezes não havia comida e, graças a um rígido embargo sobre a venda de armas pelos Estados Unidos, havia poucas armas com as quais lutar.

Foi uma guerra religiosa de leigos. Não mais que sete padres são conhecidos por terem tomado parte ativa. Leigos lutaram em defesa de seus bispos, embora os bispos tivessem fechado as igrejas e fugido do país quase todos.

Convencidos de que a promulgação das chamadas Leis Calles significaria a asfixia do catolicismo, a hierarquia havia telegrafado ao Cardeal Gasparri, em Roma, pedindo permissão para fechar as igrejas.

A permissão veio e, de repente, não havia mais missas, não havia mais sacramentos. A reação entre o povo foi imediata. Pobres agricultores deixaram os campos para se alistar como voluntários, empregadas domésticas uniram-se para desafiar os canhões de água da polícia da Cidade do México pelo direito de rezar juntas e mulheres de todas as classes sociais em todo o país formaram uma liga clandestina dedicada a Joana d'Arc, impondo a si mesmas um notável voto de segredo para arrecadar dinheiro, realizar atividades de inteligência, coletar e servir alimentos aos combatentes, enquanto estudantes de direito, alguns deles pouco mais que adolescentes, enfrentavam pelotões de fuzilamento do governo. Foi uma colaboração espontânea em escala nacional, não experimentada em toda a América Latina antes nem depois.

Desde o início dos problemas mexicanos, dois sinais contrastantes vinham do Vaticano. Havia a reação emocional simpática de Pio XI. Após ouvir, em audiência privada, os trágicos relatos dos bispos de Durango, León e Tamaulipas, ele sentou-se para escrever a encíclica *Iniquis Afflictisque*. Claramente comovido pelo que ouvira sobre as mortes por fuzilamento, ele escreveu, "Com o rosário na mão e o grito '*Viva Cristo Rey!*' nos lábios, esses jovens estudantes vão voluntariamente para a morte. Que espetáculo de santidade para o mundo inteiro!"

O sentimento era consideravelmente mais contido no gabinete do Secretário de Estado do Vaticano. Após uma longa exposição dos acontecimentos no México, Mons. Gonzalez Valencia, de Durango, um dos poucos bispos mexicanos que se posicionaram publicamente a favor dos *Cristeros*, ficou atônito ao ouvir o Cardeal Gasparri expressar ceticismo quanto à seriedade do movimento rebelde. O mexicano só pôde retrucar, "Eminência, algumas pessoas se recusam a nos dar ajuda porque duvidam da seriedade de nossa causa, e outras dizem que nosso movimento não é sério porque não recebemos ajuda. Este é um círculo vicioso que precisa ser quebrado." Ele suplicou em vão.

O encarregado de *negócios francês* na Cidade do México escreveu confidencialmente ao ministro das Relações Exteriores Briand, no Quai d'Orsay, "Gasparri está exausto por uma corrente contínua de prelados mexicanos com sua ortodoxia estridente e seus anátemas fulminantes. Ele continuamente os exorta a chegar a algum acordo com seu governo, a fazer um compromisso com o presidente Calles."

De fato, contrapondo a sutileza italiana à intransigência espanhola, o Cardeal Gasparri trabalhou assiduamente para conter o ímpeto dos *Cristeros*. Aconselhou membros da hierarquia mexicana a recusarem qualquer incentivo aos combatentes. Alertou os bispos dos Estados Unidos para recusarem todos os apelos por ajuda econômica. O líder estudantil, René Capistrán Garza, deixou um relato comovente de sua tentativa de arrecadar fundos entre os católicos dos Estados Unidos.

Em um Studebaker usado e aberto, no auge do inverno, ele e um companheiro bilíngue seguiram para o Texas munidos de cartas de recomendação para bispos e comandantes regionais dos Cavaleiros de Colombo. Parando primeiro em Corpus Christi, ficaram de pé aguardando que o bispo lesse suas credenciais. Então contaram sua história. Ao concluírem, ouviram palavras em que mal podiam acreditar, "Não há nada a fazer, sinto muito." Em Galveston, o bispo tirou uma nota de dez dólares

do bolso e a entregou a eles. Houston, Dallas e Little Rock renderam mal o suficiente para pagar a gasolina aos preços de 1926. Depois, na próspera diocese alemã de St. Louis, o bispo lhes deu cem dólares do próprio bolso. Mas, nesse ponto, o Studebaker quebrou e, para consertá-lo, os jovens tiveram de penhorar um relógio de ouro de família e uma pistola nova. Enfrentando recusas constantes, dirigiram sob granizo e neve até Indianápolis, Dayton, Pittsburgh e, por fim, até a grande diocese de Boston, já famosa por seu grupo de milionários católicos irlandeses.

O Cardeal O'Connell recebeu suas cartas e ouviu seu relato. Então fez sua contribuição. Ela tomou a forma de um conselho, "Exorto vocês e o seu povo a suportarem com paciência as provações que Deus lhes enviou." Acrescentou que, se qualquer um deles sentisse vontade de abandonar seu projeto para procurar trabalho em Boston, ficaria feliz em lhes dar cartas de recomendação.

Quando, dois meses depois, René e seu amigo José estavam de volta ao México, sua esperança ainda haveria de se elevar uma última vez. O magnata do petróleo texano William F. Buckley notificou-os de que havia persuadido seu bom amigo Nicholas Brady, Cavaleiro de São Gregório e Duque da Corte Papal, a doar um milhão de dólares para a causa. Chegando a Nova York após a longa viagem de trem, Capistrán descobriu que o non placet do Vaticano havia chegado a Brady antes dele. Só se pode concluir que, para ter afastado homens como Brady e O'Connell de ajudar uma causa tão católica quanto a dos *Cristeros*, a mensagem do Vaticano deve ter sido não apenas peremptória, mas também nociva.

Ainda assim, apesar de uma pobreza, sacrifício e sofrimento inimagináveis, pouco a pouco, batalha após batalha, a sorte dos *Cristeros* estava melhorando e o apoio popular crescia a tal ponto que, na primavera de 1929, a vitória estava à vista. Os historiadores concordam que, naquele momento, o governo de Plutarco Elías Calles, diante de uma adesão esmagadora à causa rebelde, teria considerado conveniente chegar a um acordo com os *Cristeros*. Foi o momento em que os bispos mexicanos, retornando do exílio autoimposto, poderiam ter reivindicado os direitos

pelos quais tantos homens haviam morrido.

No entanto, não foram os bispos mexicanos, mas o Cardeal Gasparri quem tomou a iniciativa. Alertado pela ameaça de uma vitória dos Cristeros, o Secretário de Estado do Vaticano começou a mover fios que há muito vinha manejando. Tendo encontrado dois bispos dispostos a fazer concessões, Mons. Ruiz Flores, de Morelia, e Mons. Diaz Barreto, de Tabasco, colocou-os em contato com o Delegado Apostólico e a National Catholic Welfare Conference em Washington. Logo se acertou que Dwight Morrow, protestante e embaixador dos Estados Unidos no México, atuaria como patrocinador do plano de paz do Vaticano.

Convidando os dois bispos a viajarem até o México em seu vagão ferroviário particular, o Sr. Morrow também providenciou para que deixassem o trem quando uma parada não programada fosse feita por sua ordem a alguns quilômetros antes de chegar à Cidade do México. Era importante que as negociações não fossem vistas como uma iniciativa americana. Uma vez na cidade, Ruiz Flores e Diaz Barreto foram instalados na mansão do banqueiro Agustín Legorreta, onde permaneceriam praticamente incomunicáveis por doze dias. Enquanto isso, vários outros bispos haviam retornado ao México e estavam desesperados por notícias do que estava em curso; contudo, todos os seus esforços para falar com os dois na casa de Legorreta foram em vão.

Finalmente, em 11 de outubro de 1929, foram assinados documentos que não representaram nada menos do que **a rendição incondicional de um exército vitorioso.** Nas palavras do bispo de Huehuetla à faculdade da Universidade de Louvain um mês depois, “O povo mexicano, preservando a fé pura e íntegra de seus pais, vê o Papa como o Vigário de Cristo na terra. Sabendo disso, os inimigos de Cristo foram muito astutos ao recorrer a Roma para romper o muro inabalável de resistência armada. Muito em breve, tiveram a satisfação de ver o povo entregar suas armas ao primeiro sinal do Papa. Aqueles no governo que consentiram com um acordo

ofereceram todo tipo de promessas verbalmente, mas depois não removeram sequer uma única vírgula das leis monstruosas que feriram a Santa Igreja no México e estrangularam os mais sagrados direitos dos homens e da sociedade."

As igrejas, é verdade, foram reabertas ao som de um grande troar de sinos e de um júbilo geral. No entanto, não foi o governo que havia fechado as igrejas em primeiro lugar. Aparentemente, nada havia mudado. Ainda não havia educação religiosa nas escolas e mosteiros, conventos e seminários deveriam permanecer fechados. Padres estrangeiros continuavam proibidos de exercer ministérios no país e nenhum sacerdote podia usar vestes clericais nem gozar de status civil ordinário, incluindo o direito de voto. Exilados por toda a vida estavam os dois ou três bispos que haviam defendido os *Cristeros*, e a anistia geral prometida aos combatentes rebeldes resultaria em uma liquidação sistemática, por balas de assassinos, dos líderes do movimento nos anos seguintes.

Em paralelo às suas sanções canônicas contra os membros da *Action Française*, o Vaticano de Gasparri ameaçou com suspensão qualquer sacerdote que administrasse os sacramentos a um católico que ainda estivesse decidido a resistir.

"Como consequência", nas palavras de Mons. Gonzalez Valencia, "a estima tradicional do mexicano por seus bispos foi completamente destruída, pois os fiéis veem a inexplicável indulgência concedida pelos bispos aos perseguidores e sua não menos inexplicável severidade, até mesmo crueldade, para com os sinceros defensores da fé. E eu o advirto, Eminência", ele se dirigia ao novo Secretário de Estado, Eugenio Pacelli, "essas acusações contra os bispos agora começaram a atingir a Santa Sé!"

O papel de Achille Ratti, o Papa Pio XI, na tragédia mexicana foi aparentemente muito semelhante ao seu papel no caso francês. Mons. Manriquez, o novo bispo de Durango, tentou explicá-lo, "O que nós mexicanos devemos lembrar sobre Sua Santidade é que a razão pela qual ele agiu de forma equivocada foi a enorme pressão exercida sobre ele por

indivíduos determinados a impor sua vontade. No fim, esses intrigantes o persuadiram de que esses “arreglos”, que todos nós sabemos não resolveram absolutamente nada, eram o único meio de obter liberdade para a Igreja mexicana.”

Até hoje o tratado jamais recebeu um nome mais digno do que “los arreglos”, os arranjos. Há um relato do Cardeal Baggiani segundo o qual, ao finalmente tomar conhecimento do que os arranjos realmente implicavam, o Papa Pio chorou.

Rumo à guerra

Por volta do ano de 1930, os cinco principais transformadores da Igreja Católica haviam se tornado efetivamente três, tendo Giacomo Della Chiesa falecido oito anos antes e Pietro Gasparri se aposentado após dezesseis anos como Secretário de Estado do Vaticano.

Entrando em cena a partir da Nunciatura na Alemanha estava Eugenio Pacelli, 53 anos, e logo a ele se juntaria Giovanni Battista Montini, 33. Quanto a Angelo Roncalli, então com 49 anos, seus relatórios diplomáticos de rotina chegavam a Roma a partir da Nunciatura em Istambul, onde, dizia-se, ele havia sido exilado pelo Papa Pio XI por ter introduzido em seu ensino teológico na Universidade Lateranense teorias do antroposofista Rudolf Steiner.

Retornando a Roma em janeiro de 1930 para receber o barrete cardinalício e sua nomeação como Secretário de Estado, Mons. Pacelli encontraria o Vaticano desfrutando de um novo status. Dentro dos palácios, tudo seguia como de costume, mas o terreno sobre o qual os palácios, as igrejas, jardins e capelas se erguiam havia se tornado um Estado soberano e separado.

Cartas datadas do início da década de 1920 vieram à tona, mostrando Charles Maurras instando Benito Mussolini, como primeiro-ministro da Itália, a “estabelecer a paz religiosa por meio de um gesto histórico”. Maurras referia-se ao estado de guerra fria existente entre os herdeiros da insurgência italiana do século passado e o “prisioneiro no Vaticano”, Pio XI. Seguiram-se algumas sondagens cautelosas de ambos os lados e, então, ocorreu um acontecimento sem precedentes desde que as tropas de Cardona romperam a Porta Pia em uma Roma absorvida pelo Primeiro Concílio Vaticano: O Cardeal Merry del Val, ainda no início dos seus sessenta anos, mas há muito afastado do centro do poder no Vaticano, foi convidado a participar das cerimônias oficiais do Governo Fascista para comemorar o sexcentésimo aniversário da morte de São Francisco de Assis, padroeiro da

Itália.

Pode ter sido o entusiasmo do Cardeal pela reconciliação que finalmente levou Pio XI a iniciar negociações. De qualquer forma, em 11 de fevereiro de 1929, o Cardeal Gasparri e Benito Mussolini assinaram o Tratado de Latrão e uma Concordata entre o novo Estado da Cidade do Vaticano e o Reino da Itália.

O acordo concedeu à Igreja soberania sobre 108 acres no coração de Roma, criando assim o Estado da Cidade. O catolicismo tornou-se a religião oficial da Itália. Crucifixos foram colocados nas paredes de todos os edifícios públicos, das salas de aula às delegacias de polícia em todo o país, e a educação religiosa tornou-se obrigatória nas escolas da nação.

Tanto o clero quanto a hierarquia receberam certos privilégios em questões legais. Em Roma, cortiços foram demolidos para abrir um amplo acesso à Basílica de São Pedro, enquanto uma generosa compensação financeira foi concedida à Santa Sé pelo Estado italiano como reparação pelas perdas materiais ocorridas em 1870.

O gesto histórico de paz de Mussolini, embora geralmente elogiado na época, rendeu-lhe pouca gratidão duradoura. “Pensar no que meu marido fez pela Igreja!” suspiraria a viúva Rachele Mussolini a um repórter francês muitos anos depois, e o Cardeal Krol, da Filadélfia, chamado a Roma em 1981 para ajudar a resolver os alarmantes problemas financeiros da Santa Sé, declarou, “A única coisa que mantém o navio (financeiro do Vaticano) à tona é o Patrimônio da Santa Sé, aquele ressarcimento feito pela Itália na assinatura do Tratado de Latrão. Não é um recurso inesgotável.”

Mal a tinta da Concordata havia secado quando o jovem Pe. Gianbattista Montini, capelão do setor romano da Federação dos Estudantes Universitários Católicos, a FUCI, conseguiu desestabilizá-lo. Desde a infância ele vivera a agitação da política, sendo sua mãe tão ativista quanto seu pai. Observando o Partido Popular (mais tarde rebatizado como Democrata Cristão) tomar forma praticamente na sala de estar da família, acompanhou cada eleição sucessiva de seu pai como

deputado por Brescia ao parlamento nacional até 1924, quando a Itália se tornou um Estado de partido único. Depois daquele ano, como os antepassados de Eugenio Pacelli, os Montini passaram para o setor bancário. Em uma época em que muito poucos italianos eram antagonistas do fascismo, os Montini eram exceções notáveis e, quando a Concordata foi assinada, já haviam experimentado cinco anos de frustração política. Não surpreendentemente, o Pe. Montini viu em sua função na FUCI uma oportunidade de tomar posição. Ele decidiu recusar-se a obedecer a uma ordem do governo para permitir que seus estudantes fossem incorporados à organização nacional da juventude. Como as autoridades, em estrita conformidade com as disposições do Concordato, estavam fornecendo capelães católicos para todas as seções da formação Balilla, consideraram a retenção do grupo romano de Montini não apenas desnecessária, mas divisiva. Ordenado a aderir ou se dissolver, Montini alegou perseguição e a imprensa estrangeira, como de costume, tomou para si o clamor. No auge da controvérsia, o Vaticano emitiu uma encíclica inflamadamente anti-governamental que, para rápida divulgação à imprensa, foi publicada não no habitual latim, mas em italiano. *Non Abbiamo Bisogno*, segundo um antigo membro da FUCI, o estadista Giulio Andreotti, foi escrita não pelo Papa Pio XI, mas por seu novo Secretário de Estado, Eugenio Pacelli. A tão desejada paz religiosa foi despedaçada. Para salvar o que fosse possível das esperanças de 1929, e diante de uma incriminação mundial, o governo de Mussolini permitiu a sobrevivência da FUCI, desde que ela se limitasse a atividades religiosas.

Apenas seis semanas antes do aparecimento de *Non Abbiamo Bisogno*, o próprio Papa havia emitido o que passou a ser visto como uma encíclica pró-fascista, *Quadragesimo Anno*. Destinada a ser uma homenagem ao Papa Leão XIII no quadragésimo aniversário de sua notável encíclica sobre as relações de trabalho, *Rerum Novarum*, a nova declaração demonstrava o fato de que a doutrina social católica está mais em harmonia com o sistema industrial corporativo que estava sendo desenvolvido naquela época na Itália do que com a estrutura baseada na luta de classes do capitalismo

convencional.

Aos olhos do Secretário Pacelli, o triunfo do Pe. Montini contra o governo italiano lhe havia conquistado seus galões. Muito pouco tempo depois do furor da mídia mundial, Pacelli trouxe Montini para seu gabinete para iniciar uma íntima colaboração de trabalho que duraria vinte e três anos. Dos cinco italianos que dirigiram a transformação da Igreja Católica, os dois que se mostrariam mais eficazes haviam se tornado uma equipe. Separados por uma geração, tinham tudo em comum. Ambos haviam nascido em famílias ambiciosas em relação ao Vaticano. Ambos haviam passado a infância em isolamento forçado, com pouca oportunidade tanto para convivência normal com seus pares quanto para instrução em sala de aula. **Suas carreiras foram notavelmente cultivadas pelo Vaticano.** O próprio Papa Leão colocara o jovem Pacelli sob os cuidados do Cardeal Rampolla e outro Papa, Bento XV, o consagraria ao episcopado em uma cerimônia privada na Capela Sistina. Quanto a Giovanni Montini, ele foi recebido imediatamente após a ordenação por Pio XI, que o nomeou para a Nunciatura em Varsóvia com as palavras, "Você é o jovem sacerdote mais promissor de Roma", e isso apesar do fato de que levaria dezessete anos para que Montini obtivesse um diploma em Direito Canônico. De fato, ele não havia recebido nem o título nem a consagração episcopal quando Pio XII o fez Pro-Secretário de Estado em 1954.

À medida que a tensão política internacional aumentava durante a década de 1930, o Secretário Pacelli e o Pe. Montini viam-se cada vez mais comprometidos com um dos lados. Segundo Andreotti, não apenas *Non Abbiamo Bisogno* foi obra de Pacelli, mas também a veemente *Mit Brennender Sorge*, a outra encíclica em língua vernácula, esta dirigida contra o governo da Alemanha. O falecido Cardeal Siri, de Gênova, observou que os rascunhos originais deste último documento mostram numerosas correções de próprio punho de Pacelli. O fato de que a encíclica anti-marxista de Pio XI, *Divini Redemptoris*, tenha aparecido apenas cinco

dias depois da anti-alemã Mit Brennender Sorge de Pacelli dá a impressão de que, mais uma vez, Papa e Secretário travavam duas batalhas separadas, bastante desafinadas entre si. *Divini Redemptoris*, com sua frase mais citada, "O comunismo é intrinsecamente mau", estava destinada a apresentar sérios problemas para o Papa Pacelli em suas relações com os católicos americanos quando a Rússia entrou na Segunda Guerra Mundial.

Com Achille Ratti já em seu octogésimo ano, sabe-se que o Cardeal Pacelli assumiu virtualmente o controle do Vaticano. Ciente de que Pio desejava receber Adolf Hitler em audiência durante uma próxima visita de Estado à Itália, ele levou o Papa idoso para Castel Gandolfo. Depois, ao saber que o chanceler alemão havia manifestado particular desejo de ver os maiores afrescos de Michelangelo, trancou a Capela Sistina. Houve grande constrangimento por parte das autoridades italianas quando, sem aviso prévio, a comitiva acompanhante se deparou com uma placa, "fechado para reformas".

Em março de 1938, quando as tropas alemãs entraram na Áustria, o Cardeal Innitzer, de Viena, foi envolvido na celebração que durou toda a noite ao longo da Ringstrasse e acabou dando sua bênção às multidões extasiadas. Assim que a notícia chegou ao Vaticano, diz-se que o Cardeal Pacelli expressou "verdadeira amargura". Ele prontamente chamou Innitzer a Roma e ordenou que fizesse uma retratação pública e, embora a ordem não tenha vindo do Papa, mas apenas do Secretário de Estado, o austríaco obedeceu. Naquele ano, 1938, despercebido por todos, exceto por uma elite intelectual, a *Civiltá Cattólica*, a revista jesuíta considerada a voz semi-oficial do Vaticano, deixou subitamente de lado seus alertas sobre o perigo da maçonaria para a Igreja, particularmente em seu declarado programa de criar o que chamava de uma "nova ordem mundial".

Segundo Giulio Andreotti, **as duas longas viagens internacionais do Cardeal Pacelli foram realizadas inteiramente por iniciativa própria, e não por ordem do Papa.** Como Secretário de Estado, ele participou do Congresso Eucarístico Internacional de 1936 em Buenos Aires e, no mesmo

ano, esteve nos Estados Unidos, onde visitou doze províncias eclesiásticas, manteve consultas com setenta e nove bispos, visitou dezenas de instituições religiosas, seminários e hospitais, culminando a viagem como convidado do presidente Roosevelt em Hyde Park.

Os dois teriam "se dado esplendidamente", e Roosevelt, em correspondência posterior, passou a dirigir-se ao Papa Pacelli como **"meu velho e bom amigo"**. Em Nova York, o futuro Pio XII foi hóspede de Myron C. Taylor que, apesar de ser bem conhecido por ter alcançado o Trigésimo Terceiro Grau na maçonaria, viria a ser recebido como Enviado Especial de Washington junto ao Vaticano durante os anos de guerra.

A espetacular viagem americana de Pacelli em 1936 foi cuidadosamente organizada pelo Arcebispo Spellman, de Boston, e faria do Secretário de Estado uma figura muito mais importante aos olhos do público do que a personalidade estudiosa e um tanto sisuda do Papa reinante.

Na frente religiosa, em meados da década de 1930, a parceria Pacelli-Montini podia olhar para trás, para os dois grandes golpes da década, antes das supressões na França e no México, com certas apreensões. Se a nova e ousada Igreja pudesse ostentar apenas negação, pareceria tão rígida e intolerante quanto a antiga. Junto com a destruição, deveria vir a construção. Era necessário agora um novo entusiasmo espiritual.

Causando o maior entusiasmo nos círculos acadêmicos no momento estava um ensaio impresso privadamente intitulado *Le Sens Humain*, do paleontólogo jesuíta francês, Pierre Teilhard de Chardin. Antecipando seu *Phenomenon of Man*, o trabalho oferecia um salto ousado em uma escatologia baseada na evolução que os criadores de um novo tipo de cristianismo bem poderiam ter sido tentados a adotar e adaptar. De muitas maneiras, isso se assemelhava às desvios mais coloridos do modernismo pré-Pio X. Admitidamente sob os próprios encantamentos de Teilhard, os reformadores decidiram não convidar as massas católicas a compartilhar

das fantasias do jesuíta francês. A experiência lhes havia mostrado que o fiel comum espera uma certa medida de realismo junto com sua piedade.

Embora as especulações de Teilhard tenham sido descartadas, não atraíram condenação do Vaticano.

Mais tarde, supôs-se que certas passagens da encíclica *Humani Generis*, de Pacelli, teriam sido concebidas como uma repreensão ao evolucionismo do jesuíta; no entanto, o documento papal não mencionava nomes e, falando por ocasião do centenário do nascimento de Teilhard em 1970, o cardeal Casaroli elogiou "o impacto surpreendente de sua pesquisa, o brilho de sua personalidade, a riqueza de seu pensamento, sua poderosa intuição poética, sua percepção aguda da dinâmica da criação, sua vasta visão da evolução do mundo".

Na década de 1930, não foi o Vaticano, mas sua própria ordem, a Society of Jesus, que proibiu Teilhard de Chardin de publicar quaisquer obras religiosas durante sua vida e, por muitos anos, a ordem também lhe proibiu de lecionar. No entanto, pouco depois de se tornar papa, Eugenio Pacelli persuadiu os jesuítas a suspender a proibição para que uma série de palestras de Teilhard pudesse ocorrer em Paris ocupada pelos alemães durante os últimos anos da guerra.

Embora as teorias de Teilhard de Chardin tenham alcançado certa voga no limitado mundo acadêmico, foram os pensamentos de outro francês, um leigo, que, uma vez abraçados pelo Vaticano, se tornariam o alimento espiritual que os transformadores vinham procurando.

Jacques Maritain, professor de filosofia no Catholic Institute of Paris, havia nascido em uma família protestante. Durante seus anos de estudante na Sorbonne, converteu-se ao catolicismo e tornou-se membro da *l'Action Française*. Em 1926, surpreso com a súbita repressão do Vaticano contra aquela organização, foi a Roma, onde, graças ao seu prestígio como estudioso tomista, conseguiu conversar em particular tanto com o Papa

quanto com o Secretário de Estado. Embora o propósito de sua viagem tivesse sido perguntar como a condenação de Maurras havia sido possível, ele deve ter acabado expondo um conjunto de ideias teológicas que vinham ocupando sua mente há algum tempo. Ele deixou Roma com a incumbência, seja de Pio XI ou, mais provavelmente, do secretário Gasparri, de reunir suas teorias sobre o que chamava de "humanismo integral" em um livro.

Dez anos depois, surgiu a obra de Maritain que abalaria a Igreja. Quase simultaneamente à primeira edição francesa, saiu uma versão italiana com uma introdução elogiosa de seu tradutor, Giovanni Battista Montini.

A tese de Maritain propõe uma mudança básica na eclesiologia, isto é, na maneira como a Igreja olha para si mesma, para sua função e identidade. Seu livro preparou o caminho para a grande mudança de paradigma que seria encontrada na encíclica *Mystici Corporis*, de Pio XII. No entanto, como é o papa, e não os teólogos, quem efetiva a aceitação de novas crenças, a mensagem de Maritain, já circulando livremente nos círculos acadêmicos, teve de esperar por uma encíclica papal antes de poder tornar-se parte da vida dos fiéis. Em 1936, Achille Ratti ainda era papa.

A tese de Maritain propõe uma mudança básica na eclesiologia, isto é, na maneira como a Igreja olha para si mesma, para sua função e identidade. Seu livro preparou o caminho para a grande mudança de paradigma que seria encontrada na encíclica *Mystici Corporis*, de Pio XII. No entanto, como é o papa, e não os teólogos, quem efetiva a aceitação de novas crenças, a mensagem de Maritain, já circulando livremente nos círculos acadêmicos, teve de esperar por uma encíclica papal antes de poder tornar-se parte da vida dos fiéis. Em 1936, Achille Ratti ainda era papa.

O Humanismo Integral, não muito diferente das teorias de Teilhard de Chardin, vislumbra religiões de todo tipo convergindo para um único ideal humano em uma civilização mundial na qual todos os homens serão reconciliados na justiça, no amor e na paz. A amizade entre os homens guiará toda a vida rumo a uma misteriosa realização do Evangelho. Como

explica o teólogo francês Henri Le Caron, “o Humanismo Integral é uma fraternidade universal entre homens de boa vontade pertencentes a diferentes religiões ou a nenhuma, inclusive aqueles que rejeitam a ideia de um criador. É dentro desse quadro que a Igreja deve exercer uma influência fermentadora sem se impor e sem exigir que seja reconhecida como a única e verdadeira Igreja. O cimento dessa fraternidade é duplo: a virtude de fazer o bem e uma compreensão fundamentada no respeito pela dignidade humana.

“Essa ideia de fraternidade universal”, continua Le Caron, “não é nova nem original. Já havia sido defendida pelos filósofos do século XVIII e pelos revolucionários franceses de 1789. É também a fraternidade querida dos maçons e dos marxistas. O que distingue o humanismo de Maritain é o papel que ele atribui à Igreja. Dentro da fraternidade universal, a Igreja deve ser a inspiração e a Irmã Mais Velha, e é evidente que, se quiser conquistar a simpatia de seus irmãos mais novos, não deve ser intransigente nem autoritária. Deve aprender a tornar a religião aceitável. Deve ser prática, em vez de dogmática.”

Que o entusiasmo inicial do Pe. Montini por Maritain o acompanhou ao longo de toda a sua vida é descrito pelo romancista e ex-jesuíta Malachi Martin: “O Humanismo Integral de Paulo VI permeou toda a política de seu pontificado. O que essa filosofia afirma é que todos os homens são naturalmente bons, que responderão ao bem e rejeitarão o mal se lhes for mostrada a diferença. A função da Igreja é meramente dar testemunho por meio do serviço aos homens no mundo de hoje, onde uma nova sociedade está nascendo.”

A implementação da doutrina de Maritain pode ser reconhecida em documento após documento provenientes do Concílio Vaticano II e na maioria das exortações e encíclicas oficiais que se seguiram, ainda que, à época em que o livro de Maritain apareceu pela primeira vez, o Concílio ainda estivesse a um quarto de século no futuro. A tese pode ser sentida como uma espécie de baixo contínuo que ressoa até os nossos dias. Isso estava implícito na calorosa acolhida que Pio XII concedeu a Maritain

quando este foi a Roma como o primeiro embaixador francês do pósguerra junto à Santa Sé, nas muito frequentes homenagens públicas de Paulo VI, nos constantes encontros de estudo e simpósios dedicados à sua obra que proliferaram por todo o mundo acadêmico católico e no elogio entusiástico prestado a Maritain por João Paulo II por ocasião do centenário do nascimento do filósofo. Ao final dos turbulentos anos trinta, a aceitação do Humanismo Integral pelo Vaticano fazia com que fosse apenas uma questão de como transmiti-lo aos fiéis após a morte do velho Papa.

No terceiro mês do último ano da década, Eugenio Pacelli foi eleito para o papado e, no nono mês, começou a Segunda Guerra Mundial.

Aprofundando

Guerra ou não guerra, a revolução católica, sob o impulso de seu recém-encontrado reforço teológico, daria um salto adiante durante o início da década de 1940. Em sua primeira encíclica, *Summi Pontificatus*, o novo Papa ofereceu uma correção à *Quas Primas* de seu predecessor, com seu apelo a um retorno às relações tradicionais entre Igreja e Estado. Em vez de buscar a autoridade vinda de cima, de "Cristo Rei", como o papa Ratti a havia definido, Pacelli insistia que a base do governo deveria ser a solidariedade humana. O historiador britânico W. A. Purdy comenta: "*Summi Pontificatus* antecipa aquele interesse pela comunidade mundial ideal que figuraria cada vez mais nos pronunciamentos do Papa ao longo dos vinte anos seguintes". Embora atenuada sob uma fraseologia tradicional, estava implícita no texto a tese de Maritain, que defendia uma aproximação das religiões do mundo. *Summi Pontificatus* antecipava o Dia da Paz de João Paulo II em Assis.

No âmbito da aplicação prática da tese que havia sido timidamente promovida como "conversas" entre anglicanos e católicos duas décadas antes, o ecumenismo agora avançava para uma simpatia plena. Em Roma, um encontro chamado "Love and Charity" ocorreu sob os auspícios da Santa Sé. O cardeal presidente, Lovatelli, pediu o "fim de polêmicas inúteis e divisivas em favor do amor por nossos irmãos em Cristo". Efetivamente, tratava-se de um chamado para que o coração substituísse a mente, o sentimento substituísse o senso. Assim, discussões sobre questões como a presença real de Cristo na Eucaristia deram lugar à questão de saber se protestantes e católicos sentiam afeição uns pelos outros. Enquanto isso, os jesuítas ingressaram no novo fórum público patrocinando as palestras do entusiasta da Igreja global, Pe. Charles Boyer, em sua Universidade Gregoriana. Em trinta e seis anos de ensino ali, estima-se que o Pe. Boyer tenha influenciado algo como cinco mil candidatos de elite ao sacerdócio com sua paixão pelo ecumenismo.

À medida que a guerra se intensificava mais furiosamente do que nunca, espalhando-se agora até o Pacífico, a Paris ocupada oferecia um oásis de curiosa tranquilidade. O estilista Christian Dior, graças às generosas concessões de materiais luxuosos que lhe foram concedidas pelas autoridades alemãs, apresentava seu suave e fluido “new look”, enquanto Pierre Teilhard de Chardin, graças à simpatia de Pio XII, expunha seu modo suave e fluido de ser católico.

Ele exultou para um amigo: “Agora tenho tantos amigos em boas posições estratégicas que estou absolutamente sem medo do futuro.” Ao mesmo tempo, chegou-lhe a notícia, de Bruxelas ocupada, de que um de seus discípulos, Pe. Jean Monteil, discursava em um congresso de filósofos e teólogos na Universidade de Louvain sobre algumas das teorias mais fantasiosas de Teilhard. “A revolução”, declarou Monteil, “exige novas técnicas, mas isso não basta. O que deve ocorrer é uma reclassificação. Todos os conceitos de humanidade devem ser postos em questão.”

Enquanto católicos franceses comuns, aos milhares, enfrentavam prisão ou morte, muitas vezes em execuções sumárias nas mãos da triunfante “Resistência”, a diplomacia suave por parte de Mons. Roncalli, novo núncio apostólico de Pio XII na França, conseguiu salvar todos, exceto dois membros da hierarquia francesa, de qualquer punição. A mensagem do futuro Papa João ao general de Gaulle foi tão notável quanto bem-sucedida: “Espere! Deixe-os ser. Nós, no Vaticano, estamos empenhados em criar um tipo de Igreja inteiramente novo, que será do seu agrado, e faremos com que os bispos da França caminhem conosco. Tenha paciência!”

Não só o general foi paciente, como se tornou notavelmente cooperativo ao designar o prof. Jacques Maritain para a Santa Sé como embaixador francês. O formulador do Humanismo Integral passara os anos de guerra no Canadá, refugiado da França de Vichy, por causa de sua esposa, Raïssa, de origem judaica. Ensinando principalmente em Toronto, ele também atuara como professor visitante em diversas universidades nos

Estados Unidos.

Roma, naquele período, viu o surgimento do Movimento dos Focolares, um precursor tanto dos “Católicos Carismáticos” quanto das chamadas “comunidades de base”, as organizações em forma de células nas paróquias que se mostrariam tão eficazes na difusão da “teologia da libertação” marxista na América Latina. Hoje uma organização mundial, o compromisso inicial dos Focolares com um “novo sacerdócio” e uma “nova humanidade” constituiu uma rica fonte para o progressismo. Uma entusiasta inicial dos Focolares foi a condessa Pacelli, irmã do Papa Pio

XII. Enquanto isso, a disciplina sacramental afrouxava. Um dos primeiros atos do Papa Pacelli foi flexibilizar as regras do sacramento da penitência ao restabelecer a permissão concedida durante a Primeira Guerra Mundial para que um padre *versus individual*, concedesse absolvição aos soldados prestes a “ir para o combate”. Posteriormente, ele estendeu o indulto para incluir civis em perigo de bombardeio aéreo e, por fim, prisioneiros de guerra com dificuldades de idioma. A liturgia ainda era em latim; no entanto, a Missa dialogada, ou *Missa Recitata*, na qual as respostas eram dadas pela congregação em vez de por um acólito no altar, estava se tornando tão difundida na Alemanha em tempos de guerra que o bispo Gröber de Freiburg-im-Breisgau expressou preocupação de que “a insistência ávida dos neoliturgistas na participação dos leigos está começando a subtrair do papel sacrificial do sacerdote.” Tais queixas suscitaram uma resposta papal na forma da encíclica *Mediator Dei* sobre o tema da liturgia. Didier Bonneterre, em seu excelente estudo, *Le Mouvement Liturgique*, tece grandes elogios ao documento, que recomenda cautela e prudência quanto à reforma litúrgica. Em seguida, porém, lamenta: “No entanto, lamento — e continuo a lamentar — que esse belo texto não tenha sido acompanhado de medidas concretas, nem de sanções. Pio X não se contentou em escrever *Lamentabili*; ele proibiu o Sillon e excomungou Tyrrell e Loisy.” Com suas seleções de São Paulo, com frases como “Experimentai tudo; conservai o que é bom”, *Mediator Dei* foi, de

fato, tomada pelos neoliturgistas como um sinal verde para a experimentação.

Enquanto isso, o Vaticano aprovava uma atualização litúrgica por meio de uma nova tradução latina dos *Psalmos* para as Horas Canônicas. O Pe. Bonneterre observa: “Essa versão, muito fiel ao texto hebraico, carece totalmente de sentimento poético. Está repleta de palavras difíceis de pronunciar e impossíveis de cantar segundo as melodias gregorianas. Permanece como um testemunho da falta de sensibilidade litúrgica por parte de Agostino Bea e de seus confrades jesuítas no Biblicum.”

O Instituto Bíblico Pontifício, conhecido em Roma como o “Biblicum”, havia sido fundado pelo Papa Pio X como um centro para o estabelecimento de normas ortodoxas na pesquisa e interpretação bíblica, numa época em que a tradução aprovada da Vulgata das Escrituras estava sob ataque tanto de exegetas protestantes quanto de católicos modernistas. No final da década de 1930, o Biblicum começou a passar por rápidas mudanças quando o Secretário de Estado Pacelli trouxe para Roma um velho amigo de seus dias em Berlim e Munique, Pe. Bea, provincial da Companhia de Jesus na Alemanha, pedindo a Pio XI que o tornasse chefe da instituição. Por fim, o Papa também aceitou Bea como seu confessor.

Salvaguardando os Marxistas

Repetidas vezes, ao longo de sua longa história, a Igreja Católica Romana reagiu espontaneamente a severas pressões externas. A cada grande ataque, convocava um concílio para que, em assembleia episcopal, pudesse redefinir e assim reafirmar sua identidade. Tal recurso foi adotado vinte e seis vezes em mil e novecentos anos. Então, em meados da década de 1940, diante do golpe mais duro desde a revolta protestante — a saber, o avanço do comunismo ateu pela Europa, um avanço que implicou a subjugação de sessenta e cinco milhões de católicos romanos — o Vaticano não registrou reação alguma. De fato, Roma aguardaria dezessete anos antes de convocar um concílio e, durante as sessões desse concílio, a questão do marxismo não apenas não foi discutida: discuti-la era estritamente proibido.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial acarretou para a Igreja algumas das experiências mais violentas de sua história. Qualquer empreendimento confrontado com uma inundação ou um incêndio tomaria medidas imediatas, convocando seu conselho de diretores para avaliar os danos e traçar a estratégia futura. Se houve algum momento em que um Papa deveria reunir ao seu redor seus principais colaboradores, esse momento foi o ano de 1946.

No entanto, em uma densa série de aparições públicas durante aquele ano, Pio XII evitou qualquer referência ao marxismo. Em seu discurso de junho ao Colégio dos Cardeais, ao mesmo tempo em que “rejeitava rivalidades e agrupamentos ditados unicamente por interesses políticos e econômicos”, expressou confiança de que “os perigos à Direita e à Esquerda” poderiam ser evitados “à luz da Igreja”. Em seguida, passou a defender a notável posição unilateral que mantivera durante a guerra, dizendo: “Nós, como cabeça da Igreja, recusamo-nos a conclamar os cristãos a uma cruzada.” Ele fora cauteloso, disse, apesar das pressões,

“para assegurar que nenhuma palavra de aprovação da guerra contra a Rússia fosse permitida.” Enquanto católicos húngaros, arrastados para o vórtice soviético, imploravam por ajuda, Pacelli exortava à “paciência e resistência” porque, segundo ele, “o velho carvalho pode ser açoitado, mas não pode ser arrancado.”

No *Acta Apostolica*, o catálogo oficial dos discursos e atos pontifícios, nem a palavra “comunismo” nem a palavra “socialismo” podem ser encontradas por doze longos anos cruciais, isto é, de 1937, o ano seguinte às conversas de Pacelli com o presidente Roosevelt, até 1949, quando a derrota do Partido Democrata Cristão italiano pelo Partido Comunista nas iminentes eleições nacionais parecia iminente.

Quanto à cruzada mencionada pelo Papa, em 1941 o cardeal francês Boudrillat fora a Roma para solicitar uma bênção papal para os regimentos voluntários de franceses, espanhóis, italianos, croatas, húngaros e eslovenos, católicos quase sem exceção, que partiam com o Exército Alemão para conquistar a Rússia soviética ou, como o cardeal colocou ao Papa, “para libertar o povo russo”. Junto com os voluntários “cruzados” seguia um contingente considerável de sacerdotes de língua russa e ucraniana, jovens formados do Russicum, o seminário russo de Roma, que esperavam abrir igrejas há muito fechadas ao longo do caminho. As expectativas do cardeal Boudrillat foram rapidamente frustradas por Pio XII, que ordenou que o pedido de bênção fosse imediatamente retirado. Além disso, o cardeal não deveria ter qualquer contato com a imprensa.

À medida que a guerra se arrastava, haveria pressões ainda mais fortes sobre Pio XII para que empregasse o peso de seu cargo na resistência ao avanço do marxismo.

Em maio de 1943, o núncio Roncalli escrevia de Istambul, expressando “pânico” diante da nova ofensiva soviética. Ele tentara em vão, disse, descobrir, a partir de seu recente visitante, o cardeal Spellman de Nova York, até que ponto Roosevelt havia feito promessas a Stalin.

De Berna, o núncio na Suíça, Mons. Bernardini, escreveu ao Papa que a imprensa suíça, “até então preocupada com a hegemonia alemã na Europa, começou de repente a levar em conta um perigo muito maior, de fato mortal, o de a Alemanha cair nas mãos dos soviéticos”.

Pleiteando em favor das maiorias católicas na Polônia e na Hungria, instou o Papa a apoiar qualquer iniciativa razoável de paz por parte dos Aliados e a condenar a insistência intransigente de Roosevelt e do secretário do Tesouro americano, Morgenthau, de que a Alemanha deveria render-se incondicionalmente.

Em março, o cardeal Maglione, secretário de Estado do Vaticano, sem, ao que se deve supor, o conhecimento do Papa, instava o enviado britânico junto à Santa Sé a tentar convencer o primeiro-ministro Churchill de que o Império Britânico precisava de uma Alemanha não comunista em uma Europa estável. Por fim, em abril, o primeiro-ministro da Hungria, Kallay, foi ao Vaticano com um apelo desesperado ao Papa para que se colocasse à frente de uma iniciativa de paz capaz de deter o avanço soviético que estava prestes a engolfar os povos cristãos da Europa.

Pio XII, como viria a se gabar em sua mensagem de 1946 ao Colégio dos Cardeais, resistiu a toda pressão, rejeitou todo apelo. E apresentou sua razão: “O nacional-socialismo teve um efeito mais funesto sobre o povo alemão do que o marxismo teve sobre os russos. Somente uma reversão total da política alemã, particularmente naquilo que diz respeito aos judeus, poderia tornar possível qualquer iniciativa por parte da Santa Sé.”

Uma comparação estranha de se fazer quando, em contraste com o isolamento soviético no ateísmo agressivo, Alemanha e Vaticano desfrutavam de plenas relações diplomáticas, quando igrejas não apenas estavam abertas, mas, como escolas e universidades católicas, eram subsidiadas pelo Estado alemão. Adolf Hitler jamais foi excomungado, nem sua autobiografia, *Mein Kampf,* foi alguma vez colocada no *Index*.

A curiosa lenda de que Eugenio Pacelli foi indiferente ao destino dos judeus europeus teve sua origem na tese “o silêncio de Pio XII”, uma invenção de um dramaturgo protestante alemão, Rudolf Hochhuth, e de um jornalista judeu alemão, Saul Friedlander, ambos escrevendo na década de 1960. Que houve um silêncio trágico, os doze volumes da *Acta Apostolica* o atestam, mas o silêncio não dizia respeito aos judeus. Ao contrário, o historiador jesuíta Robert Graham afirma: “Pio XII foi o maior benfeitor dos judeus nos tempos modernos.”

Adolf Hitler havia sido Chanceler da Alemanha por menos de meio ano quando o Secretário de Estado Pacelli estava instando o Papa Pio XI a conceder hospitalidade dentro da Cidade do Vaticano a judeus proeminentes que a solicitavam. Em 1937, ao chegar ao porto de Nova York a bordo do *Conte di Savoia*, o Cardeal Pacelli pediu ao Capitão que içasse um estandarte improvisado com a estrela de seis pontas do futuro Estado de Israel em homenagem, disse ele, a seiscentos judeus alemães a bordo. Um ano depois, católicos em Munique ficaram espantados ao ver a *Torah* e outros objetos rituais sendo removidos da principal sinagoga da cidade na limusine do Arcebispo para serem guardados em segurança no palácio episcopal e ao saber que havia sido o Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Pacelli, em Roma, quem ordenara a transferência. Um de seus últimos atos antes de se tornar Papa foi notificar bispos americanos e canadenses de seu desagrado diante da relutância de universidades e faculdades católicas em seus países em aceitar mais professores, acadêmicos e cientistas judeus europeus em seus quadros, e ele recorreu aos bispos para remediar a situação.

Como Pio XII, Pacelli compreendeu desde cedo a importância da Palestina para a mente judaica. Assim que a notícia do avanço alemão sobre a Polônia chegou a Roma, ele estava telegrafando a seu Núncio, Paccini, em Varsóvia, para “tentar organizar judeus poloneses para uma passagem para a Palestina”. Enquanto isso, em Istambul, Mons. Roncalli, incumbido

de trabalhar no ponto intermediário onde os judeus receberiam certificados de batismo católico na esperança de que os britânicos os deixassem passar, registrou um protesto veemente. “Certamente”, escreveu ele a Pio XII, “uma tentativa de reviver os antigos Reinos da Judeia e de Israel é utópica. Isso não exporá o Vaticano a acusações de apoio ao sionismo?” O Secretário de Estado, Cardeal Maglione, estava pouco menos perturbado. “Como”, perguntou ao Papa, “pode o senhor justificar historicamente um critério de trazer de volta um povo à Palestina, um território que eles deixaram há dezenove séculos? Certamente há lugares mais adequados para os judeus se estabelecerem.”

Anos depois, provocado pelas acusações de Hochhuth, o Papa Paulo VI permitiu a abertura de uma certa seção dos Arquivos do Vaticano sob os cuidados de quatro estudiosos jesuítas. O americano entre eles, Robert Graham, disse ao *Washington Post*: “Fiquei estupefato com o que estava lendo. Como alguém poderia explicar uma ação tão contrária ao princípio da neutralidade?” Ele estava descobrindo que, durante os primeiros meses da guerra, o novo Papa escrevia pessoalmente os textos intensamente antialemães transmitidos ao redor do mundo pela Rádio Vaticano. Embora seu envolvimento pessoal não tenha sido descoberto na época, o caráter sensacional dos textos foi tão forte que provocou vigorosos protestos do Embaixador alemão junto à Santa Sé e até mesmo dos próprios bispos poloneses. As transmissões foram suspensas para desgosto de Londres, que perdeu o que o Pe. Graham chama de “uma formidável fonte de propaganda.”

Pio XII então voltou sua atenção para a criação de seu Comitê Católico de Refugiados em Roma, colocando-o sob a responsabilidade de seu secretário, Pe. Leiber S.J., e de sua governanta, Madre Pasqualina. Mons. Georges Roche, em seu *Pie XII avant l’Histoire*, afirma que esse comitê abriu caminho para que milhares de judeus europeus entrassem nos Estados Unidos como “católicos”, fornecendo-lhes um serviço de documentação regular e eficiente, certificados de batismo, auxílio financeiro e arranjos no exterior. O historiador francês estima que, em 1942, mais de um milhão de

judeus estavam sendo abrigados em conventos e mosteiros por toda a Europa, sob diretrizes do Vaticano. Segundo o historiador britânico, Derel Holmes, judeus, bem como partidários dos movimentos guerrilheiros clandestinos, eram vestidos como monges e freiras e ensinados a cantar cantochão. O próprio Papa estabeleceu um exemplo ao cuidar de cerca de quinze mil judeus e italianos antigovernamentais em Castel Gandolfo, bem como de mil na Cidade do Vaticano, entre eles o líder socialista italiano, Pietro Nenni.

A pequena cidade montanhosa de Assis, de São Francisco, tornou-se o principal centro para a impressão de certificados de batismo, enquanto Pio XII passava a estabelecer o complexo conhecido como a Cittadella, uma espécie de “think tank” para novos projetos da Igreja que um dia organizaria o “Dia da Paz” do Papa João Paulo II. Ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial, foi concedida permissão papal para que serviços de sinagoga fossem realizados no nível inferior da Basílica de São Francisco. Foi ali, na Cittadella, que Mons. Bugnini realizou a maior parte de seu trabalho em uma “Nova Missa”.

Até mesmo o Núncio Roncalli, apesar de seu protesto, acabou cedendo para fornecer certificados de batismo falsos; o Cardeal Tisserant e seu Joint Distribution Committee estavam facilitando a emigração judaica sob o próprio nariz do governo de Vichy. Mons. Roche, que atuou como secretário do Cardeal, descreve uma gráfica clandestina em Nice que era protegida pelo prefeito da cidade e pelo Arcebispo, onde 1895 carteiras de identidade falsas, 136 permissões de trabalho falsas, 1230 certidões de nascimento falsas, 480 cartas de desmobilização falsas e 950 certificados de batismo falsos foram produzidos antes que a operação fosse descoberta.

Em um gesto espetacular, Pio ordenou que o selo papal fosse gravado na fachada da principal sinagoga de Roma, antes da chegada das tropas alemãs, enquanto na Hungria o Pe. Montini trabalhava para proteger 800.000 judeus, desde que se submetessem ao batismo em massa. Na vizinha Tchecoslováquia, famílias judaicas como a de Madeleine Albright

desfrutariam do mesmo privilégio, algo que, segundo a Secretária de Estado americana, causou-lhe “grande dor”.

Para o contínuo espanto dos estudiosos jesuítas, eles se depararam com documentação arquivada do envolvimento pessoal de Pio XII em um plano para derrubar Hitler.

Em janeiro de 1940, o Papa foi abordado por um emissário de uma certa clique de generais alemães que lhe pediram que dissesse ao governo britânico que eles se comprometeriam a “remover” Hitler caso tivessem certeza de que a Grã-Bretanha aceitaria chegar a um acordo com um regime alemão moderado. Pio prontamente executou a missão por meio de Sir Francis D’Arcy Osborne, enviado de Londres à Santa Sé. A oferta foi recusada. Três meses depois, em 6 de maio de 1940, graças a seu amigo Josef Mueller, um agente duplo alemão, o Papa pôde fornecer a Osborne detalhes do iminente avanço alemão no Oeste, a chamada *Blitzkrieg*, instando-o a transmitir a informação aos governos da Holanda, Bélgica e França. Todos os três teriam posteriormente sido relatados como incrédulos.

A preferência papal por um dos lados durante a guerra encontrou um grande obstáculo quando o lado aliado passou a ser o lado soviético. Naquele momento, a chamada “Fortaleza Europa” de Hitler havia se tornado esmagadoramente católica. Com a incorporação dos alemães da Áustria católica, da Alsácia-Lorena, do Sarre, dos Sudetos e da Polônia ocupada pelos alemães, o Terceiro Reich passou a ter uma enorme maioria católica, enquanto seus aliados, Itália, Eslováquia, Eslovênia e Croácia, eram inteiramente católicos, e a Hungria em grande parte o era. A França ocupada estava cooperando, e a Espanha e Portugal católicos eram simpáticos. Um padre católico havia sido eleito presidente da República da Eslováquia, criada pelos alemães, e, com a proibição ampliada da maçonaria pelo Eixo, crucifixos passaram a ser colocados nas paredes de todos os edifícios públicos na França, como já havia ocorrido na Itália na época do Concordato Vaticano-Fascista, enquanto o antigo lema da Revolução Francesa, Liberdade, Igualdade, Fraternidade, era substituído

nas moedas francesas por Trabalho, Família, Pátria.

Com a “fortaleza” virtualmente católica, Pio XII encontrou-se na posição constrangedora de ter se tornado o defensor da Rússia ateia e de uma Grã-Bretanha esmagadoramente protestante, de seu vasto Império majoritariamente não cristão e dos Estados Unidos da América, também predominantemente protestantes. Seu dilema atingiu o auge com Pearl Harbor e a entrada americana na guerra. Como iriam quarenta milhões de católicos americanos enfrentar essa contingência? Já a maioria daqueles de origem italiana, alemã, irlandesa, húngara, eslovena e eslovaca se autodenominava “isolacionista”. As atrocidades comunistas sofridas por padres e freiras durante a recente Guerra Civil Espanhola estavam vivas em suas mentes.

Diplomata habilidoso que era, Pio XII enfrentou o desafio. Nomeando o dinâmico jovem Michael J. Ready, bispo auxiliar de Cleveland, para liderar uma campanha de “reinterpretar” a encíclica antimarxista de Pio XI, *Divini Redemptoris*, foi difundida a ideia de que Josef Stalin estava abrindo caminho para a liberdade religiosa na União Soviética. Deve ter sido um notável jogo de equilíbrio por parte do bispo Ready e de seus assistentes quando se considera que o antigo Papa, Achille Ratti, fora capaz de antecipar essa mesma campanha de desinformação ao escrever a encíclica dois anos antes do início da guerra. De *Divini Redemptoris*: “Há até mesmo alguns que se referem a certas mudanças recentemente introduzidas na legislação soviética como prova de que o comunismo está prestes a abandonar seu programa de guerra contra Deus. Mas não vos deixeis enganar!”

Ainda assim, os esforços do Papa Pacelli em favor do marxismo continuaram. Em julho de 1944, ele consentiu em uma reunião entre Mons. Montini e o líder incontestado dos comunistas da Itália, Palmiro Togliatti, que havia acabado de retornar ao país após dezoito anos de exílio na Rússia soviética.

De acordo com o Documento JR1022, divulgado pelo Office for

Strategic Services de Washington em 1974, “a discussão entre Mons. Montini e Togliatti foi o primeiro contato direto entre um alto prelado do Vaticano e um líder do comunismo. Após examinarem a situação, reconheceram a possibilidade potencial de uma aliança contingente entre católicos e comunistas na Itália que poderia dar aos três partidos (democratas-cristãos, socialistas e comunistas) uma maioria absoluta, permitindo-lhes assim dominar qualquer situação política. Um plano provisório foi elaborado para estabelecer as bases sobre as quais poderia ser feito um acordo entre os três partidos. Eles também elaboraram um plano das linhas fundamentais ao longo das quais poderia ser criada uma compreensão prática entre a Santa Sé e a Rússia.”

O OSS demonstrou descuido ao citar isso como o primeiro encontro entre o Vaticano e os soviéticos. Tanto Jean Madiran quanto eu questionamos Mons. Roche sobre sua menção a uma reunião em tempo de guerra entre Montini e o próprio Stalin. Recebemos respostas idênticas que nada respondiam: “Sim, concordo com você que o acordo Montini-Stalin em 1942 foi da maior importância.”

Um evento chocante que ocorreu logo em seguida foi a publicação, pela Tipografia Poliglota do Vaticano, de um livro, *Madonna di Fatima*, no qual as palavras de Nossa Senhora são tão distorcidas a ponto de fornecer aos inimigos da Alemanha uma propaganda de primeira ordem. O nome “Rússia” foi removido, de modo que a culpa alemã fosse implicada.

Quem, pergunta-se, elaborou o Relatório JR-1022? No livro *OSS, the Secret History of America’s First Intelligence Agency*, publicado pela California University Press em 1971, há indícios de que foi o próprio Montini. Segundo o autor, R. Harris Smith, o futuro Papa Paulo [VI] foi o principal homem do Vaticano em uma rede de espiões aliados especialmente encarregada de coletar informações relativas à combinação estratégica de alvos no Japão. Quanto ao principal homem do Vaticano no Japão à época, não era outro senão Pedro Arrupe, S.J., o futuro Padre Geral da Companhia de Jesus e sobrevivente do bombardeio de Hiroshima.

À época de sua reunião oficial com Togliatti, Giovanni Montini tinha

47 anos e ainda não possuía um diploma em Direito Canônico, muito menos a mitra de bispo. Ainda assim, estava encarregado de conduzir negociações de alto nível em nome da Igreja. De fato, ele havia percorrido um longo caminho ao longo da trajetória sonhada por aqueles primeiros ativistas políticos que eram seus pais.

Lavagem da Mente

P. Quem fez você?

R. Deus me fez.

P. Por que Ele fez você?

R. Ele me fez para conhecê-Lo, amá-Lo e servi-Lo nesta vida e para ser feliz com Ele para sempre na próxima.

Assim começava, de modo sereno, o ensino religioso para crianças católicas de seis anos em todo o mundo, antes da subversão vaticana. Tratava-se da simples fórmula de perguntas e respostas conhecida como o Catecismo. Os missionários há muito confiavam nesse método. No México do século XVI, agostinianos e franciscanos vindos da Espanha haviam conseguido cristianizar os indígenas em um tempo notavelmente curto fazendo perguntas como “Há muitos deuses ou existe apenas um?” As respostas eram aprendidas de cor, de modo que permanecessem prontas ao longo de toda a vida. Repetir as perguntas e respostas do Catecismo deixadas a eles pelos missionários espanhóis foi tudo o que os católicos do Japão tiveram para ajudá-los a atravessar dois séculos sem padres ou sacramentos e, muitas vezes, sob intensa perseguição.

O Catecismo era o tipo de estrutura natural e básica que certamente colocaria as mentes inquietas dos jesuítas modernos em um rumo de invenção frenética. Já em 1929, A.J. Jungmann, S.J., um jovem professor da Universidade de Innsbruck, estava solicitando a Roma permissão para apresentar uma revisão abrangente de todo o sistema catequético. Ele não recebeu incentivo de Pio XI. Foi apenas com o reinado de Pio XII e o fim da Segunda Guerra Mundial que algo foi feito, e então foi feito com vigor.

Em 1946, os jesuítas em Bruxelas estavam prontos com o que chamaram de um centro catequético. Na realidade, *Lumen Vitae* acabou se revelando a sede de um ataque frontal à crença católica sem paralelo na

história. Tratava-se de um projeto jesuíta a ser executado por jesuítas.

Que isso pudesse ter surgido ou continuar a funcionar sem aprovação papal é impossível. Os Papas estão muito bem informados sobre o que as principais ordens religiosas fazem, e Pio XII mantinha contato diário com um dos membros de mais alta posição da Companhia de Jesus, Augustin Bea. Entrevistado pouco depois da morte do Papa, o chefe do Biblicum disse: “Quanto à confissão, naturalmente, nada posso dizer. No entanto, eu estava continuamente em estreito contato com Sua Santidade em assuntos que nada tinham a ver com confissão.”

O centro *Lumen Vitae*, na Rue Washington 186, em Bruxelas, foi estabelecido ostensivamente para a criação e difusão de publicações catequéticas. Escrevendo no *The Wanderer*, Farley Clinton considerou o significado da organização: “Era uma instituição totalmente jesuíta dedicada à mais ou menos rejeição de todas as ideias recebidas e ao despojamento do ensino religioso de todo conteúdo tradicional. *Lumen Vitae* foi extremamente bem financiado desde o início e foi concebido para funcionar como um movimento mundial. É difícil transmitir em palavras quão extremamente grande essa organização havia se tornado, mesmo dentro de dez anos de sua fundação, isto é, por volta de 1956. Quando o Concílio do Vaticano Segundo foi anunciado, ela pôde agir de forma eficaz em uma escala enorme porque havia sido criada por homens com ideias muito grandiosas e extraordinária paciência.”

Levou mais de um quarto de século para que o pioneiro do movimento, o jesuíta austríaco, Dr. A. Jungmann, realizasse seu projeto de apagar o Catecismo. Um sacerdote erudito e seco, Jungmann foi um participante precoce e apaixonado do movimento neolitúrgico e viria a orientar a redação da Constituição Litúrgica do Concílio.

Na visão de Jungmann, “para que o ensino religioso seja eficaz, deve afastar-se da estéril transmissão do conhecimento teológico e, em vez disso, oferecer a boa nova do Reino de Deus.” Esta foi a mensagem precisa do Cardeal Karol Wojtyła ao Sínodo Episcopal Internacional de 1977, quando concluiu sua intervenção com as palavras: “A aceitação pessoal é o que conta, não o assentimento mental. O melhor catequista é aquele que vive a catequese.”

Já em 1943, observadores atentos que acompanhavam os frequentes discursos do Papa Pio XII poderiam ter suposto que uma nova abordagem para a educação religiosa estava em gestação. Entre as novas aberturas para os aspirantes ao sacerdócio, ele sugeria que explorassem um campo até então apenas superficialmente abordado, a saber, o da religião comparada.

Então veio *Menti Nostrae*, uma encíclica que viria a formar a base para a subversão de grande parte do ensino nos seminários.

Na opinião do Cardeal Garrone, o membro da Cúria encarregado da educação durante o pontificado de Paulo VI, "*Menti Nostrae* não estava apenas em sintonia com os tempos, era profética, um dos escritos mais heroicos do audacioso ministério de Pio XII. O documento conciliar sobre os seminários teria sido impensável sem que *Menti Nostrae* tivesse estabelecido o precedente. Nos belos textos do Concílio encontramos tudo o que Pio XII pediu com tanta coragem em sua encíclica."

O quão audaciosos eram seus pensamentos sobre o processo de aprendizagem tornar-se-ia absolutamente claro em um discurso que ele fez aos Irmãos das Escolas Cristãs, em Roma: "A arte de educar", disse o Papa, "é, em muitos aspectos, a arte da adaptação, adaptando-se à idade, adaptando-se ao temperamento, ao caráter, às necessidades de todas as aspirações justas, adaptando-se ao tempo e ao lugar e adaptando-se aos ritmos do progresso geral da humanidade."

Foi um percurso curto e rápido de *Menti Nostrae* até a vida nos seminários de hoje.

Dando o tom, a escola que Inácio de Loyola fundou em Roma no ano de 1551 como uma cidadela intelectual a partir da qual combater a revolta protestante, a Universidade Pontifícia Gregoriana.

No final da década de 1960, o latim havia desaparecido na "Greg", juntamente com a rotina monástica tradicional e todas as restrições fora do campus. As mulheres entraram em cena, cerca de duzentas frequentando as aulas, professores protestantes e judeus foram nomeados, cursos de cinema incluíam filmes sem censura de Buñuel, Bergman e Dreyer, e a cerveja passou a estar disponível em um bar interno.

Reinhardt Raffalt recordava-se de ter passado por lá um dia, em 1940, no Germanicum, o Colégio Germano-Húngaro de Roma, para encontrar os estudantes vestidos com suas batinas vermelho-vivo, jantando em silêncio enquanto ouviam uma leitura devocional. Ao fazer uma segunda visita, em 1970, foi recebido por uma babel de jovens de jeans gritando de mesa em

mesa.

Outros jovens alemães foram submetidos a uma curiosa experiência durante o final da década de 1940, quando o núncio Roncalli e o pró-secretário Montini conceberam um curso por correspondência para prisioneiros de guerra, apelidando o esquema de “seminários por arame farpado”. O currículo foi divulgado como sendo obra de Monsenhor Montini; no entanto, considerando sua agenda extremamente carregada, virtualmente dirigindo o Vaticano, e levando em conta a inclinação de Pio XII para a escrita, pode-se razoavelmente supor que as lições foram planejadas e detalhadas pelo Papa em seu excelente alemão.

O que aconteceu na “Greg” (Gregoriana) e no Germanicum estava acontecendo em todo o mundo durante as décadas de sessenta e setenta. Os fiéis de Newark, New Jersey, haviam reunido suas parcas economias durante os anos da Depressão para construir o que logo se tornou um grande e florescente seminário em Darlington, nas proximidades.

Hoje, membros do corpo docente admitem: “há tão poucas vocações em Newark que aceitamos estudantes de qualquer lugar, incluindo leigos, tanto homens quanto mulheres, freiras, protestantes.” A doutrina católica romana foi quase inteiramente substituída pelo que se chama de “pensamento católico atual”, e os poucos estudantes que aspiram ao sacerdócio são livres para ir e vir como os demais, cada um compartilhando um apartamento de dois quartos com banheiro, televisão, aparelho de som, geladeira e, sob demanda, um bar portátil.

Um caso extremo, talvez, mas em consonância com as consequências mundiais da destruição do Catecismo e do convite às liberdades iniciado no topo com uma encíclica papal. Kenneth Baker, um dos poucos jesuítas não dispostos a acompanhar o grupo da *Lumen Vitae*, pergunta-se agora, à medida que seminário após seminário foi sendo forçado a fechar por falta de alunos, se a futura formação para o sacerdócio não deveria ser feita de modo privado por pastores instruídos e ainda dedicados. Evidentemente, o tempo para encontrar tais pastores está se esgotando.

O entusiasmo expresso pelo Cardeal Garrone por *Menti Nostrae* foi igualado apenas por sua alegria diante de outra encíclica de Pacelli da década de 1940, *Divino Afflante Spiritu*, que ele descreveu como "um poderoso sopro de ar fresco". Dedicado ao problema da erudição bíblica, este documento trata do tema preciso que havia desencadeado o movimento modernista na virada do século. Fora a publicação de um estudo intitulado *The Essence of Christianity* pelo teólogo luterano alemão Adolf Harnack, com sua exigência de uma reavaliação radical das Escrituras, e a subsequente reação favorável a esse livro por parte de destacados pedagogos católicos, que haviam preparado o terreno.

O exegeta americano Raymond Brown concordou plenamente com o aplauso de Garrone a *Divino Afflante Spiritu*, dizendo que a encíclica "representa uma completa reviravolta nas atitudes em relação ao estudo bíblico" e expressou satisfação por que, graças à abertura que ela proporcionou, agora é possível nos seminários católicos "considerar que os primeiros capítulos de *Genesis* não eram históricos, que o *Book of Isaiah* não era um único livro, que *Matthew* não era obra de uma testemunha ocular, que os quatro Evangelhos não eram quatro biografias harmoniosas e que às vezes eram imprecisos nos detalhes."

Outro eclesiástico bem conhecido que tinha palavras elogiosas para *Divino Afflante Spiritu* foi o habitualmente dissidente Pe. Hans Küng. "Ela mostra", escreveu ele, "até que ponto a Igreja está disposta a ir ao aceitar atitudes modernas em relação aos métodos exegéticos e, com isso, mostra uma desaprovação tácita dos decretos antimodernistas do Papa Pio X. Além disso, o documento confere claro reconhecimento à autoridade dos textos originais sobre a de qualquer tradução, antiga ou moderna. Assim, ele acarreta uma diminuição definida na importância da Vulgata."

Quando, no início da década de 1950, Pio XII deu sinal verde a Bea e sua equipe no Biblicum para começar o trabalho em uma nova tradução dos *Psalms*, bem como das orações escriturísticas recitadas no ofício diário do sacerdote, elas tinham a intenção de substituir aquelas contidas na Vulgata,

a tradução oficialmente aceita da *Bible* desde os tempos de seu autor, o São Jerônimo do século V. Não apenas o texto resultante, como observa Bonneterre, era impossível de cantar em cantochão, mas também viria a desferir mais um golpe naquilo que Avery Dulles chama de “serenidade espiritual” do sacerdote, ao retirar a sonoridade familiar e amada das antigas e frequentemente recitadas expressões da Vulgata.

Devastando a Tradição

Em comparação com o caos que se seguiu, o longo reinado de Pio XII parece, para os católicos conservadores de hoje, pertencer a uma época em que tudo estava bem com a Igreja. Exceto por ocasionais rumores de experimentação litúrgica na Bélgica e na França, a antiga instituição parecia estar unida na doutrina e no ritual, segura em seu Magistério e esse Magistério seguro na figura austera, algo distante, do Papa Pacelli. Fantasmagórico em branco, ele reforçava seus frequentes pronunciamentos em italiano melodioso com dignidade incomparável. Era um tempo em que oitenta por cento dos católicos americanos assistiam regularmente à Missa dominical, enquanto uma atmosfera de absoluta certeza trazia conversões — e não apenas nos campos missionários da África. Em 1950, o Cardeal Spellman pôde dizer: “Se o atual ritmo de conversões continuar, em outro século os Estados Unidos serão um país católico.”

No entanto, foi precisamente nesses tempos florescentes que o Papa, que passava a ser referido como “o Pastor Angélico”, juntamente com o Pe. Montini, seu braço direito, atuando em conjunto, estava promovendo mudanças na doutrina e na prática que fariam tremer todo o edifício. Passo a passo, os dois caminhavam em direção a um Concílio que viria a ser uma espécie de solução final para essas mudanças.

Embora a destruição do Catecismo viesse a ser o golpe mais significativo que se pediria aos fiéis que suportassem, a subversão da liturgia os afetaria emocionalmente em grau muito maior.

Já em 1947, o Papa Pacelli, em consulta com acadêmicos da Universidade de Louvain, juntamente com um grupo de avançados neoliturgistas sediados em Paris, estava estabelecendo uma comissão para a completa reformulação da liturgia sagrada. Como secretário, ele escolheu um sacerdote de trinta e cinco anos, o Pe. Bugnini, que tinha o sugestivo primeiro nome de Annibale, por ter nascido em uma cidade às margens do Lago Trasimeno, onde Aníbal e seus elefantes derrotaram de forma decisiva

os romanos. Expulsar a romanidade do Missal, o antigo Livro da Missa, tornou-se o principal objetivo do Pe. Bugnini e de seu grupo de *periti*. Que o Papa atribuía grande importância a essa comissão e aos seus trabalhos fica evidente em trechos de uma autobiografia que Bugnini escreveu muitos anos após o Concílio, quando já havia alcançado o posto de arcebispo. “Gozávamos da plena confiança de Pio XII, que era mantido informado de nosso trabalho por Mons. Montini e ainda mais pelo Pe. Bea, seu confessor. Graças a esses intermediários, pudemos alcançar resultados notáveis mesmo em períodos em que a doença do Papa impedia qualquer outra pessoa de vê-lo.”

Não fosse esse apoio entusiástico do Papa, é provável que mudanças litúrgicas de grande porte não tivessem sido tentadas pela comissão, uma vez que membros do órgão da Cúria, a Sagrada Congregação dos Ritos, se opuseram a Bugnini quase em todo o percurso. Mesmo para alcançar as mudanças radicais que o Papa desejava nos ritos da Páscoa, foram necessários seis anos, mas Pacelli era o Papa e teria de ser o vencedor. Finalmente, em 1955, o decreto papal *Maxima Redemptionis* entrou em vigor, transferindo as celebrações do Sábado Santo da manhã para o fim da noite e prevendo uma série de variantes, fazendo dele uma espécie de ensaio para a Nova Missa, ainda a uma década de distância. Em muitas das cerimônias pascais planejadas por Pacelli, o sacerdote passou a ficar voltado para o povo, as orações iniciais ao pé do altar e o último Evangelho foram suprimidos, assim como as tradicionais devoções da Semana Santa das Três Horas na Sexta-Feira Santa e as muito comoventes solenidades de *Tenebrae*.

Foi no início da década de 1950 que Pio XII enviou uma diretiva às superioras de todas as ordens de religiosas no mundo. Sua mensagem, segundo uma freira canadense que se recorda dela, era: “modernizem-se, ou então...” A diretiva dizia respeito às atitudes espirituais, à vida de clausura, ao hábito e assim por diante. Em grande parte, ela não foi atendida. Aparentemente consternado, o Papa ordenou que as superioras viessem a Roma para que pudesse incutir nelas a seriedade de sua intenção

de atualizar as religiosas. Ao mencionar, em seu discurso inicial, que o grupo que fora buscá-las havia custado uma boa quantia, foi prontamente presenteado com um generoso cheque para cobrir as despesas. Ele devolveu o dinheiro, dizendo que uma maneira melhor de utilizá-lo seria contribuir para um fundo destinado a estabelecer uma escola de estudos superiores em Roma, onde certas mulheres das ordens religiosas do mundo inteiro pudessem vir para cursos e seminários especiais. Essa foi a origem do Colégio Feminino de *Regina Mundi*.

Durante a década entre 1944 e 1954, o movimento dos padres operários franceses teve seu início e suas subsequentes oscilações. No último ano da guerra, os três cardeais mais liberais da França, Liénart, Suhard e Feltin, obtiveram de Pio XII permissão para um projeto no qual certos sacerdotes seriam liberados de seus deveres ordinários para trabalhar em fábricas e no que se denominava "missões urbanas". A ideia, dizia-se, era evangelizar os trabalhadores que estavam sendo cada vez mais submetidos à pressão marxista. Em cerca de um ano, havia por volta de uma centena de padres operários franceses, metade deles membros de ordens religiosas.

Não demorou muito até que muitos desses homens se envolvessem, de uma forma ou de outra, em quadros marxistas. Em vez de converterem, estavam sendo convertidos. Ainda assim, parece não ter havido conflito com o Vaticano até a primavera de 1949, quando Pio XII fez uma movimentação abrupta que equivalia a uma guinada política. A política era italiana, não francesa. Desde a guerra, os herdeiros do Partido Popular de Giorgio Montini, os democratas-cristãos, haviam sido a principal força no Parlamento italiano. Em 1949, porém, o crescente Partido Comunista ameaçava superá-los nas eleições que se aproximavam. Foi então que Pio XII veio em socorro deles com um gesto pragmático que lhe renderia um status mítico, o de "antimarxista". Convocando o Santo Ofício, ordenou-lhe que publicasse um decreto proibindo os católicos italianos de se filiarem ao Partido Comunista. Como consequência, os democratas-cristãos conseguiram se salvar, e o Papa, já havia dez anos na Cátedra de Pedro, proferiu o primeiro discurso reconhecivelmente antimarxista de seu

pontificado.

Imediatamente, a Rádio Vaticano, transmitindo internacionalmente, surpreendeu o mundo com uma abundância de dados que vinha reunindo, mas que até então fora proibida de divulgar. De repente, soube-se que, não só era verdade que cerca de sessenta e cinco milhões de católicos europeus no Leste estavam achando difícil ou impossível praticar sua fé, como também padres haviam sido executados, cerca de seis mil deles, na verdade, sobretudo na Ucrânia, mas também nos Estados bálticos e na Bulgária. Quatro mil e quinhentos padres haviam desaparecido, deportados para a Sibéria ou presos na Tchecoslováquia, na Hungria e na Polônia.

Nem aquela notícia, nem o discurso papal, nem mesmo o decreto do Santo Ofício puseram fim ao movimento dos padres operários na França, porém. Seguiram-se mais quatro anos de atividade, em grande parte extremamente controversa, com relatos de padres feridos e até presos em confrontos de rua. Do Vaticano vinham lembretes ocasionais da impropriedade da luta de classes, mas foi somente em 1953 que Pio XII retirou a permissão para o movimento dos padres operários. A eficácia da notificação de retirada pode ser avaliada por uma nota no diário parisiense *Le Monde*, em 1987, citando a presença de pelo menos oitocentos padres operários em atuação no país.

Enquanto isso, como que para contrabalançar, ainda que minimamente, sua guinada contra a extrema-esquerda, Pio XII voltou sua atenção para os católicos situados no outro extremo da escala social. Por três anos consecutivos, sob um pretexto ou outro, ele havia adiado a tradicional recepção anual dos aristocratas romanos, membros da Nobreza Negra, homens e mulheres de linhagem antiga que haviam fechado as portas de seus palácios em 1870, quando os Estados Pontifícios caíram nas mãos dos insurgentes. Recusando todo favor da recém-instalada Casa Real de Saboia, professavam solidariedade ao “Prisioneiro no Vaticano”. Ao finalmente decidir recebê-los, em 1956, Pio, na prática, os dispensou. Sua explicação: “O vento impetuoso de uma nova era leva embora muitas tradições do passado. Carrega consigo muito do que o passado construiu. A nova constituição pós-fascista da Itália não reconhece nenhuma missão particular

em qualquer classe social, nem qualquer atributo ou privilégio. Uma página da história foi virada, um capítulo se encerrou. Um novo capítulo se abriu. Vocês podem pensar o que quiserem sobre esses fatos." Ele ecoava as palavras de Franklin Roosevelt a Winston Churchill quando este lamentou o fato de que os Estados Unidos pareciam indiferentes ao destino do Império Britânico. Disse o Presidente: "Um novo período se abriu na história do mundo, e você terá de se adaptar a ele."

Para a Igreja, o início da década de 1950 trouxe um maior afrouxamento da disciplina sacramental. Pio XII concedeu permissão para a celebração de missas vespertinas e reduziu o período de jejum, da meia-noite anterior ao recebimento da Sagrada Comunhão, para apenas três horas, enquanto, nos Estados Unidos, um passo importante na mudança litúrgica teve início quando a Confraria da Doutrina Cristã solicitou e recebeu permissão do Vaticano para a celebração daquilo que chamou de "Ritual Americano", no qual boa parte da missa era rezada em inglês.

Estruturas que se tornariam importantes na Nova Igreja começavam a tomar forma.

Por sugestão do brasileiro radical, monsenhor Hélder Câmara, o Papa enviou o bispo Antonio Samorè, assistido pelo jovem padre Agostino Casaroli, à Colômbia para reunir as conferências episcopais individuais das vastas regiões da América Latina em uma conferência superepiscopal coesa e mais fácil de administrar, que surgiria, depois do Concílio, como o CELAM.

Ao mesmo tempo, o Papa incentivou espanhóis a lançar o movimento *Cursillo*, assim como os Focolares e as Comunidades de Base, convenientes para a posterior disseminação da "teologia da libertação" na América Central e do Sul. Um latino-americano, destinado a se tornar um mártir marxista, o jovem colombiano Camilo Torres, S.J., apareceu em Roma em 1953 para receber a bênção não apenas do Padre Geral dos Jesuítas, mas também do papa Pio, que o elogiou por seu objetivo declarado de estabelecer uma "nova ordem mundial para a América

Latina".

Logo Pio XII se juntava ao clamor mundial organizado pela Internacional Socialista para salvar os espiões soviéticos, Ethel e Julius Rosenberg, da cadeira elétrica. Havia precedente para sua intervenção dez anos antes, quando seu amigo, o enviado britânico junto à Santa Sé, munido das assinaturas de quarenta intelectuais pró-marxistas radicados em Londres, implorou-lhe que salvasse a vida do principal líder comunista da Itália, Luigi Longo, que, segundo rumores, estava destinado à execução. Para o grande constrangimento do Vaticano, o ministro das Relações Exteriores fascista, conde Galeazzo Ciano, respondeu em tom gelado que "embora o comunista militante Longo esteja detido, nunca houve a intenção de executá-lo."

Entre as encíclicas de Pacelli da década de 1950, destacava-se a *Humani Generis*, que tratava da origem do homem. João Paulo II referiu-se a ela em outubro de 1996: "A *Humani Generis* considerava a evolução uma hipótese séria, digna de investigação mais profundamente estudada."

Na época, sobretudo na França, intelectuais, tanto favoráveis quanto contrários ao evolucionismo de Teilhard de Chardin, receberam os primeiros exemplares com interesse, apenas para descobrir, como explicou "Xavier Rynne", que "o que se discernia de imediato na encíclica era seu espírito pastoral. Ela não citava ninguém para condenação, nem houve censura eclesiástica após a publicação, embora, por fim, dois provinciais, um dominicano e um jesuíta, fossem remanejados para outras funções. Embora certas tendências e ideias fossem proscritas, a encíclica não fez nenhuma tentativa de sufocar iniciativas teológicas. Antes, encorajava a investigação vital e existencial dos problemas atuais."

Essa foi a boa notícia que chegou ao padre Teilhard quando ele embarcava em um transatlântico em Southampton para uma viagem a Buenos Aires. Tendo sido recentemente convidado a se juntar aos Velhos Católicos dissidentes em Utrecht, ele recusara, dizendo que, embora concordasse de modo geral com a posição deles, pretendia permanecer

dentro da Igreja para, como ele mesmo disse, “transformá-la”. Sua carta a Holland dizia, em parte: “Penso, essencialmente, que a Igreja chegou ao ponto em que a transformação, isto é, a reforma essencial, precisa ocorrer. Depois de dois mil anos, não há como evitá-la. A própria humanidade está em meio a espasmos de transformação; como o catolicismo poderia escapar? Para ser específico, creio que essa reforma, algo muito mais radical do que aquela do século XVI, não é uma simples questão de instituições ou de costumes, mas da própria fé. De algum modo, nossa concepção de Deus está dividida. Além do Deus transcendente tradicional, uma espécie de Deus do futuro surgiu para nós no decorrer do último século.”

Na França, justamente então, acadêmicos católicos brincavam com a ideia de reabilitar o antigo monge agostiniano Martinho Lutero. Um jovem padre que protestou, Georges de Nantes, foi afastado de seu posto de professor. Quase tão grave para o abade quanto perder seu emprego foi o aparecimento da primeira grande obra do dominicano Yves Congar. Foi o choque provocado pela leitura de *True and False Reform in the Church*, tanto quanto as reprimendas pessoais recebidas em Roma em 1953. “Eu queria alertar os responsáveis contra o grave perigo das reformas que Congar propunha. Eu as via conduzindo a uma perversão de toda a Igreja, seguindo as linhas que já vínhamos experimentando na França. Embora eu tenha sido bem recebido e ouvido, constatei que os romanos não levavam nossas querelas francesas a sério e estavam seguros demais de sua própria autoridade sobre o resto do mundo.”

Enquanto isso, em Roma, monsenhor Bugnini e sua Comissão Pontifícia prosseguiam energicamente com a organização de congressos litúrgicos internacionais. Reuniões sucessivas no santuário alemão de Maria Laach, em Lugano, na Suíça, e em Louvain, na Bélgica, foram dedicadas à redução progressiva daquilo que, ao longo dos séculos, chegara até nós como o Santo Sacrifício da Missa. O desbaste contínuo, supostamente com o propósito de torná-la “mais relevante para o homem moderno”, atingiria seu objetivo uma década depois, quando um

representante da Conferência Luterana de Augsburgo pôde declarar que “os obstáculos que impedem a participação protestante na Eucaristia (católica) estão desaparecendo. Hoje deveria ser possível a um protestante reconhecer, na celebração eucarística católica, a Ceia instituída pelo Senhor.”

Depois de Louvain veio o maior dos congressos litúrgicos, o de Assis. Mil e duzentos delegados, entre eles seis cardeais e oitenta bispos, convergiram para a pequena cidade umbriana de São Francisco. O ano era 1956. Em seu livro *Has the Catholic Church Gone Mad?*, o estudioso britânico John Eppstein considera essa assembleia o prelúdio dos drásticos decretos litúrgicos que se seguiram ao Concílio.

Ele escreve: “Ali estava um grupo de entusiastas pronto para pôr em prática a organização pré-conciliar ainda a ser convocada pelo cardeal Cicognani. Seus membros eram oriundos sobretudo da França, da Alemanha, da Bélgica, da Holanda e dos Estados Unidos. Não demoraram muito para elaborar o *schema* da Constituição Litúrgica, que já estava pronto quando o Concílio se reuniu. Muitos do mesmo grupo trabalharam juntos durante todo o Concílio e encontraram seu caminho para a comissão pós-conciliar criada para implementar os princípios que o Vaticano II havia adotado. E durante todo o processo, a figura dominante foi monsenhor Bugnini, que chefiou cada uma das etapas do trabalho nos organismos reformadores. ...Bugnini foi tanto o arquiteto da Nova Missa quanto Cranmer o foi do *Book of Common Prayer*.”

Que Pio XII estivesse satisfeito com o Congresso de Assis e com sua orientação por seu nomeado, Bugnini, ficava evidente na mensagem de encerramento que dirigiu à assembleia. Em parte, “O movimento litúrgico apareceu como sinal de uma disposição providencial de Deus para o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo sobre a Igreja, a fim de mostrar aos fiéis os mistérios da fé e as riquezas da graça que vêm da participação ativa na liturgia.”

Entre os eventos que se inspiraram no Congresso de Assis naquele ano, houve um simpósio canadense intitulado “A Grande Ação da Igreja Cristã”,

organizado pela Conferência Litúrgica Norte-Americana e por uma comissão presidida pelo bispo, depois cardeal, John Wright, de Worcester, Massachusetts; ele apresentou um ritual central sem paralelo na época. Substituindo o *Introibo*, as palavras iniciais que haviam entrado na Missa nos dias de Carlos Magno, “Subirei ao altar de Deus, ao Deus que alegra a minha juventude”, por “Damos as boas-vindas ao nosso presidente”, entoado em uníssono, a cerimônia prosseguiu ao som de hinos luteranos empolgantes, um sermão no qual se explicava que a Eucaristia era uma refeição comunitária, e não um sacrifício, e, para encerrar a manhã, houve uma Bênção Pontifícia de Pio XII em Roma.

Outro bolsão de devoção que já estava bastante modernizado muito antes do Concílio era a Abadia de Downside, na Inglaterra. A romancista Evelyn Waugh, passando sua Semana Santa habitual em retiro em Downside, anotou em seu diário: “Bastante tedioso, já que o novo ritual, introduzido pela primeira vez este ano, deixa muitas horas sem ocupação. Há um jovem filósofo brilhante, o padre Illtyd Trethowan, que deu conferências extraordinárias. Vi-me discordando de tudo o que ele dizia e ressentindo a nova liturgia.”

Preparando o abate

Em 1954, o padre, apontado por vários observadores importantes como alguém que praticamente comandava o Vaticano, padre Montini, de 57 anos, recebeu sua sagração episcopal e uma nomeação para o segundo arcebispado mais importante da Itália, o da cidade industrial do norte, Milão. Que deve ter custado caro ao Papa, agora com 78 anos, afastar seu colaborador mais próximo de mais de duas décadas, não resta dúvida. À medida que ele se tornava cada vez mais absorvido pela redação de encíclicas e, como agora sabemos, pelo planejamento do Concílio, Montini deve ter se tornado praticamente indispensável para ele.

Em meio às polêmicas intermináveis sobre por que a nomeação para Milão foi feita sem a concessão do barrete cardinalício, houve pelo menos três versões completamente diferentes. Sugeriu-se, mas apenas na Itália, que o padre Montini esteve de algum modo envolvido no escândalo Montesi, que na época ganhava manchetes internacionais. Outra versão dizia que Montini havia renunciado, num acesso de irritação, por causa de um esquema orçamentário para a Cidade do Vaticano do qual discordava. No entanto, acreditava-se com mais frequência, sobretudo fora da Itália, que o Papa, ao descobrir que seu assistente de confiança mantinha conversas secretas com líderes comunistas, o havia banido de sua presença, em choque e tristeza.

Até agora, nenhuma prova séria de qualquer uma dessas versões veio à tona.

A mais improvável de todas seria a terceira, e mais popular, considerando o fato de que o núncio Pacelli ele próprio já praticava a *Ostpolitik* em 1918, quando conduziu negociações privadas, em nome do papa Bento, com altos líderes soviéticos.

Hansjakob Stehle, correspondente do Vaticano para *Die Welt*, de Hamburgo, e autor do abrangente estudo *Die Ostpolitik des Vatikans 1917-1975*, encontrou em arquivos estatais alemães recentemente abertos

detalhes de longas conversas entre o bispo Pacelli e o comissário soviético Cicerin. Stehle diz que ficou surpreso com as concessões oferecidas pelo núncio. Não deveriam ser enviados padres poloneses para a Rússia, nem padres de qualquer nacionalidade que não fossem aprovados por Moscou. Antes que as conversas fossem concluídas, a postura soviética endureceu e, no fim, nada foi feito.

Quanto ao encontro Montini-Togliatti, ele ocorreu bons dez anos antes da nomeação para Milão e, embora certamente tenha permanecido secreto até ser revelado pelo Departamento de Estado norte-americano em 1974, o encontro não foi segredo para “o Vaticano”.

Monsenhor Montini encontrou-se com Togliatti, assim como se encontrara com Stalin em 1942, na qualidade de substituto da Secretaria de Estado, o porta-voz reconhecido do Papa. Além disso, segundo Stehle, mal Pio XII despachou Montini para Milão em 1954, ele próprio reabriu as negociações com os soviéticos, enviando o teólogo vienense monsenhor Röding em uma missão confidencial a Moscou.

É verdade que Pio não fez de Montini um cardeal e que a Sé de Milão costuma ser governada por um cardeal. No entanto, a explicação, conforme revelada pelos acontecimentos posteriores, está no fato de que o Papa não queria que Montini estivesse disponível para a eleição ao papado em um conclave que ele sabia não poder estar muito distante. Montini devia ser poupado do peso daquilo que seria uma tarefa severa demais para os fiéis, a saber, o Concílio que ele estava planejando. Enquanto isso, a mensagem enviada ao novo arcebispo por ocasião de sua instalação transbordava de calor, gratidão e elogios.

Monsenhor Montini parece ter abraçado com entusiasmo a nova vida mais independente em Milão. Iniciando o que se tornaria uma permanência de oito anos na capital lombarda com um gesto dramático, até então desconhecido entre prelados católicos, o de beijar o chão ao chegar, ele passou a receber uma sucessão de homens cuja influência pesaria fortemente sobre o futuro da Igreja. Houve sucessivas delegações de

teólogos não católicos hospedadas no palácio episcopal, a maioria delas composta por membros da Comunhão Anglicana. Havia Jacques Maritain, cujo "humanismo integral" Montini e Pacelli vinham promovendo havia vinte anos. Em meados da década de 1950, a tese de Maritain havia se tornado a vida oculta da Igreja, apenas aguardando o Concílio para se inserir na vida dos fiéis. Após seus anos de guerra como refugiado no Canadá, o filósofo francês passara três anos em Roma como embaixador junto à Santa Sé e agora retornara à França para dedicar todo o seu tempo à escrita.

Certo verão, Maritain levou à residência de Montini um norte-americano que, segundo disse, considerava "um dos únicos três revolucionários dignos desse nome, na verdade, um dos poucos homens verdadeiramente grandes deste século". Era Saul David Alinsky. O autodenominado "radical profissional" passaria uma semana inteira com o arcebispo Montini discutindo as relações da Igreja com o poderoso sindicato comunista local. "Foi uma experiência interessante", disse Alinsky ao seu biógrafo, M.K. Sanders, "lá estava eu, sentado entre o arcebispo e uma bela dirigente sindical comunista milanesa, loira e de olhos cinzentos, explorando os interesses comuns que uniam o comunismo e o capitalismo."

Quanto à religião, Saul Alinsky explicou sua atitude à *Playboy* alguns anos depois. Disse que havia se afastado de sua rígida família judia para se juntar à Brigada Internacional na Guerra Civil Espanhola. Prosseguindo no desenvolvimento de sua teoria do "Poder Popular", disse que foi depois de conhecer Jacques Maritain que começou a perceber como a revolução poderia tornar-se parte da Igreja Católica. Preferia chamá-la, porém, de "Igreja de Hoje e de Amanhã", e era uma Igreja que, a seu ver, precisava tornar-se bastante livre de dogmas." Detesto e temo o dogma. Ninguém é dono da verdade, e o dogma, qualquer que seja a forma que assuma, é o inimigo supremo da liberdade humana." Alinsky, Montini e Maritain expressaram serena concordância de que a Igreja Militante devia dar lugar à Igreja Amorosa.

No fim da década de 1950, os dias de Eugenio Pacelli se aproximavam do fim, e o tempo do Concílio se aproximava. Uma luz incomum é lançada sobre a atividade febril daquele período por Elizabeth Gerstner, assistente do alemão que chefiava o escritório de Bonn do **Apostolado dos Leigos, uma organização vaticana recém-criada.** Foi a doença de seu chefe que levou a jovem senhora Gerstner à sede central, cerca de vinte salas em um complexo de edifícios antigos na Piazza di San Calisto, em Roma. A coordenação e a promoção de grandes assembleias em todo o mundo eram o objetivo do trabalho realizado com rigorosa eficiência por uma equipe de vinte e cinco pessoas, sob a direção de Rosemary Goldie, filha de um jornalista judeu na Austrália.

Desde o início, a senhora Gerstner ficou espantada com a familiaridade com que a senhorita Goldie e os outros membros da equipe tratavam cardeais da Cúria e bispos. Não havia dificuldade em se comunicar com eles a qualquer hora do dia. Aos poucos, foi se dando conta de como era importante aquela comissão, funcionando como uma espécie de centro de processamento para todas as fases das relações entre hierarquia e laicato em todo o mundo.

Em retrospecto, porém, o centro adquiriu uma importância ainda maior, pois serviu como antecâmara do Concílio Vaticano II. Muito antes do anúncio do Concílio, o tipo de eclesiásticos que entrava e saía dos escritórios em San Calisto prenunciava as mudanças que viriam. Lá estava o jovial e velho jesuíta Augustin Bea, de 78 anos, cuja consagração episcopal, suas negociações com líderes judeus e seu Secretariado para a Unidade dos Cristãos ainda estavam adiante. Lá estava o protegido daquele pioneiro da mudança já falecido havia muito tempo, o cardeal Mercier, de Malines-Bruxelas, Leo Suenens, agora bispo auxiliar da mesma diocese, ainda não “nascido de novo” nem convertido ao pentecostalismo. Havia os jesuítas de vanguarda mais jovens, Jean Daniélou, Malachi Martin, Roberto

Tucci, que mais tarde chefiaria a Rádio Vaticano, e havia teólogos ainda mais de vanguarda, como Yves Congar, Josef Ratzinger e Bernard Häring. Entre os próprios membros do Comitê dos Leigos estava François Dubois-Dumée, jornalista e comunista declarado, bem como monsenhor Achille Glorieux, que se descobriria ter sido o responsável pela operação de interceptação na qual uma minuta de resolução antimarxista assinada por 450 padres conciliares desapareceu de vista. Em seu *The Rhine Flows Into the Tiber*, o padre Wiltgen escreveu: "Por quatro fontes diferentes, soube que a pessoa que havia retido o documento era monsenhor Glorieux, de Lille, França, que na época ocupava meia dúzia de cargos no Vaticano."

Inevitavelmente, a presença contínua de homens como esses gerou uma atmosfera inteiramente nova para a jovem representante vinda da Alemanha. Nem suas consideráveis viagens nem seus amplos contatos internacionais a haviam preparado para o tipo de linguagem que ouvia em San Calisto. Ela era incapaz de conciliá-la com qualquer coisa que soubesse ser católica.

Quando chegou a notícia de que um Concílio havia sido convocado, de repente ficou claro para ela que esses homens não estavam apenas trabalhando em direção ao Vaticano II, mas iam muito além dele, planejando situações e inventando estruturas para um tipo inteiramente novo de Igreja, na qual o sacerdócio, a liturgia, os Sacramentos e a própria Missa teriam pouca importância.

No fim de 1962, ao se despedir depois de três anos em San Calisto, a senhora Gerstner passou para ver um dos homens cujas palavras ponderadas haviam tranquilizado sua mente após os incompreensíveis acontecimentos nos escritórios do Apostolado dos Leigos, o espanhol já idoso, cardeal Arcadio Larraona. Ela lhe falou de seu sentimento de pavor quanto ao futuro da Igreja. Ele não lhe trouxe consolo.

"Eles vão mudar tudo", disse ele, "a liturgia, tudo. O latim desaparecerá por completo."

Ela lhe falou de seu amor pelo latim e de como havia ensinado

cantochão gregoriano a meninas negras em uma casa de assistência comunitária na cidade de Nova York, e de como, para a alegria delas, ao fim do verão elas eram capazes de cantar a Missa inteira. O único comentário do cardeal foi: “Eles vão acabar com tudo isso.”

O que é interessante é que, como alguém de dentro, Larraona sabia, pelo menos um ano antes da abertura do Concílio, que nos altos círculos vaticanos um plano para eliminar gradualmente o latim havia sido formulado, decidido e apenas aguardava as assinaturas dos bispos para ser ratificado. A revelação da senhora Gerstner, assim, aponta com precisão a montanha de análises pós-conciliares sobre como e quando foi que os acontecimentos durante o Concílio se tornaram decisivos para a mudança. O que aconteceu com a liturgia começara a acontecer em 1947, quando o papa Pio XII instituiu sua comissão litúrgica e escolheu o jovem padre Bugnini para dirigi-la.

Coletando as Assinaturas

Papa Pio XII morreu quatro anos antes de se reunir o Concílio que ele concebera. Que, na realidade, tivesse sido Pacelli, o “Pastor Angélico”, quem desejara o acontecimento supostamente responsável por criar uma Igreja que ele mal teria reconhecido é algo difícil de a maioria dos católicos compreender. Para os conservadores, aquilo que viam como a firme ortodoxia de um Papa venerado teria tornado impossível que ele sancionasse documentos conciliares problemáticos, ao passo que os progressistas relutariam em atribuir a um Pontífice tão “rígido” o mérito da mudança.

No entanto, o postulador da beatificação de Eugenio Pacelli, Mons. Paul Molinari, S.J., falando à Rádio Vaticano, chamou de “ignorantes” aqueles que supõem que a Igreja deu uma guinada com a morte de Pio XII. “Não houve ruptura. Pelo contrário, basta olhar para os documentos conciliares nos quais o ensinamento de Pio é mencionado mais de duzentas vezes, com muito mais frequência, aliás, do que qualquer outra fonte, com exceção da Sagrada Escritura. Por Sua Santidade, foram preparados estudos para o Concílio. Ele só suspendeu o trabalho neles quando se convenceu de que os católicos não tinham preparação suficiente para suportar o choque de um concílio.”

Marcel Clement, jornalista francês, concorda com Mons. Molinari: “Este grande Papa não apenas tornou possível o Concílio Vaticano II, como preparou o caminho para ele. Pessoalmente, pude observar, ao acompanhar o Concílio dia após dia como repórter, quantas das ideias e aspirações que só vieram à luz sob a cúpula de São Pedro já haviam sido antecipadas sob o seu pontificado. Ele foi o primeiro a aliviar a disciplina do jejum eucarístico. Modificou a liturgia tridentina e os ritos pascais. Além disso, autorizou leituras em vernáculo. Foi o primeiro a conceder aos meios de comunicação de massa a mesma importância que o Concílio lhes atribuiria. Em suma, ele iniciou todo o processo que continuaria durante e depois do Vaticano II.”

Em um *Jesuit Year Book*, o Pe. Giovanni Caprile, editor sênior de *Civiltà Cattólica*, expressou-se assim: “Basta pensar na aprovação dos institutos seculares pelo Papa Pio, em sua exortação às religiosas, *Sponsa Christi*, em seus discursos de 1950 e posteriores.”

O conhecido dissidente Hans Küng escreveu em termos elogiosos sobre as medidas progressistas tomadas por Pio XII. Confundindo-o com o originador da Missa Dialogada que antecedeu o reinado de Pacelli e até mesmo seu período como Secretário de Estado, Küng se alegrou com o fato de que ela “ajudou a recuperar o caráter explicitamente comunitário da Missa”. Ele prossegue louvando o Papa por ter concedido permissão, já em 1949, para o uso do hebraico e do chinês na Missa inteira, com exceção do Cânon. Depois houve a renovação “cheia de promessa” da liturgia da Semana Santa, seu desencorajamento das devoções subjetivas em favor da oração comum, sua internacionalização do Colégio dos Cardeais com trinta e duas novas nomeações e, por fim, sua permissão para que pastores luteranos alemães que se tornaram sacerdotes católicos permanecessem casados e fizessem pleno uso de seu matrimônio.

No ano anterior à sua morte, Pio XII abriu os seminários, mosteiros e conventos à lavagem cerebral mortal conhecida como psicanálise, ao conceder sua bênção à fundação do Instituto Marsalin, na diocese de Boston, um centro a ser dedicado à detecção precoce de doenças mentais em candidatos aparentemente normais à vida religiosa.

Como explicou o Pe. Jerome Maynard, O.B., a um grande grupo de Padres conciliares, a convite do cardeal Suenens, da Bélgica: “Se se presume que um jovem católico seja crente no início da análise e ele sai dela incrédulo, isso só pode significar que sua religiosidade anterior era produto de uma mente doentia.”

Anos depois, o psicoterapeuta arrependido William Coulson confessou ao Dr. Marra, em *The Latin Mass*, que ele e o célebre terapeuta Carl Rogers destruíram literalmente comunidades inteiras de franciscanos, de Irmãs da Caridade e de uma dúzia de outras ordens por todos os Estados Unidos.

Eles até ajudaram a arruinar os jesuítas, que os recompensaram com dois doutorados honoris causa. Disse Coulson: “Em todos os lugares onde falávamos, tentávamos mostrar a essas pessoas como tomar consciência de si mesmas, de seus verdadeiros eus, de seus eus interiores.” Para ajudá-las a ver que o ascetismo cristão, a entrega de si a Deus, é um absurdo doentio e infantil, injusto com seus preciosos eus em nossa sociedade sexy e consumista?”

Tivesse ele vivido mais alguns anos, Pio XII teria tido de revogar sua aprovação do mal freudiano, assim como fora forçado a revogar sua sanção ao movimento dos padres operários?

Era o fim de 1958, e a morte de Eugenio Pacelli estava trazendo renovada atividade aos escritórios na Piazza San Calisto, quando, aproximando-se de uma Elizabeth Gerstner aos prantos, a Srta. Goldie perguntou o que a afligia. A resposta pareceu óbvia, por isso a alemã respondeu com uma pergunta própria: “Diga-me, Rosemary, quem você acha que será o próximo Papa?”

“Ora, você não sabia? Angelo Roncalli, é claro.”

“Quem? Ah, você quer dizer o Patriarca de Veneza? Mas por quê?”

“Oh, Elizabeth, você não sabe de nada, sabe? Roncalli será Papa por alguns anos e depois Gianbattista Montini, é claro.”

O cardeal Heenan, de Westminster, que participou do conclave de 1958, confirma o plano Roncalli-Montini. Em sua biografia, *Crown of Thorns*, ele relata: “Não havia grande mistério sobre a eleição do Papa João. Ele foi escolhido porque era um homem muito velho. Sua principal incumbência era fazer de Mons. Montini (arcebispo de Milão) um cardeal, para que pudesse ser eleito no conclave seguinte. Essa era a política, e ela foi executada com precisão.”

Uma pessoa de dentro, Mons. Bruno Heim, que fora secretário de Roncalli durante os tempos da Nunciatura em Paris, não tinha dúvida sobre quem emergiria como Papa do conclave vindouro. Seu passatempo era a heráldica e, durante semanas antes das reuniões, ele vinha trabalhando em um brasão papal para seu antigo chefe.

Comentando sua eleição, o novo Papa, de 78 anos, aparentemente encontrou certa satisfação em sua condição interina, expressando-a em termos bastante transcendentais: “Serei chamado João, um nome caro a nós por lembrar o precursor do Senhor, que não era ele mesmo a Luz, mas devia dar testemunho da Luz.” Teria sido, cabe perguntar, ao futuro pontificado de Montini ou ao Concílio ainda não anunciado que ele comparava a vinda de Cristo? E o Papa João certamente não estava sozinho ao edificar seu sucessor proposto no Trono de Pedro. A Sra. Gerstner nos diz que membros e funcionários do Apostolado Leigo na Piazza di San Calisto foram instruídos a formar uma claque para aplaudir cada aparição pública de Mons. Montini.

O Papa João deve ter tido uma confiança estranha de que, entre as várias centenas de pessoas envolvidas por muitos meses na preparação do Concílio, nenhuma tivesse respirado uma palavra sobre isso. Ou talvez fosse apenas uma medida do quão pouca fé ele tinha de que alguém no Vaticano, a par do que se passava, achasse absurda sua maneira de descrever como chegara a convocar um Concílio. “O impulso veio”, disse ele, “completamente inesperado, como um relâmpago de luz celestial, derramando doçura nos olhos e nos corações.”

Quatro dias inteiros antes de essas palavras etéreas serem pronunciadas, o “iniciado” Hans Küng mostrou estar tão bem familiarizado com os temas básicos do Concílio que viria que os expunha a uma plateia de conferência atônita na Hofkirche da cidade de Luzerna. Em seu livro *Council, Reform and Reunion*, publicado às vésperas do Vaticano II, Küng mostra que sabia, até um pouco melhor que o Papa, o que estava em curso, pois estivera presente na última reunião de alto nível em Munique, presidida pelo

arcebispo Montini, na qual os planos de Pacelli para o Concílio haviam sido minuciosamente examinados. Participaram, além do Pe. Küng, bispos notavelmente progressistas como Mons. Döpfner, Suenens, König e aquele futuro protegido do Papa João, Albino Luciani, o futuro João Paulo I, um dos pouquíssimos italianos admitidos no círculo íntimo de Montini. Junto com os prelados estavam seus indispensáveis *periti*, os alemães Bernard Häring e Josef Ratzinger, entre outros.

A Unidade Cristã passou a existir. Naquele dia, 5 de junho de 1959, como que por coincidência, seu primeiro presidente, Pe. Bea, estava em Nova York; assim, o ecumenismo vaticano foi lançado onde a mídia lhe daria maior destaque. Mons. Lefebvre, falando em Turim em 1974, disse que os Padres conciliares sabiam que a viagem de Bea a Manhattan tinha como objetivo obter aprovação para o novo Secretariado junto à principal loja judaica, a B'nai B'rith.

Entre os primeiros nomeados para o Secretariado estava o Pe. Gregory Baum, um convertido do judaísmo que posteriormente deixou o sacerdócio. "Bea", disse Baum, "nos disse como deveríamos promover o ecumenismo. Deveríamos tentar influenciar os bispos em nossos países influenciando a opinião pública. Deveríamos escrever tanto quanto pudéssemos e falar com frequência no rádio e na TV."

Enquanto isso, Angelo Roncalli, o Papa interino, fazia o possível para reunir o tipo de *dramatis personae* com que se poderia contar para fazer avançar os planos Pacelli-Montini no Concílio e dar-lhes continuidade depois.

Realizando cinco consistórios, nomeou 52 cardeais, entre eles os liberais alemães que dominariam os debates, Döpfner e Alfrink, o protegido do cardeal Mercier, Leo Suenens, Confalonieri, tão importante durante os problemas da *Action Française* quando atuou como secretário particular do Papa Ratti, sul-americanos que se mostrariam inestimáveis quando se tratasse de pôr a "teologia da libertação" em marcha, Silva Henríquez, do Chile, e Landazurri Ricketts, do Peru.

Para seu Secretário de Estado, o Papa João escolheu um homem apenas um ano mais jovem que ele, Amleto Cicognani, que, como Delegado Apostólico de Pio XII, havia controlado a nomeação de duzentos dos duzentos e cinquenta bispos que comporiam o contingente americano no Concílio que se aproximava.

Entre viagens à Alemanha, o Arcebispo de Milão também ia e vinha de Roma. Ao dar uma passada, certo dia, no escritório da Comissão Preparatória oficial do Vaticano para o Concílio, foi detido com as palavras: "Veja, *Monsignor*, esse tipo de coisa não é católico. Teremos que condená-lo."

A resposta de Montini foi brusca. "Com o senhor, Mons. Lefebvre, tudo é condenar, condenar. O senhor bem poderia entender agora que, no futuro, não haverá mais condenações. As condenações acabaram." Fica-se imaginando se aquelas palavras reverberaram na mente do venerável francês vinte e oito anos depois, quando leu a sentença de sua própria excomunhão. Ou será que talvez se lembrou do pronunciamento mais recente de Mons. Tomko, chefe do Sínodo Episcopal Permanente, no sentido de que "a excomunhão é tão ultrapassada quanto a cadeira elétrica ou a câmara de gás"? Quanto à presença de Marcel Lefebvre na Comissão Preparatória, ela havia sido obrigatória pelo protocolo vigente, uma vez que ele era Superior-Geral da maior ordem missionária do mundo, os Padres do Espírito Santo. Quando começaram as sessões do Concílio, suas recomendações e as de outros como ele foram descartadas como irrelevantes. De fato, o Concílio mal começara quando todo o trabalho de dois anos da Comissão Preparatória oficial foi jogado fora para abrir espaço à agenda bem programada já preparada por gente de dentro.

A preparação interna para o Concílio também avançava na longínqua Nova Délhi. Um enviado do Vaticano negociava com o Patriarca Nikodim, do ramo soviético da Igreja Ortodoxa, que participava da Conferência Mundial de Igrejas então reunida na cidade indiana. Ficou acertado que o

Patriarca se encontraria com o cardeal Tisserant na cidade francesa de Metz para elaborar planos para que observadores ortodoxos comparecessem ao Concílio, sob a condição de que, durante todo o período da assembleia, não se permitisse que fossem pronunciadas palavras depreciativas a respeito do marxismo.

Em outubro de 1962, com a primeira sessão do Concílio prestes a começar, o Papa João e o Arcebispo Montini exalavam confiança. *Time*, escrevendo anos mais tarde sobre a eleição de Paulo VI, recordou o estado de espírito deles: "O Papa João cobria de atenção Montini, a quem se atribui ter tido participação na preparação do discurso principal que abriu o Concílio Vaticano."

Repetidas vezes, durante os três anos de reuniões, a hábil combinação do carisma papal e da ação contínua e determinada de comissões nomeadas pelo papa e recheadas de liberais conseguiu levar adiante a revolução. A própria bondade e confiança daqueles que se deixaram conduzir adiante, mais do que sua indiferença, contribuíram para a vitória certa dos de dentro, que havia muito vinham fazendo planos para mudar a Igreja. A menos que um Padre conciliar por acaso pertencesse ao grupo interno, ele não teria tido nenhuma ideia de quão bem organizados estavam os rebeldes contra a tradição, nem de quanto tempo e quanta paciência eles haviam dedicado ao trabalho. Certamente jamais teria ocorrido a nenhum deles, muito menos a um homem como Mons. Lefebvre, que a força motriz por trás de tudo o que lamentavam havia sido a de quatro Papas e de um Secretário de Estado do Vaticano.

III

Homens no Topo

“O Papa João foi poupado da agonia de ver a Igreja Católica em declínio”, escreveu o arcebispo de Westminster, cardeal John Heenan, não muito depois da conclusão do Concílio Vaticano II. “No momento de sua morte, não havia indício algum de desintegração iminente. João teria chorado pelo modo como Jesus chorou por Jerusalém se soubesse o que seria feito em nome do Concílio.”

Assim talvez tenha parecido na época. Em retrospectiva, porém, a ideia de Angelo Roncalli chorando por uma revolução que ele ajudara a desencadear pareceria não apenas insensata, mas inteiramente fora de sua índole. Ele não era uma figura trágica.

Inegavelmente houve angústia nos últimos anos tanto de seu predecessor quanto de seu sucessor na Cátedra de Pedro, e é precisamente nos últimos anos deles que as diferenças essenciais de personalidade entre Pio e Paulo, bem como João, se tornam notavelmente evidentes. Até então, suas vidas e obras estiveram ligadas de modo suficientemente estreito para obscurecer seus papéis individuais no processo de mudança. Os outros dois viveram até os oitenta e oito anos para morrer em diferentes estágios da revolução, Pio e Paulo amargurados pelo remorso.

Roncalli, que se tornou João, porém, estava longe de ser uma pessoa atormentada. Antes, era uma pessoa acomodadiça. Disposto a assumir o nome de outro homem — um João XXIII anterior fora declarado “antipapa” —, disposto a assumir um Concílio inventado e elaborado por um Papa anterior e chamá-lo de seu, disposto a proclamar como sua uma encíclica escrita por seu predecessor e outra por seu sucessor e disposto a seguir a orientação do homem que seria Papa depois dele, Angelo Roncalli era a escolha “interina” ideal.

O contato com os modernistas e seu empenho em criar um novo tipo de Igreja tornou-se parte de sua vida desde cedo. Chegando à maturidade durante os anos exigentes do pontificado de Sarto, ele foi rapidamente atraído para a oposição, graças a Mons. Radini-Tedeschi, que praticamente adotou o pobre rapaz do campo, conduzindo-o pelo seminário local, depois

até a ordenação em Roma, após o que o tomou como secretário particular.

Aqueles foram os dias anteriores à nomeação episcopal de Radini-Tedeschi, quando ele ainda fazia parte do grupo Rampolla junto com Gasparri, Della Chiesa e o jovem Pacelli, todos os quais aguardavam sua hora no mais alto gabinete do Vaticano, sob o olhar atento do Secretário de Estado de Pio X, o cardeal Rafael Merry del Val.

Quando Radini-Tedeschi se tornou bispo de Bérgamo, Roncalli foi para o norte com ele e, como Bérgamo e Bréscia não ficam longe uma da outra, o jovem sacerdote logo se envolveu na luta política da família Montini. Giuditta Montini, mãe ativista do futuro Papa Paulo, nomeou-o capelão do sindicato de operárias de fábrica que ela havia organizado, e pouco tempo depois Roncalli participava de greves. Com a eclosão da Grande Guerra, tornou-se capelão do exército designado para servir em casa, em Bérgamo, e, no início da década de 1920, lecionava na Universidade Lateranense, em Roma.

Se considerarmos as influências que cercaram Angelo Roncalli desde cedo, a presença em sua vida de homens fortemente comprometidos como Radini-Tedeschi, Della Chiesa, Gasparri, não é de admirar que o jovem professor Roncalli tenha ficado deslumbrado com os escritos de Rudolf Steiner, ativista sionista e ex-adepto da *Ordine Templi Orientis* do cardeal Rampolla, que, na década de 1920, promovia sua própria “antroposofia”, ou que Roncalli tenha começado a temperar suas aulas de teologia com teorias steinerianas. Quão forte foi a reação do Papa Ratti, Pio XI, quando a notícia chegou a ele, só se pode imaginar. No entanto, é claro que a “eminência parda” no Vaticano, o secretário Gasparri, deve ter intervindo para salvar Roncalli da punição, ou ao menos de uma punição mais severa do que a admissão ao episcopado e o banimento para nunciaturas nos Bálcãs.

O exílio duraria dezenove anos. Ao fim dos primeiros dez, o núncio Roncalli encontrava-se em Istambul, onde, segundo o jornalista milanês Pier Carpi, que afirma ter provas absolutas do fato, foi iniciado na

Maçonaria, alcançando, como Pio IX, o 18º Grau, ou Grau Rosacruz.

Ao contrário de Pio Nono, porém, Roncalli aparentemente nunca se arrependeu. Na França de hoje, membros aposentados da vistosamente paramentada *Guarda Republicana* presidencial atestam o fato de que, de seu posto de serviço em Paris, em meados da década de 1940, puderam observar o núncio, em trajes civis, deixando sua residência para comparecer às reuniões de quinta-feira à noite do Grande Oriente da França. Quando a exposição a um conflito de lealdades tão dramático enervaria o homem comum, fosse ele católico ou maçom, Angelo Roncalli parece ter encarado isso com naturalidade.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, a Turquia revelou-se o ponto-chave a partir do qual implementar o plano de Pio XII para fazer judeus poloneses passarem pelos postos de controle britânicos como "católicos" e entrarem na Palestina. Superando sua objeção inicial a expulsar os árabes nativos a fim de abrir espaço para os judeus europeus, Roncalli logo trabalhava obedientemente para produzir os milhares de documentos que o Papa exigia. Ele demonstraria igual docilidade em 1945, quando seu apelo urgente ao mesmo Papa para pedir a paz diante do avanço russo não obteve resposta. Foi então, porém, que seu exílio terminou e ele recebeu a ordem de fazer as malas para Paris, onde, como Núncio Papal, esperava-se que pudesse reciclar o pensamento político dos cem bispos franceses acusados de ter colaborado com os alemães durante toda a Ocupação.

Os biógrafos negam que a considerável corpulência de Roncalli pudesse dever-se ao epicurismo, embora admitam que suas frequentes recepções e elaborados jantares, conduzidos por seu talentoso chef, Roger, fizeram da Nunciatura de Paris um ponto de encontro favorito de políticos franceses e *literati*, juntamente com os planejadores pioneiros de um Mercado Comum Europeu. A hospitalidade continuou quando, aos 73 anos, ele assumiu seu último posto diplomático, o de enviado do Vaticano junto à

UNESCO sediada em Paris. Dois anos depois, na idade em que hoje se pede aos bispos que se aposentem, recebeu sua primeira verdadeira missão episcopal como arcebispo-patriarca, ou cardeal, de Veneza.

A essa altura, em meados da década de 1950, as figuras de destaque do futuro Concílio Vaticano II estavam se preparando para entrar em posição. Montini tornara-se bispo e residia em Milão. Durante os cinco anos seguintes, ele e Roncalli manteriam contato constante enquanto se preparavam para implementar os planos de Pio XII para um Concílio.

O Papa João XXIII morreu antes que os certificados, os Documentos do Vaticano II, fossem assinados. Contudo, à parte sua grave doença, não há evidência de que seus últimos anos tenham sido obscurecidos. Mesmo que pudesse ter visto o futuro, ele poderia desculpar-se por sua parte no desastre. Fizera apenas o que lhe fora pedido. A responsabilidade era de Pacelli e seria de Montini. Ele apenas tentara ser acomodadiço, nunca afirmando ser ele próprio a “Luz”, mas apenas “o arauto da Luz”.

Pio XII

Em contraste, os anos finais tanto de Eugenio Pacelli quanto de Giovanni Montini foram carregados de tragédia. Pacelli foi forte o bastante para suportá-la; Montini claramente não foi. No caso de Pacelli, não foi o que ele havia feito à Igreja que o atormentou; não muito disso se tornou evidente durante sua vida. Foi antes o que seu compromisso de toda a vida com a política da esquerda ajudara a fazer ao mundo.

Malachi Martin, cujos copiosos escritos sobre a Igreja tendem a ser mais fortes em ficção do que em fatos, talvez tenha registrado fatos muito convincentes em seu *Declínio e Queda da Igreja Romana* ao descrever conversas entre o velho Papa e o ainda mais velho cardeal Bea. Martin fora um jovem *peritus* auxiliando Bea durante a primeira parte do Concílio, e é provável que o alemão se pusesse a recordar com sua equipe ao fim do dia. Segundo Martin, Pio XII insistia em que Bea respondesse a uma pergunta repetida e terrível: Bea achava que ele, o Papa do tempo da guerra,

cometera um erro ao avaliar Hitler como uma ameaça maior ao mundo do que Stalin? Teria escolhido o lado errado na guerra? Teria cometido um erro terrível? Bea tentou consolá-lo: “Mas como poderíamos saber que os anglo-saxões deixariam a Rússia ir tão longe?” Pio não se consolou. Ele apenas repetia: “Deveríamos ter sabido, deveríamos ter sabido!”

Uma causa adicional de consternação durante seus últimos anos foi a perda do homem que estivera mais próximo de seu trabalho por mais de vinte anos. Ele sabia, porém, que, se Montini haveria de conduzir a Igreja sobre os ombros nos difíceis dias pós-Conciliares, precisaria adquirir experiência pastoral e ser capaz de trabalhar por conta própria. Outra consideração deve ter sido a mobilidade concedida a Montini por seu afastamento de Roma. Na série decisiva de conferências internacionais a que compareceram pessoas de dentro da Igreja, os prelados e teólogos que trabalhavam em direção a um Concílio, ele pôde participar simplesmente como bispo italiano, e não como o braço direito do Papa.

Durante toda a década de 1950, sozinho e atormentado, Pio XII voltou-se para dentro. Não convocou mais consistórios, embora o Colégio dos Cardeais tivesse caído para o baixo número de cinquenta e sete. Quanto à Secretaria de Estado, não havia um chefe propriamente dito para aquele departamento havia dez anos, desde a morte de Mons. Maglione. Pio assumira parte do trabalho pessoalmente, deixando Tardini e Montini cuidarem do restante. Depois que Montini foi transferido para Milão, Tardini adoeceu e, durante boa parte do tempo, raramente aparecia em seu gabinete. Foram suspensas as chamadas audiências *intabella*, por meio das quais o Papa se colocava à disposição, em horários fixos de dias determinados, de cardeais, bispos, chefes de Congregações Curiais e ordens religiosas, de modo que se tornou praticamente inacessível. O observador vaticano Corrado Pallenberg comentou na época que era mais difícil para um homem como o cardeal Tisserant obter uma audiência do que, digamos, a diplomata Clare Booth Luce ou mesmo o ator Gary Cooper.

Um aspecto estranho daqueles anos de retiro papal foi o interesse de Pio XII pelo rejuvenescimento tal como praticado por seu bom amigo Paul Niehaus, ministro protestante suíço, maçom do 33º grau e “terapeuta celular”. O sistema de Niehaus consistia na injeção de células vivas de fetos animais. Ele afirmava ser capaz de deter uma série de doenças degenerativas com uma única injeção. O Papa tomou três e teria continuado se seu médico pessoal não o tivesse proibido. Um obituário publicado no

New York Times em 5 de fevereiro de 1972 cita o dr. Tito Checherini, médico da família Pacelli, como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho dos Maçons Livres do Rito Escocês na década de 1950, ascendendo a Grão-Mestre de todos os Ritos Maçônicos quatro anos antes de morrer. Uma espécie de papa dentro da Maçonaria?.

Em comparação com seus dois sucessores, Pio XII foi um gigante entre os papas. Embora não fosse homem de chorar, qualquer que tenha sido a extensão de sua angústia, há evidências de que ela era muito grande. Nas últimas linhas de uma série de artigos escritos para comemorar o centenário do nascimento do "Pastor Angélico", o pe. Virgilio Rotondi, membro da equipe editorial da revista jesuíta *Civiltà Cattólica*, observando que em certo momento estivera em contato diário com Pio XII devido ao interesse deste pelo Movimento por um Mundo Melhor da Companhia, confessou que ficara atônito certo dia ao ouvir o Papa dizer: "Reze por mim, padre, reze para que eu não vá para o Inferno!"

Rotondi, que admitia considerar Pio XII um santo, poderia ter consolado o idoso Pacelli com a observação de que tudo o que ele fizera ao longo da vida havia sido condicionado desde a infância. Dificilmente lhe fora dada uma escolha. Desde a infância, desde o próprio dia em que Eugênio, aos dois anos de idade, fora levado ao leito de morte do moribundo Pio Nono e ouvira o Papa dizer a seu pai que o pequeno cresceria para ser de grande valor para o Vaticano, seu pai se empenhara em fazer dele um papa. Instruído em casa, o menino não teve permissão para ter contatos em sala de aula. Depois, como se todo o Vaticano percebesse essa preparação de um herdeiro aparente, Eugênio foi entregue ao cardeal Rampolla, que escolheu o currículo modernista da Capranica, novamente para afastá-lo da vida escolar normal. Após a ordenação, o pe. Pacelli tornou-se o companheiro constante de Rampolla, como seu secretário particular. Quando não estava viajando, seus colaboradores mais próximos dentro do Vaticano eram os da "equipe" de Rampolla, Della Chiesa, Gasparri, Radini-Tedeschi e o jovem Roncalli. Assim, todo o padrão de seu pensamento e de sua fé havia sido definido para ele muito antes de ele se

encontrar com o altamente politizado Giovanni Montini.

Um grande milagre da ordem daquele vivido por São Paulo no caminho de Damasco ou pelo imperador Constantino na Ponte Mílvia poderia tê-lo dissuadido de abraçar a revolução, mas nada menos que isso.

Em 1958, enquanto os efeitos mundiais de sua escolha política durante a guerra continuavam a horrorizá-lo, Eugenio Pacelli morreria com a esperança de que uma nova espécie de Igreja Católica permanecesse intacta. Giovanni Battista Montini, seu co-transformador de longa data, seria capaz de levá-la até o fim.

Leitores que se sentirem consternados ao encontrar Pio XII nomeado como o principal protagonista da mudança fariam bem em reler a página anterior. A frase “ele dificilmente teve escolha” é uma defesa de Pacelli, o homem. Pacelli, o Papa, é outra questão.

A família chegara a Roma no início do século XIX, a mando da Casa de Rothschild. Seria razoável supor que os astutos banqueiros de Frankfurt confiariam a um “goy” uma parte essencial de seu avanço pela Europa, a de trazer os Estados Pontifícios firmemente para sua órbita? A judeus que praticavam o catolicismo, sim.

Uma coisa é admitir o sucesso dos judeus em questões de dinheiro, política e cultura, e outra é recusar-se a acreditar em sua penetração no Vaticano. No entanto, todos nós vimos fotografias de Paulo VI usando o Éfode do Sumo Sacerdote de Jerusalém. No anuário da nobreza italiana, na sede dos Cavaleiros de Malta em Roma, encontra-se uma alteração sob o nome Montini, várias gerações atrás, a partir do nome judeu Benedetti. Os Benedetti de hoje, com o Banco di Roma, a Olivetti etc., podem ser chamados de Rockefellers da Itália.

Não há motivo, como Teresa de Ávila provou, para que um judeu não possa tornar-se um grande santo católico, a não ser pelo condicionamento inicial. Ao judeu Pedro e ao judeu Paulo devemos os primórdios da Cristandade. Contudo, a vida adulta do menino Pacelli, assim como a do menino Montini, indica uma formação que lhes incutiu uma lealdade abrangente que não era católica. Caso contrário, por que foram isolados de

seus pares, todos católicos na Itália? Saúde frágil? Improvável. O isolamento durou pouco para Eugenio em seus estudos para o sacerdócio. Então, imediatamente após a ordenação, ele começou a viver a vida extenuante de Mariano, cardeal Rampolla, que acumulava o trabalho de Secretário de Estado com o dever de Grão-Mestre da ocultista *Ordo Templi Orientis*. De modo semelhante, o educado em casa, supostamente delicado Giovanni Montini foi enviado para enfrentar as dificuldades da Polônia devastada pela guerra imediatamente após a ordenação.

A estreita parceria entre Pacelli e Montini deve ter devido sua longa duração à formação comum de ambos, que resultou em intenso compromisso político. Mesmo como Secretário de Estado, Pacelli estava redigindo as duas encíclicas em língua vernácula atribuídas a Pio XI, *Non Abbiamo Bisogno* e *Mit Brennender Sorge*, esta última contrabandeada para a Alemanha para ser impressa privadamente, dificilmente uma forma papal de fazer as coisas. Como Secretário, ele interrompeu as populares transmissões na América do Pe. Charles Coughlin, que estavam expondo o poder financeiro internacional judaico.

A Segunda Guerra Mundial mal havia começado quando Pacelli, agora Pio XII, estava escrevendo propaganda sobre atrocidades contra a Alemanha para a Rádio Vaticano, dirigida pelos jesuítas. Em 1940, ele assimilava e divulgava revelações de um agente duplo da iminente *Blitzkrieg*.

Obviamente, esse forte viés político, incutido desde a infância, tornou impossível ao Papa Pio XII cumprir o papel de Santo Padre neutro e compassivo para todo e qualquer católico.

Enquanto os fiéis permaneciam alheios a essas iniciativas políticas, a notícia de sua repressão peremptória à cruzada de voluntários prontos para combater a Rússia ateísta deve ter varrido a juventude da Europa continental como um choque violento. A concessão de centenas de milhares de certidões de batismo falsas para enganar os oficiais de imigração na Palestina britânica foi uma degradação do sagrado, enquanto os apelos de

65 milhões de católicos romanos da Europa Oriental para que a voz papal se erguesse em um esforço para salvá-los das hordas soviéticas que se aproximavam encontraram uma recusa inflexível... “até que a Alemanha reverta totalmente sua política em relação aos judeus.” Sua prioridade: judeus, não católicos.

Embora haja ampla evidência de que o Sinédrio não afrouxou seu domínio sobre a Cátedra de Pedro depois dos papados de Pacelli e Montini, isso teria de ser o assunto de outro livro e de mais um ano na Itália para converter evidência em prova.

Quanto a Montini, provavelmente o ponto alto de sua vida foi quando, naquele meio-dia frio e claro de dezembro de 1965, ao sair da Basílica de São Pedro em procissão com os bispos do mundo, seguro de que a revolução havia sido assinada e selada, encontrou Jacques Maritain, de 83 anos, esperando nos degraus da igreja para abraçá-lo. A partir daquele momento, os doze anos restantes de sua vida seriam ladeira abaixo.

Para o público, Montini carecia tanto do carisma etéreo de Pacelli quanto do encanto terra a terra de Roncalli. À medida que os golpes da reação ao Concílio começaram a cair, franjas do público o pressionavam de ambos os lados, de modo que, aos poucos, sua eficiência bastante elegante do norte da Itália começou a mostrar uma desarticulação nervosa. Mesmo enquanto uma minoria da Direita rezava sob sua janela pelo retorno da Missa, uma minoria da Esquerda protestava contra sua encíclica *Humanae Vitae*. O falecido comentarista católico escocês Hamish Fraser (ex-comunista) viu uma ligação entre as duas causas, sugerindo que a razão para a publicação daquele documento essencialmente supérfluo — os católicos não precisavam ser informados de que a contracepção artificial era tabu — era colocar os católicos conservadores em um estado de espírito pró-Vaticano quando, pouco tempo depois, a Nova Missa lhes fosse imposta.

Nações Unidas que elas eram “a última e melhor esperança do Homem” e implorou ao mundo que reconhecesse o novo humanismo da

Igreja. “Nós também, mais do que quaisquer outros, veneramos o Homem.” A chegada do Homem à Lua levou-o ainda mais longe: “Honra à coragem humana! Honra à síntese da atividade científica e organizacional do Homem, rei da terra e agora príncipe dos céus!”

Nesse tom elevado, Paulo VI passou a exaltar a reunião do Conselho Mundial de Igrejas no Quênia. À multidão da audiência de quarta-feira, disse: “Ah, se eu tivesse asas, voaria a Nairóbi, àquela assembleia de 271 Igrejas. Pensem nisso, 271 Igrejas cristãs!” O Ano Santo de 1975 trouxe celebrações extraordinárias planejadas pelo herdeiro de Augustin Bea, Jan, cardeal Willebrands, o persistente holandês que fora enviado pelo papa João a Moscou para convidar observadores ortodoxos a comparecer ao Concílio. Willebrands lembrou a Paulo que seu grande mestre, Pio XII, havia previsto que “um novo e vivificante Pentecostes” viria sobre a Igreja, e ali estava ele na forma de cerca de dez mil católicos “nascidos de novo” do mundo inteiro, membros da Renovação Carismática Católica.

Paulo VI começou a ver-se em estranha companhia. Chegava ao Vaticano Rodman Williams, da Melodyland School of Theology, em Anaheim, Califórnia, o sul-africano dr. David du Plessis, conhecido como “Sr. Pentecostes”, chefe do Conselho Pentecostal Mundial, o líder pentecostal anglicano Michael Harper e o alemão Arthur Bittlinger. Ao saudá-los em audiência privada, assegurou-lhes que haviam estado “lidando com recursos espirituais dos quais toda a família humana tem urgente necessidade. Caminhemos juntos, ouvindo com docilidade e atenção o que o Espírito está dizendo hoje e prontos para avançar rumo ao futuro com alegria e confiança.”

Então, no domingo de Pentecostes, milhares de católicos que haviam aderido à “Renovação Carismática” afluíram a São Pedro. Vindos sobretudo dos Estados Unidos, mas também da Irlanda, do Canadá, da Índia, do México e de uma dúzia de outros países, passaram uma manhã tão bizarra e bem mais delirante do que a extravagância do papa João Paulo dez anos depois em Assis. Os carismáticos, em sua maioria de meiaidade, ficaram de pé diante das grandes colunas retorcidas de Bernini do altar

principal, um braço agitando-se, o outro erguendo rádios de transistor japoneses, enquanto, por todo o piso de mármore, milhares de outros se sentavam encolhidos em círculos, de braços entrelaçados. De repente, ouviu-se uma voz masculina alta, amplificada por microfone. Mesmo com sotaque de Michigan, sua mensagem era portentosa: “Saibam que Eu, o seu Deus, trouxe Pedro e Paulo a Roma para testemunharem a minha glória. Agora Eu, o seu Deus, escolhi trazê-los a Roma. Escutem, meu povo. Eu lhes falo sobre a aurora de uma nova era! Minha Igreja será diferente. Meu povo será diferente. Preparem-se. Abram os olhos! Abram os olhos!”

Setecentos padres católicos, em sua maioria americanos e recém-convertidos à seita, concelebraram no altar papal com o cardeal Suenens, de Malines-Bruxelas, de olhos extasiados. Os padres desceram pelo corredor central distribuindo hóstias em punhados para serem passadas de mão em mão, muitas delas caindo no chão. Então, de um pequeno altar lateral, veio a voz do Papa. Depois de um panegírico de dez minutos ao movimento carismático, ele ergueu os braços, gritando: “Jesus é o Senhor! Aleluia!”

A euforia de Paulo durou pouco. Em poucos meses, ele havia caído novamente no abatimento, perguntando a uma audiência geral perplexa: “Será que ofendemos aqueles que se rebelam e desertam? Queremos assegurar-lhes que essa não foi a nossa intenção e que queremos ser os primeiros a pedir que nos perdoem.” Essas palavras, tão destoantes de sua posição, foram ditas apenas dez anos depois do grande momento do abraço de Maritain ao término do Concílio. O curso do Humanismo Integral de Maritain havia chegado à sua conclusão lógica. Uma Igreja que nada pede nada recebe, e Paulo VI, como a Igreja afável que ele e Saul Alinsky haviam concebido, estava desmoronando. Tão condicionado quanto Pacelli havia sido por seus pais, sua formação, suas associações e, acima de tudo, por sua longa parceria vaticana com Pacelli, Giovanni Montini mostrava claramente que era incapaz de suportar aquilo a que tudo estava levando.

À medida que continuava a perder o ânimo, seus pronunciamentos se

tornavam cada vez mais dramáticos. Chamou a deserção dos padres de sua "coroa de espinhos". Mais de uma vez pensou em renunciar, segundo um relatório póstumo de seu confessor, Paolo Dezza, S.J. Começou a entremeá-los sermões com referências a uma personagem da qual a admirável nova Igreja havia muito se livrara, o Demônio. "A fumaça de Satanás entrou no templo de Deus por alguma fresta", disse ele, e "houve a intervenção de um poder hostil, um agente estranho, um ser misterioso, o Demônio."

O *New York Times*, relatando um discurso incrível a uma congregação lotada de turistas em São João de Latrão, falou do "Pontífice de 76 anos, de aparência frágil, falando em tons trêmulos, quase às lágrimas. 'Quem está falando com vocês? Um homem pobre, um fenômeno de pequenez. Eu tremo, meus irmãos e filhos. Tremo porque sinto que tenho a dizer coisas imensamente maiores do que eu... Mas sou o sucessor de São Pedro. Aceitem-me. Não me desprezem. Eu sou o Vigário de Cristo.'"

Remetendo-se aos seus dias como capelão da FUCI, quando havia instado estudantes romanos a desafiar o governo de Mussolini, ele finalmente pôs de lado sua identidade como Papa ao fazer uma oferta pública às Brigadas Vermelhas da pessoa de Gianbattista Montini em troca de seu refém, Aldo Moro, antigo líder da FUCI e várias vezes primeiro-ministro da Itália. A oferta foi ignorada. O assassinato de Moro e a morte de Montini ocorreram pouco depois. O ano era 1978.

João Paulo I

Membro do corpo de imprensa do Vaticano, a autora testemunhou de perto a partida de Paulo VI, a chegada e a partida de João Paulo I e a chegada de João Paulo II. Muitas das notas a seguir foram feitas na época.

A morte de dois papas em cinquenta e quatro dias fez da segunda metade do ano de 1978 um dos períodos mais dramáticos da história

moderna da Igreja.

Embora Paulo VI tivesse mais de 80 anos e há muito se dissesse que sofria de vários males, sua morte, como toda morte, veio como um choque. *Vaticanisti*, os jornalistas especializados em assuntos do Vaticano, correram de volta a Roma, vindos de férias de agosto em praias e resorts de montanha. Cardeais, reis, rainhas e chefes de Estado chegaram para assistir ao que acabaram sendo ritos fúnebres estranhamente austeros.

Sobre um tapete estendido sobre as lajes da Praça de São Pedro, o caixão jazia desprovido de crucifixo, vela ou flor, acompanhado apenas por um grande livro aberto cujas páginas tremulavam desoladamente ao vento leve.

Um conclave, o primeiro do qual foram excluídos os cardeais octogenários, votou sob o sigilo recém-imposto com rapidez surpreendente. Em uma entrevista concedida na época a um jornal de Milão, o arcebispo Lefebvre comentou: “Um conclave que chega a um acordo perfeito em tão pouco tempo deve ter sido muito bem articulado, antes mesmo de os selos serem colocados nas portas”.

Albino Luciani, Patriarca de Veneza, um funcionário apagado e dócil da Igreja em transformação, foi capaz de causar alvoroço em seu mês como Papa, ainda que apenas porque trazia ao Vaticano um rosto novo e alegre. Por toda parte parecia haver um sentimento de alívio, até mesmo de esperança. Enquanto algumas vozes tradicionalistas sustentavam que não havia Papa, porque membros de um conclave incompleto, liderados por seus elementos mais progressistas, haviam escolhido um dos seus, e alguém que se recusava a ser coroado, certa voz tradicionalista, a do geralmente perspicaz Abbé Georges de Nantes, saudou o novo Papa, sabe Deus com base em quê, como um segundo Pio X. Foi um tempo de falas desvairadas e relatos imprecisos.

Albino Luciani era um protegido de Angelo Roncalli. Os dois haviam entrado em contato em 1953, quando Roncalli deixou a UNESCO em Paris para assumir o Patriarcado de Veneza. O trabalho do homem mais jovem, organizando congressos e conferências para o bispo de Belluno, levava-o com frequência à vizinha Veneza. Que o futuro papa João passou a ver no padre um talento promissor para a Igreja em transformação fica claro pelo fato de que um de seus primeiros atos como Papa foi sagrar o pe. Luciani bispo em São Pedro, com as próprias mãos. Pouco depois, quando anunciou o Concílio, criou as duas comissões preparatórias, o grupo oficial, cujos dois anos de trabalho acabariam no lixo, e o grupo interno de “especialistas”, entre eles Mons. Luciani.

Como o novo Bispo chegou à condição de *peritus* veio à tona em uma entrevista que o escritor italiano Alfonso Strpellone deu ao *Il Messaggero*, de Roma, na ocasião da morte de Luciani. Ele disse que o Patriarca lhe contara um dia, durante o Concílio, que havia passado pelo que chamou de "grave crise espiritual" que, felizmente, conseguira superar. "Ele me disse que, até bem pouco tempo antes, havia aceitado e promovido o conceito sustentado pelo Santo Ofício de que, dentro da Igreja, somente a verdade tinha direitos. Então, como confidenciou a amigos, convenceu-se de que estava enganado, depois do que concordou, não sem certo tormento e hesitação, em participar ativamente da formulação do documento sobre Liberdade Religiosa, um dos textos fundamentais do Concílio Vaticano II." Esse é o decreto que faz da crença religiosa uma questão de escolha ou, como afirma, uma questão de consciência, um decreto que Padres conservadores do Concílio se recusaram a assinar.

As formulações do decreto foram feitas sob a tutela de Augustin, (mais tarde cardeal) Bea, e, com sua aceitação no Concílio, surgiu uma profusão de painéis inter-religiosos em várias partes do mundo, sendo o mais importante realizado em Veneza ao longo da década. O reverendo Phillip Potter, antilhano chefe do Conselho Mundial de Igrejas na época da eleição de Luciani, recordou uma longa associação: "Ah, sim", disse à imprensa, "conheço o novo Papa. Temos o Comitê Conjunto de Trabalho (sobre ecumenismo) desde 1965. O cardeal Willebrands e eu fomos hóspedes em Veneza quando ele era Patriarca, e lembro-me muito bem do discurso que ele fez ao grupo em 1974 sobre suas convicções a respeito do valor positivo do ecumenismo. Certamente ele era muito aberto em sua atitude. Depois há o fato de sua recusa da coroa e do trono. Isso demonstra claramente a evolução em curso na Igreja Católica e revela a personalidade do novo Papa."

A morte repentina de Albino Luciani permanece envolta em mistério. Dos dois jovens secretários papais, o pe. irlandês John Magee, que se dizia ter encontrado o corpo, recusou-se a falar com os repórteres, enquanto o outro, o italiano Diego Lorenzi, os saudou com: "Vocês também vieram

perguntar como ele foi envenenado?” Houve um segundo funeral sem crucifixo, vela ou flor, desta vez sob chuva torrencial, outro conclave e outro papa João Paulo.

Considerando que muitos dos dados sobre a vida, a obra e a morte do papa Luciani estavam disponíveis apenas em italiano e francês, e que os jornalistas vindos do exterior para os funerais e eleições papais geralmente não eram proficientes em nenhuma das duas línguas, ainda assim era espantoso o quão longe da verdade a maioria deles passava. A vencedora do Prêmio Pulitzer e veterana correspondente do *Washington Star*, Mary McCrory, conseguiu enfiar nada menos que sete erros gritantes em uma reportagem curta. Para registro:

(1) “Uma das virtudes de Luciani era sua falta de ligações com a Cúria.” Errado. Ele próprio havia sido, por muito tempo, membro de um dos mais importantes organismos curiais, a Sagrada Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino.

(2) “Ele raramente era visto em Roma.” Errado. Trabalhou em Roma como *peritus* durante todo o Concílio e esteve constantemente dentro e fora de Roma durante os três anos em que atuou como vice-presidente da Conferência Episcopal Italiana.

(3) “Durante seus dias de estudante na ‘Greg’...” Ele nunca frequentou a Universidade Gregoriana, tendo obtido permissão para seguir seus cursos em Belluno, onde auxiliava o Bispo.

(4) “Ele sucedeu ao papa João como Patriarca de Veneza.” Errado. Roncalli deixou Veneza para tornar-se Papa em 1958, e Luciani tornou-se Patriarca em 1971.

(5) “Relata-se que ele teria tido mente aberta em relação à pílula anticoncepcional até a *Humanae Vitae*”. Foi o contrário. Ele se conformou quando o documento foi publicado e depois enviou um apelo ao papa Paulo para reconsiderar um uso legítimo da pílula.

(6) “Luciani parece nunca ter viajado para fora da Itália.” Como bispo, viajou bastante pela Europa, sendo um dos poucos italianos convidados a

participar de reuniões com os bispos e teólogos de vanguarda da Alemanha, enquanto trabalhavam na preparação para o Concílio. Também viajou ao Brasil várias vezes e uma vez à África do Sul.
(7) Por fim, o artigo cita a antiga "imersão total" do Papa na pobreza. Esse tema da pobreza abjeta ("pobre de marré deci", como a chamou o rabino Tannenbaum) nasceu de algumas palavras no primeiro folheto biográfico do Vaticano e foi sendo retocado de mão em mão. O irmão do Papa, Eduardo, por fim demonstrou impaciência com isso. "Não éramos mais pobres do que ninguém", disse ele ao *Il Tempo*. Ninguém levava uma vida fácil nos anos 1920 na região setentrional do Vêneto, que havia sido austríaca e que não encontrou lugar na frágil economia italiana dos primeiros anos após a Grande Guerra. Mussolini empreendeu uma solução parcial ao drenar os pântanos pontinos, ao sul de Roma, e convidar vênetos a se estabelecerem ali. Até hoje, entre os mais velhos, é possível ouvir o sotaque cantado da região do Vêneto. Quanto à moradia da família Luciani onde o Papa nasceu, uma fotografia mostra tratar-se de uma sólida casa de três andares. O irmão Eduardo foi por muito tempo presidente da Câmara de Comércio local.

Enquanto a cobertura estrangeira da vida de João Paulo I era entremeada de fantasia, a cobertura estrangeira de sua morte parecia desprovida até mesmo de curiosidade. Era notável o quão pouco os cerca de oitocentos jornalistas que circulavam pelas salas de imprensa do Vaticano na época pareciam se importar com a maneira como a morte súbita havia ocorrido. Entre os italianos comuns, os feirantes, taxistas e assim por diante, falava-se muito. Houve também um pedido de autópsia, feito em busca de publicidade e nunca atendido, por um grupo pseudotradicionalista de Roma. Mas, para os jornalistas estrangeiros, aparentemente bastava que o Vaticano tivesse se pronunciado. O problema era que o Vaticano não havia se pronunciado de maneira definitiva. Quando o papa Paulo morreu, foi emitido à imprensa um boletim que consistia em um simples anúncio do ocorrido. A morte se dera em determinado momento de determinado dia e seguia-se uma explicação de uma frase sobre a causa, em termos genéricos. No dia seguinte, foi emitido outro breve boletim, detalhando em termos médicos precisos a causa da morte. Algumas horas depois que o corpo de João Paulo I foi encontrado, a sala de

imprensa divulgou o primeiro tipo de boletim, mas o segundo, o relatório médico, nunca foi emitido. À pergunta deste repórter sobre o comunicado ausente, o chefe de imprensa, Pe. Romeo Panciroli, respondeu que, uma vez divulgado o boletim informativo, considerou-se desnecessário emitir um segundo boletim. A lei italiana teria exigido uma autópsia; contudo, desde 1929, quando o cardeal Gasparri e o primeiro-ministro Mussolini assinaram o Tratado de Latrão, o Estado da Cidade do Vaticano é outro país, soberano.

Albino Luciani ainda estava na casa dos sessenta anos na época de sua morte, e era um italiano com amigos e parentes disponíveis para entrevistas. Os repórteres locais não perderam tempo. Procuraram uma irmã que insistiu que um exame médico de rotina recente dera a seu irmão um cardiograma perfeitamente normal. Ela disse que ele não apenas nunca sofrera de coração fraco, como tampouco havia alguém em sua família com esse problema. Um padre que havia atuado como secretário particular de Luciani durante seus anos como patriarca em Veneza atestou o fato de que, todos os anos, aos sábados ao meio-dia, logo após a eleição papal, os dois homens haviam ido às montanhas para passar horas em caminhadas extenuantes. O cardeal Colombo, de Milão, expressou perplexidade diante da morte súbita do amigo, testemunhando que recebera um telefonema do Papa apenas cinco horas antes de o corpo ser descoberto e que ele parecia estar no melhor estado de saúde e de espírito possível. “Ele me disse que as primeiras semanas de confusão haviam definitivamente terminado e que enfim sentia que estava realmente tomando pé das coisas.”

Havia relatos conflitantes sobre quem encontrou o corpo. Foi o Pe. Magee ou uma das freiras que cuidavam da casa? Havia relatos conflitantes sobre o que o Papa estava lendo antes de morrer. Não eram boatos, mas comunicados contraditórios da imprensa vaticana, um após o outro. Mas o fato mais revelador foi o inchaço aflitivo do corpo enquanto jazia exposto no altar-mor de São Pedro, tornando necessário encerrá-lo no caixão muito antes do que fora planejado. Cardiologistas entrevistados na imprensa romana na época concordaram que tal fenômeno não ocorre em casos de

insuficiência cardíaca comum.

Se, de fato, todas as evidências apontam para uma ação criminosa, por que isso aconteceu? Como tal acontecimento se encaixa na tese deste estudo? Certamente Albino Luciani, depois de resolver sua "crise espiritual", tornou-se um participante entusiasmado da revolução vaticana. Sua residência em Veneza e outros edifícios eclesiásticos ao longo dos canais tornaram-se o foco do diálogo entre protestantes e católicos, de consultas com judeus, de especulações jesuíticas extravagantes sobre o "Discernimento dos Espíritos" e, acima de tudo, dos esforços do Vaticano e do cardeal Willebrands para aproximar os carismáticos católicos e a Assembleia de Deus protestante. A coordenadora de muitos dos eventos era a enérgica Rosemary Goldie, que havia dirigido assuntos em San Calisto antes do Concílio e que posteriormente ascendeu a uma posição na Cúria.

Por que um Papa tão fiel às principais diretrizes do Vaticano atual seria removido de cena? Inventar razões ainda é um passatempo favorito da Esquerda e da Direita. Até o Vaticano entrou no jogo ao patrocinar a versão do jornalista John Cornwell segundo a qual Luciani estava praticamente à beira da morte quando foi eleito, uma ficção que contraria todas as evidências disponíveis na época. Cornwell prossegue mordendo a mão que o alimentou ao acusar o Vaticano de deixar o pobre homem morrer por negligência. Dado o que o prof. Jean Meyer chamou de complexo de autopersseguição do Vaticano, a acusação deve ser gratificante.

Teorias malucas circulavam por toda parte em 1978: o novo Santo Padre iria restaurar a Missa antiga quando todo veneziano sabia que ele havia trabalhado para impedir que aquela Missa fosse celebrada por padres lefebvristas em San Simeone Piccolo. O Santo Padre iria acabar com as trapaças no Banco do Vaticano. A última fantasia, desenvolvida alguns anos depois pelo escritor David Yallop, fez de seu *Em Nome de Deus* um best-seller internacional. Que esse padre quieto e submisso, sem nenhum histórico conhecido de interesse por economia, assustado ao ser eleito Papa, fosse, em sua primeira semana incerta no cargo, decidir travar uma luta contra todo o establishment financeiro do Vaticano é tão patentemente absurdo quanto a tese de Cornwell é patentemente falsa.

A morte súbita, aparentemente por envenenamento, do papa Luciani talvez permaneça um mistério. Alguns *Vaticanisti* especularam que, entre os eleitores de 1978, certos membros influentes em torno da facção König, consternados com a escolha fraca imposta pela facção Benelli, estavam determinados a corrigir a situação a qualquer custo.

Como epitáfio para a figura essencialmente patética de João Paulo I, há uma frase curiosa no fim de um dos pequenos ensaios que ele gostava de escrever para o *Il Gazzettino di Venezia*. Ela pode ser tomada tanto como uma homenagem a seus mentores, Roncalli e Willebrands, quanto como uma apologia da vida que escolheu livremente, "embora não sem certo tormento e hesitação": "Melhor ser o confidente de grandes ideias do que o inventor de ideias medíocres; quem se ergue sobre os ombros de outro enxerga mais longe do que o outro, embora ele próprio possa ser menor".

João Paulo II

O segundo papa João Paulo entrou em cena com um floreio e um brado animador: *"Louvado seja Jesus Cristo!"* Ali não estava um funcionário, mas um protagonista. Não demorou muito para que a vivacidade e o entusiasmo do Papa "estrangeiro" trouxessem multidões sem precedentes a Roma e, nos meses seguintes, incontáveis multidões aos parques e praças da Polônia, da Irlanda, dos Estados Unidos, do México e do Brasil. Até alguns católicos tradicionais caíram sob seu encanto. Privados disso por tanto tempo, viam milagres em palavras e atos que consideravam positivos e deixavam de olhar para o resto.

Como no caso de Albino Luciani, transformado pelos criadores de imagem de um ecumenista convicto e filho espiritual do liberal João XXIII em um corajoso combatente pela reforma financeira e pela tradição litúrgica, o processo de reciclagem da biografia de Karol Wojtyla começou antes mesmo que ele deixasse a sacada de São Pedro na noite de sua

eleição. Assim que seu nome foi anunciado, houve um êxodo frenético de repórteres da praça para as salas de imprensa adjacentes, a fim de telefonar e passar por telex a notícia, enquanto aqueles que não tinham necessidade de despachar naquela noite se reuniram em torno de uma tela de televisão de circuito fechado na sala de imprensa.

Quase antes que o novo Papa tivesse terminado sua saudação inicial à multidão, do alto do portal central da Basílica, o eficiente escritório de imprensa do Pe. Panciroli havia produzido uma biografia mimeografada de duas páginas em italiano e, alguns minutos depois, versões em quatro outras línguas, incluindo o polonês. Ao mesmo tempo, um cinegrafista de TV destacava um jornalista de meia-idade quando ele emergia da longa fila de cabines telefônicas. Era Jerzy Turowitz, editor do *Znak*, grupo de imprensa católica da Polônia ligado ao governo. Mesmo enquanto líamos no material distribuído que o pai de Karol Wojtyla fora operário, Turowitz dizia na tela da TV: “Não, não era operário; era oficial do exército. Não um oficial de alta patente, mas, sim, um oficial. Há quanto tempo conheço o novo Papa? Ah, há muitos, muitos anos, desde muito antes do Concílio.”

Os cerca de cem jornalistas que assistiam à tela captaram as palavras de Turowitz, mas dezenas de outros já estavam enviando ao mundo o erro do boletim.

Que importância tem como o pai de um papa ganhava o sustento da família? Para a Igreja, nenhuma. O cargo é eletivo, não hereditário. O cardeal Ottaviani, o prelado, duas vezes *papabile*, que, em sua longa vida, se tornou símbolo do conservadorismo de Direita, era filho de um açougueiro no pobre bairro romano de Trastevere. Mas o fato de se ter cometido um erro no caso do atual Papa, um erro jamais corrigido, é indício de uma tentativa de construção política de imagem.

É certo que material biográfico não é fácil de obter em um país comunista; no entanto, se se reúnem de maneira honesta os dados que se tornaram disponíveis, é possível avançar bastante na delineação do caráter do homem escolhido por seus pares para levar adiante a transformação da

Igreja Católica.

Como Turowitz indicou, o pai de Karol Wojtyla não era operário nem tampouco camponês, mas soldado. O pouco que podemos saber sobre Josef Wojtyla lança muita luz sobre a futura orientação de seu filho. Mas, não fosse pelas aspirações particulares e pela autodisciplina do pai, é duvidoso que Karol tivesse chegado sequer à metade do caminho que percorreu.

No início de 1979, algum repórter empreendedor da Europa Central descobriu o registro do tenente Wojtyla nos arquivos militares da Viena imperial. A Galícia, província da Polônia de onde a família vinha, fez parte do Império dos Habsburgos entre 1772 e 1918. O registro mostra que o pai do futuro João Paulo nasceu no vilarejo de Lipsik, filho de um alfaiate. Pelo fato de ter entrado no exército como soldado raso na infantaria, devemos supor que teve pouca instrução. O fato de só ter se tornado soldado aos 21 anos indica uma adolescência como aprendiz do pai e que, quando decidiu ingressar na carreira militar, embora tivesse de começar de baixo, foi porque isso significava escapar de uma vida inteira cortando ternos pretos de domingo para os camponeses dos arredores de Lipsik.

Josef Wojtyla se saiu bem no exército, passando de cabo a suboficial. Segundo o documento, falava polonês e alemão fluentemente e era um datilógrafo rápido. Descrito como tendo um metro e sessenta e oito, cabelo castanho e bigode louro, vê-se em fotografias que ele tinha traços estreitos, bastante severos, em contraste com seu segundo filho, Karol, nascido quando ele já tinha 41 anos. Emilia Kaczorowska, sua esposa, tinha o rosto largo e simpático do futuro Papa e sua constituição robusta.

No fim de 1914, Wojtyla havia deixado a máquina de escrever pelo campo de batalha. Naquela época, as forças austríacas estavam empenhadas em conter uma grande ofensiva russa até que os alemães sob Von Mackenson pudessem chegar para ajudá-las a avançar rumo ao Leste.

Em 1916, Wojtyla recebeu a Cruz Militar de Primeira Classe das mãos do próprio Kaiser Franz Josef. Três anos depois, a República Polonesa do pós-guerra lhe concedeu a patente de tenente e, na primavera do ano seguinte, quando Karol nasceu, a família vivia em parte de uma casa

agradável na cidade maior de Wadowice.

O tenente Wojtyla, que havia deixado a alfaiataria da aldeia por uma das poucas vias abertas a um jovem com pouco dinheiro ou instrução na sociedade rigidamente estabelecida do Império, deve ter desejado para seus filhos as vantagens que lhe haviam faltado. Seu primeiro filho, Edvard, nascido dez anos antes de Karol, doutorou-se em medicina na Universidade de Cracóvia, onde, com apenas 24 anos, morreu depois de participar de um experimento clínico com bacilos da escarlatina.

Os anos 1930 encontraram o estudante secundarista Karol vivendo sozinho com o pai depois da morte de sua mãe, de seu irmão e de sua irmãzinha. Uma entrevista publicada no *Il Tempo*, de Roma, nos leva àqueles dias. Jerszy Kluger, engenheiro e por muitos anos residente em Roma, fora companheiro de Karol Wojtyla desde a primeira infância, durante o ensino médio, e visitante constante do apartamento térreo de dois cômodos na rua Kalnin. Ele faz uma descrição reveladora do pai de seu amigo: “Um homem de grande dignidade e vasta cultura. Aposentou-se cedo do exército a fim de se dedicar aos estudos. Aliás, estava escrevendo uma história da Igreja Católica na Polônia. Se foi ou não publicada algum dia, não sei. Mas me lembro de que havia nele uma calma, uma serenidade...”

Quanto a Wadowice, diz Kluger, a cidade tinha cerca de dez mil habitantes, dos quais dois mil eram judeus. Seu próprio pai era chefe da comunidade judaica, liberal, ativo na política. “A vida não era fácil para nós durante o período entreguerras na República Polonesa, com todos prontos a ofender os judeus e a ferir nossa sensibilidade. Mas os Wojtylas não eram como os outros.”

Kluger emprestou ao repórter de Roma sua fotografia de formatura, tirada em junho de 1938. Karol, visto em pé na primeira fileira, era, segundo Kluger, “sempre o primeiro da turma. Não que estudasse mais; era simplesmente um gênio.”

O liceu não era católico. Não há padres na fileira dos professores; contudo, a escolha de colocar seu filho em uma escola laica provavelmente não foi deliberada, como no caso do pai de Pio XII. Provavelmente não havia escolas católicas em lugar algum perto de Wadowice. O Império dos Habsburgo havia sido tão permeado pelo catolicismo que escolas especificamente confessionais dificilmente eram necessárias, seja antes, seja depois da independência. Que a escola de Wadowice atraía meninos de famílias de classe alta fica evidente em outra fotografia de Kluger, a de uma reunião de turma dez anos depois. Nela encontramos um padre, Pe. Wojtyla, em pé entre um grupo de jovens de aparência próspera e suas esposas, bastante vestidas na moda.

Basta, portanto, do mito que começou com o “filho de um operário” do boletim de imprensa do Vaticano, prosseguiu para “um operário empobrecido de origem camponesa” e acabou na homenagem do governador King, de Massachusetts, ao Papa visitante que, segundo ele, havia “saído das minas de carvão de sua amada Polônia.”

Os relatos dos anos universitários são tão notáveis pelas contradições quanto a primeira etapa e igualmente sobrecarregados de invenção deliberada. Depois da formatura na primavera, pai e filho mudaram-se para a bela e antiga cidade universitária de Cracóvia, a cinquenta quilômetros de distância. No outono, Karol frequentava a Faculdade de Letras, especializando-se em línguas e literatura. O ano seguinte, 1939, deve ter sido um dos mais traumáticos de sua vida. Seu pai morreu e a Segunda Guerra Mundial começou, precisamente na Polônia. Depois da campanha de três semanas e da conquista, Cracóvia tornou-se sede do Governo Geral alemão, e Karol, em idade militar, passou a estar sujeito a uma convocação para o serviço em corpos de trabalho na Alemanha. Para evitar ter de deixar Cracóvia e seus estudos, ele e um colega, Julius Kydrynski, com quem dividiu um quarto após a morte do pai, conseguiram encontrar empregos de meio período em uma pedreira de calcário local. Segundo Kydrynski, hoje um conhecido escritor polonês, os trabalhadores regulares da pedreira tratavam com indulgência os dois estudantes de educação refinada, só aos

poucos deixando que enfrentassem o duro trabalho de quebrar pedra e, segundo ele, não se passaram muitos dias antes que Karol conseguisse avançar para um trabalho interno, no qual a operação era dirigida por uma espécie de sistema primitivo de controle remoto.

Segundo os piedosos panegíricos do boletim do Vaticano na noite da eleição, Karol, naquela época, estava "dedicando-se ativamente à formação religiosa e cultural dos outros trabalhadores". Mas o homem mais próximo dele naquela época, seu companheiro de quarto, disse ao repórter australiano James Oram: "Karol era um católico praticante. Com isso quero dizer que ia à igreja aos domingos. Mas eu chamaria seu pensamento de liberal. A religião certamente não era seu principal interesse naqueles dias."

Vários amigos dos anos de guerra atestam o fato de que sua paixão onipresente era pelo teatro. Ele havia conhecido Julius em uma sessão de leitura de poesia na universidade e, a partir desses encontros, ele e vários outros estudantes, juntamente com um ou dois atores profissionais desempregados, organizaram uma pequena companhia semiprofissional que se apresentava nos salões maiores de casas particulares, com o jovem Karol geralmente desempenhando o papel principal. Sete peças compunham o repertório da trupe e, ao contrário de muitas histórias, as peças não eram escolhidas para promover a religião, glorificar a Polônia nem condenar a Alemanha. Eram simplesmente dramas contemporâneos bons, sólidos, teatro pelo teatro. Típica era *The Quail*, de um dramaturgo polonês bem-sucedido da época, na qual Karol interpretava um camponês rude cuja esposa retribuía o amor de um homem mais refinado e sensível.

Posteriormente, ele e vários atores do grupo que se chamava *Dramatic Studio 39* se reorganizaram em uma companhia para recitar poesia épica da literatura polonesa, tanto clássica quanto do século XIX. Apresentavam-se no palco austero e despojado que fora considerado vanguardista na Alemanha durante os dias pré-Hitler da República de Weimar. Anos depois, como bispo, seu interesse pelo teatro continuaria; ele teorizaria sobre a vantagem de reduzir o teatro à palavra falada, a fim de desafiar a

imaginação do espectador. Talvez essa inclinação pela austeridade de Weimar explique a preferência do papa João Paulo pelos rituais despojados da Igreja Conciliar.

De todas as histórias inventadas sobre os anos universitários de Wojtyla, a de sua participação em ativismo político clandestino é a mais absurda, quando se considera que ele levava uma vida que exigia presença pública desde cedo pela manhã até a meia-noite. Começava o dia com aulas, seguia para o trabalho, na pedreira ou, mais tarde, com produtos químicos, depois para os ensaios teatrais ou apresentações no fim da noite.

Do fato de que, como bispo e cardeal, Wojtyla viria a interpretar a doutrina católica à luz dos existencialistas alemães, deve-se concluir que, em vez de tentar sabotar as forças de ocupação, ele provavelmente estava aprendendo com elas. Admitir aquela derrota para seu país deve ter sido duro para o filho de um oficial; seu vigor incomum e sua curiosidade devem tê-lo impelido a tirar proveito de quaisquer contatos que a situação oferecesse. Em uma época de ocupação militar estrangeira, há muito mais trocas, sobretudo no nível dos jovens, do que chega às manchetes. É fato registrado que, entre os membros das unidades da SS estacionadas na França durante a Segunda Guerra Mundial, 80% não eram alemães, mas jovens franceses. Também é verdade que, a partir do intercâmbio cultural daqueles anos — simpósios, palestras e assim por diante —, jovens franceses de inclinação intelectual absorviam dos alemães ocupantes um entusiasmo pelos conceitos misosóficos de seu mentor, Martin Heidegger, e que esses conceitos viriam a dominar não apenas a literatura francesa do pós-guerra por meio de Jean Paul Sartre e Albert Camus, mas também a perverter a ortodoxia católica por meio dos escritos influentes de todo um grupo de teólogos chefiado por Karl Rahner, S.J., discípulo de Martin Heidegger.

Centros avançados de ensino, mesmo em tempos de paz, podem ser centros de agitação política. Muito naturalmente, a Universidade de Cracóvia não se acomodaria em tempos de guerra. Por isso, foi fechada durante todo o período, juntamente com outras universidades e seminários poloneses. Os estudos prosseguiram em particular, mas não em segredo.

Não está claro exatamente quando Karol Wojtyla decidiu tornar-se padre. Há menções recorrentes, em artigos e livros, a um pequeno grupo de estudantes que se reunia regularmente com um certo Jan Tyranowski. Como o avô de Karol, ele era alfaiate de profissão. Diz Malachi Martin: "esse alfaiate sem instrução foi a maior influência individual na vida de Wojtyla." Alguns dizem que as sessões consistiam em leitura da Escritura, mas J. Malinski, em *My Friend Karol Wojtyla*, insiste que seu conteúdo não era religioso, ao menos não no sentido católico. Antes, promoviam uma espécie de filosofia teosófica do "conhece-te a ti mesmo", aparentemente na linha de Rudolf Steiner, o pensador judeu que tanto fascinara o jovem Angelo Roncalli.

De todo modo, foi provavelmente em algum momento de 1943 que Karol se colocou sob a tutela do arcebispo e metropolita de Cracóvia, o príncipe Sapieha, que o encaminhou a um especialista tomista para estudos teológicos particulares, combinados com exames periódicos.

Quanto à história do "seminário clandestino", ela deve ser atribuída a mais uma falsificação romântica. Foi em 7 de agosto de 1944 que o arcebispo Sapieha, alarmado com a notícia de uma ruptura russa no Leste e de uma retirada iminente das forças de ocupação alemãs, convidou os candidatos dispersos ao sacerdócio em sua diocese a aguardar o avanço soviético na relativa segurança do Palácio Arquiepiscopal, que ele transformou em um internato temporário. Assim, não foi a "perseguição pelos nazistas", mas antes o iminente desaparecimento deles, que foi responsável por um seminário improvisado em Cracóvia.

Enquanto os alemães recuavam, deixando toda a Polônia à mercê dos exércitos soviéticos, populações inteiras estavam em movimento. O seminário do palácio não foi invadido, mas Cracóvia tornou-se cenário de graves distúrbios seis meses depois que a nova Ocupação se completou. Antes da guerra, os judeus representavam 25% da população da cidade, uma proporção nada elevada para a Polônia, onde, segundo a Enciclopédia Judaica, o índice chegava a 30% em Varsóvia e a 44% em Lublin. Em

1945, milhares de judeus de Cracóvia que haviam fugido para a Zona Russa na invasão alemã inicial estavam retornando, muitos dos homens tendo se tornado comissários e policiais soviéticos. O sentimento entre os poloneses era amargo e explodiu em 11 de agosto, em um grande pogrom no qual 353 judeus da cidade de Cracóvia foram mortos pela população.

Na noite de sua eleição ao papado, João Paulo II descreveu a si mesmo como "um homem vindo de longe". Na realidade, há muito ele devia considerar Roma sua segunda casa, tendo viajado para lá em visitas prolongadas a partir de 1946. Naquele ano, o metropolita Sapieha demonstrava ser tão hábil ao lidar com os russos quanto havia sido com os alemães. Naqueles meses terríveis, chamados de "ano zero" pelos derrotados, quando, em consequência do pogrom, Cracóvia fora posta numa espécie de camisa de força policial e apenas judeus tinham permissão para deixar o país, Karol Wojtyla, recém-ordenado, foi de algum modo autorizado a partir para o Ocidente. Por ferrovias precariamente remendadas, chegou à Cidade Eterna a tempo para a abertura do ano letivo.

Embora abalada politicamente até as raízes, Roma atravessara a guerra sem danos, exceto nas ruas próximas à estação ferroviária Tiburtina, onde os americanos haviam lançado bombas. No antigo *Angelicum*,a Universidade Dominicana dedicada ao grande São Tomás de Aquino da Ordem, na encosta íngreme que domina o Mercado de Trajano, o jovem padre vindo da Polônia estudaria por dois anos. Uma caminhada de meia hora naqueles dias o teria levado por ruas apinhadas até as pontes do Tibre e dali à *Piazza di San Pietro*, onde podia ouvir as palavras do papa Pio XII.

Para ler as obras de São João da Cruz, tema de sua tese, começou a estudar espanhol, e nos dizem que foi para melhorar seu francês que decidiu viver no Colégio Belga. Embora isso seja possível, também é preciso lembrar que, desde os tempos do cardeal Mercier, a Bélgica, com a Universidade de Louvain e *Lumen Vitae*, era o principal centro de fermentação teológica radical. A atmosfera do Colégio Belga, com seus visitantes frequentes vindos de sua terra natal, não pode ter deixado de

exercer forte influência sobre o jovem Wojtyla. No verão, ele viajou de carona pela Bélgica e foi a reuniões da Internacional da Juventude Operária Cristã, a JCC. Em Paris, frequentou a *Mission de France*, centro do movimento dos padres-operários. J. Malinsky, ao descrever aqueles verões, refere-se à Missão como um centro "para jovens padres que testemunhavam Cristo a serviço dos homens, ansiosos por devolver a liturgia às suas origens e dedicados a criar novas estruturas para a oração comunitária". Em 1947, o Pe. Wojtyla atuou como delegado polonês no Congresso do Movimento da Juventude Operária Cristã em Genebra.

Na Polônia, em 1948, setecentos padres e um número ainda maior de religiosos foram presos pelas autoridades comunistas. Ainda assim, o Pe. Wojtyla, ao retornar naquele ano, foi designado para uma paróquia na aldeia de Niegonic. No ano seguinte, foi transferido para Cracóvia, onde combinou o trabalho paroquial com uma capelania aprovada pelo governo em sua antiga Universidade. A cada verão, inteiramente por iniciativa própria, organizava caminhadas de fim de semana com seus estudantes. Mais ou menos nessa época, ofereceu seus primeiros poemas para publicação sob pseudônimo ao editor do *Tygodnik Powszechny*, Jerzy Turowitz, o jornalista entrevistado pela TV do Vaticano na noite de sua eleição. Esse semanário logo seria absorvido pelo movimento pró-governo Pax, sob Boleslaw Piasecki, e Turowitz passaria a colaborar com Jerzy Zablocki em uma rede de imprensa católica ligada à Pax chamada *Znak* (Sinal). O próprio Zablocki seria posteriormente recompensado com um cargo no gabinete pelo chefe comunista Gierek.

Que Karol Wojtyla permaneceu apoiador tanto da *Znak* quanto de seu editor, Turowitz, é atestado pelo Dr. George Huntston Williams, de Harvard, que explica que, quando até mesmo Paulo VI achou que os artigos da *Znak* estavam indo longe demais em relação à Igreja Ucraniana,
o cardeal Wojtyla explicou ao Papa que a minimização da Igreja Ucraniana pela *Znak*, em favor da Igreja Ortodoxa Soviética, era precisamente o ponto central da *Ostpolitik* do cardeal Casaroli e algo que o Santo Padre deveria apoiar.

Embora o Angelicum pareça ter aceitado a tese sobre São João da Cruz, não há menção a um grau acadêmico preliminar. Para lecionar na Polônia, era necessário que o Pe. Wojtyla passasse mais dois anos preparando uma segunda tese sobre a filosofia centrada no homem de Max Scheler, um judeu alemão que, depois de alguns anos como católico, reverteu a um ateísmo rígido. Em 1953, tornou-se professor de teologia moral na Universidade de Lublin e, no ano seguinte, acrescentou um curso semelhante em Cracóvia, tornando necessárias cansativas viagens noturnas entre as aulas.

No fim de 1953, o governo de Varsóvia aboliu todos os estudos teológicos em Cracóvia, deixando Lublin como a única universidade "católica" atrás da Cortina de Ferro. A instituição tem uma história curiosa. Em certo sentido, deve sua origem a Lenin. A Polônia oriental pertencera à Rússia antes de 1918 e, no Estado ortodoxo dos czares, os seminários católicos romanos eram considerados focos de problemas, particularmente a escola de Wilna, que finalmente recebeu ordem de se transferir para Petrogrado, onde deveria se fundir com uma pequena academia teológica já existente ali. Esperava-se que, assim, os seminaristas católicos se tornassem mais fáceis de monitorar. Imediatamente após a Revolução Russa, o Reitor, Pe. Idzi Rasziszewski, foi recebido por Lenin, que acolheu a oferta do sacerdote de livrá-lo de toda aquela operação, transferindo a escola unificada para a Polônia.

Naquela época, a nova República da Polônia contava com um Núncio Apostólico que certamente deve ter estado envolvido nos arranjos da transferência. Ele não era outro senão Mons. Achille Ratti, o futuro Pio XI. Despesas consideráveis estiveram obviamente envolvidas na mudança de uma grande biblioteca, de móveis e equipamentos, sem falar na compra de novas instalações espaçosas na cidade polonesa de Lublin. Na Polônia devastada pela guerra, o dinheiro vinha quase de uma só vez de dois milionários poloneses que, curiosamente, eram bem conhecidos como maçons proeminentes.

Outro futuro Papa que teve contato passageiro com a Universidade de Lublin foi o jovem Pe. Montini. Designado para a Polônia em 1922, mais tarde contou a amigos em Roma que se sentira muito mais em casa entre os jovens intelectuais radicais da Universidade de Lublin do que entre os diplomatas e aristocratas da capital.

Quanto ao trabalho do futuro João Paulo em Lublin, suas aulas continuaram por mais de uma década, até mesmo durante seus anos como Bispo. De fato, sabe-se que ele proferiu várias palestras ali depois de sua eleição ao papado. Já em 1953, seu ensino começara a atrair multidões tanto em Cracóvia quanto em Lublin, apesar do fato de que aqueles anos foram marcados por severa perseguição à Igreja na Polônia. O cardeal Wyszynski estava em prisão domiciliar, o ensino religioso era proibido nas escolas, padres estavam sendo presos sob acusações forjadas e hospitais e outras instituições de caridade estavam sendo retirados das mãos da Igreja.

Três anos depois, quando Gomulka chegou ao poder, houve certo degelo. O Cardeal foi libertado e a Igreja recebeu uma margem limitada de manobra. Era o ano de 1956 e o Pe. Wojtyla foi consagrado bispo. Dois anos depois, Pio XII o fez Auxiliar em Cracóvia, com direito de sucessão.

Um conclave e os preparativos para um Concílio se aproximavam. Dois livros de Wojtyla foram publicados, a tese sobre Max Scheler e um livro sobre o matrimônio chamado *Love and Responsibility*. O rápido aparecimento dessas obras em várias traduções pode ter estimulado o crescente interesse de Roma pelo jovem Bispo polonês, com o resultado de que ele foi convidado a participar do trabalho preparatório de, devemos supor, os “iniciados” do Concílio, uma vez que o convite veio do Bispo Garrone, de Toulouse, que um dia se tornaria o principal inquisidor do Arcebispo Lefebvre.

Aquele breve resumo biográfico divulgado pela seção de imprensa do Vaticano na noite da eleição, em 1978, referia-se à contribuição de Wojtyla para o documento conciliar *Gaudium et Spes* como “decisiva”. Conhecido em inglês como The “Church in the Modern World”, *Gaudium et Spes* acabou se revelando uma longa dissertação sobre como minar a tradição. Típicas, além de surpreendentes, eram as contribuições “decisivas” do Arcebispo Wojtyla, entre elas: “Não cabe à Igreja dar lições aos descrentes. Estamos empenhados em uma busca junto com nossos semelhantes... evitemos moralizar ou sugerir que temos o monopólio da verdade...”,

palavras que ele repetiria em *Ut Unam Sint* anos depois.

Politicamente, suas intervenções durante o Concílio foram notavelmente defensivas em relação ao *status quo* na Europa Oriental, particularmente quando se tratou de resistir aos apelos dos conservadores para inserir uma condenação do marxismo ou, na falta disso, uma condenação do ateísmo. Em suas *Letters from Vatican City*, a equipe que se autodenominava "Xavier Rynne" relatou: "O Arcebispo Wojtyla refutou a acusação do exaltado Bispo tcheco Hnilica, no debate final sobre *Gaudium et Spes*, de que dizer apenas o que este esquema diz sobre o ateísmo equivale a não dizer nada, com a réplica de que o ateísmo só pode ser tratado pelo Concílio com grande dificuldade, porque a questão é muito complexa."

Para "Xavier Rynne", a objeção de Wojtyla era razoável e prática porque "observadores ortodoxos russos estavam pesando cuidadosamente cada palavra, uma vez que sua presença no Concílio fora condicionada ao entendimento de que não haveria nenhuma condenação externa."

O Papa Paulo VI recompensou a participação de Mons. Wojtyla no Vaticano II com o posto de Cardeal em 1967, fazendo-o ao mesmo tempo membro de três organismos curiais e conselheiro do Conselho para os Leigos de Rosemary Goldie. Assim, durante onze anos antes de se tornar Papa, ele participou de conversações e tomadas de decisão de alto nível em quatro grandes áreas da Igreja em transformação, fazendo sua considerável parte para acelerar essa transformação. Dificilmente "um homem vindo de longe".

Uma honra singular lhe coube em 1971, na forma de eleição pelo Sínodo Episcopal Mundial, reunido naquele ano em Roma, para seu recém-constituído comitê central permanente de doze membros. Apenas três bispos europeus participavam desse corpo de elite, que projeta para o Papa iniciativas e desenvolvimentos teológicos para toda a Igreja por meio de seu controle das conferências episcopais em todo o mundo.

No Sínodo de 1974, com seu apelo ao estilo de Alinsky por uma "evangelização do amor", o cardeal Wojtyla atuou como teólogo oficial,

como faria no ano seguinte na primeira conferência internacional de bispos europeus sob o notavelmente liberal Arcebispo (agora Cardeal) Etchegaray, de Marselha. Sua intervenção introdutória, “Bispos como Servos da Fé”, respirava o *Humanismo Integral* de Maritain. No Sínodo seguinte, três anos depois, em consonância com outros oradores sobre o tema da “catequese”, ele remontou ao jesuíta austríaco Jungmann, que em 1929 defendia “uma rejeição da transmissão estéril do conhecimento teológico”.

Ainda na casa dos cinquenta anos, o cardeal Wojtyla agora fazia parte do círculo interno do Vaticano. Na primavera de 1977, ele conduziu o retiro de Quaresma para a Casa Pontifícia a pedido de Paulo VI, além de concluir um programa de transformação de nove anos em sua própria diocese de Cracóvia, programa que, segundo ele, tinha por objetivo levar os leigos à plena participação.

Então, em 1978, na noite de 16 de outubro, Karol Wojtyla, Metropolita de Cracóvia, sacerdote havia trinta e cinco anos, alcançou o cume: a eleição à Cátedra de Pedro.

IV

A Realidade nos Anos Noventa

Controle

Católicos tradicionalistas tendem a dizer que, sem a intervenção de Satanás, a revolução não poderia ter acontecido. Menos apocalipticamente, pode-se dizer que, sem a intervenção de um milagre, ela estava destinada a acontecer. Todas as cartas estavam empilhadas nessa direção. Havia o fato estrutural da autoridade papal absoluta, com seu complemento necessário de obediência inquestionável. Havia a correlação incomum das vidas de cinco homens que exerceram essa autoridade e, por fim, havia a alienação generalizada dos católicos crentes em relação às sociedades em que viviam. Assim, uma vez decidido o solapamento, revelou-se tarefa nada hercúlea.

Tendo em vista a estrutura hierárquica da Igreja Católica, o exercício fluido da autoridade, como em um exército, é essencial. Para o bem ou para o mal, é o Papa de Roma quem governa a Igreja; assim, é somente por meio do papado que a doutrina ou a prática podem ser alteradas. Apesar do alarde feito em torno deles por jornalistas famintos por notícias, os teólogos permanecem à margem. Seguindo um padrão estabelecido pelos chamados Modernistas na virada do século, eles debatem entre si em confortáveis encontros acadêmicos, ano após ano. Se, como acontece de vez em quando, alguma de suas reflexões encontra ressonância no Vaticano, a ideia pode, com o tempo, ser encontrada descendo do papa para os bispos e daí para os párocos e seus rebanhos. Caso o papado não demonstre interesse, a teoria, na melhor das hipóteses, circulará por revistas teológicas até se extinguir. O “humanismo integral” de Jacques Maritain chegou lá; o “ponto ômega” de Pierre Teilhard de Chardin não conseguiu fazê-lo. Crescente protesto, mas, dentro da organização que ele dirige, sua autoridade permanece intacta. Sua mão controladora está em cada nomeação episcopal, na designação de cada membro da Cúria Romana, de cada cardeal, dos chefes de cada Secretaria e de cada uma das principais ordens religiosas, dos membros das comissões teológicas, bem como na nomeação de núncios ou delegados apostólicos para os mais de cem postos diplomáticos espalhados pelo mundo. Sua mão

pode até ser vista nas contestações, na medida em que é uma mão que se abstém de repreender.

Em termos de impacto sobre a Igreja como um todo, a faculdade papal de escolher quais sacerdotes ascenderão ao episcopado é sem dúvida a mais decisiva. Usando essa faculdade da maneira como os papas recentes a têm usado, esse poder pode garantir apoio às decisões papais por toda a rede administrativa da Igreja.

Já se disse que o moderno processo de fazer bispos faria jus a uma sociedade secreta. O primeiro impulso invariavelmente nasce do interesse que um bispo titular tem por um sacerdote de sua diocese. O prelado passa então um período de discreta observação das atitudes, tendências e preferências do sujeito antes de sondar tanto seu clero quanto seu laicato, esperando verificar seu julgamento inicial. Em uma Igreja em transformação, deve-se presumir que tenha havido uma mudança no critério para avaliar a adequação dos candidatos ao episcopado. A capacidade administrativa, antes uma consideração primordial, deu lugar ao entusiasmo do sacerdote pela mudança e à sua disposição de cumprir as decisões de outros. Um jovem de destacados dotes intelectuais, e com tendência a usá-los, pode acabar encontrando seu lugar em uma revista jesuíta, mas suas chances de ascender ao episcopado são praticamente nulas.

O Papa começa a tomar parte no processo de seleção assim que o dossiê episcopal é colocado nas mãos de seu enviado, o núncio ou delegado apostólico designado para o país em questão. Figura elegantemente mundana em recepções diplomáticas ao redor do mundo, o núncio é um personagem quase desconhecido para o católico comum, que ficaria espantado ao saber o quão profundamente o papel central desse homem na escolha de bispos pode afetar sua própria vida religiosa.

É o núncio, ao receber o relatório do bispo local a respeito de um ou mais candidatos, quem empreende o segundo período de investigação, recorrendo a fontes cuidadosamente cultivadas, sempre em uma atmosfera de segredo, a fim de finalmente submeter ao Vaticano uma lista curta de bispos em potencial, com suas próprias recomendações adicionais. No fim,

é o Papa, com base no material que recebe, quem decidirá quem será elevado ao episcopado.

O peso do papel do núncio na formação do corpo governante do Papa é citado por Clifford Langley, correspondente do *Times* de Londres: “Bruno Heim, o enviado do Vaticano, pode ser creditado por ter efetuado, no período relativamente curto de 1973 a 1985, uma profunda revolução dentro da Igreja Católica na Grã-Bretanha.” Os leitores se recordarão de outra profunda mudança que o prelado suíço ajudou a efetuar. Como secretário particular do Núncio Angelo Roncalli em Paris, em 1944, ele foi parceiro na reciclagem da ideologia de cem bispos franceses acusados pelo General de Gaulle de terem colaborado com os alemães durante a Ocupação.

Nos Estados Unidos, todo sacerdote elevado ao episcopado entre os anos de 1933 e 1958 devia sua mitra ao fato de ter passado pelo crivo de Mons. Amleto Cicognani, o diplomata de mentalidade progressista a quem Pio XII havia confiado a delicada tarefa de “reinterpretar” a encíclica antimarxista de Pio XI, *Divini Redemptoris*, para que os católicos americanos de 1940, ainda abalados pelos relatos de atrocidades comunistas na Guerra Civil Espanhola, pudessem ser persuadidos a entrar na guerra ao lado da União Soviética. Vinte anos depois, Cicognani, agora Secretário de Estado sob João XXIII, foi perguntado por um jornalista italiano o que achava do Segundo Concílio Vaticano, então em andamento. Exclamou o octogenário Secretário: “Grandes coisas estão acontecendo!”

Embora, graças a um sistema de seleção quase infalível, os bispos tenham se tornado um coro submisso de aprovação para toda iniciativa papal, no passado o cargo era de grande autoridade individual. Significava “a plenitude do poder sacerdotal”, frase que foi eliminada do novo rito de consagração episcopal. O próprio Papa é bispo, o Bispo de Roma.

A plenitude do poder é, é claro, a última coisa que a nova Igreja promove, a menos que seja a plenitude do poder papal. Um bispo que saia da linha, como testemunha Marcel Lefebvre, pode ser um sério obstáculo no caminho da mudança. Pio XII previu esse problema em meados da década de 1930, quando, embora ainda fosse apenas Secretário de Estado,

começou a experimentar a ideia de agrupar bispos em assembleias nacionais. Trabalhou primeiro com os alemães. Durante toda a década de 1940, continuaram a ser levados adiante planos para o que veio a ser chamado de “Conferências Episcopais”, de modo que, no momento atual, praticamente todo país onde há bispos tem seu “clube” episcopal e, em certas áreas geográficas extensas, existem superconferências, como o CELAM latino-americano.

Quando o membro de alto escalão da Cúria, o cardeal Josef Ratzinger, concedeu sua surpreendente entrevista a um jornalista italiano em agosto de 1984, nenhuma parte de seu rigoroso comentário sobre o que ele chamou de “a crise na Igreja” foi mais contundente do que o que ele tinha a dizer sobre o sistema de conferências episcopais. Ao declará-lo “desprovido de qualquer base teológica”, ele prosseguiu dizendo que isso “priva o bispo, individualmente, de sua devida autoridade”. Um estudioso do fenômeno de enfraquecimento só pode presumir que era exatamente isso que se pretendia que ele fizesse.

Desde os tempos antigos, um bispo era responsável apenas perante o Papa e podia contar com a possibilidade de apresentar seus problemas e pedidos diretamente à Santa Sé. Sob o sistema de conferências, toda iniciativa sua deve ser submetida à consideração de seus colegas bispos, e seu destino depende de eles lhe darem, ou não, aprovação por meio de votação.

“Essa estrutura burocrática”, diz Ratzinger, “é essencialmente uma estrutura sem rosto, pois os membros da conferência abrem caminho através de intermináveis esquemas preparatórios até finalmente chegarem a uma decisão achatada. Desse modo, o Magistério fica paralisado ao se tornar dependente de um labirinto de organizadores, fácil de infiltrar e influenciar. O Magistério da assembleia pode ser manipulado para insinuar dúvida em todos os problemas da fé.”

O Prefeito afirma que, em muitas conferências, as pressões onipresentes do “espírito de grupo” tornam os bispos relutantes em

perturbar a paz, e “o clima de conformismo resultante induz a maioria a se mover passivamente na direção determinada por uma minoria ativa.”

No fim da década de 1940, por ordem de Pio XII, Marcel Lefebvre, então Bispo de Dacar e Delegado Apostólico na África, viajava de salacote e batina do Congo a Madagascar, dos Camarões à África Ocidental Francesa, para estabelecer conferências episcopais. Anos depois, ele viria a perceber quanto dano essa fase de seu trabalho causou à África francófona. Como Ratzinger, ele se refere ao "Magistério da assembleia" como algo que retira a autoridade real do bispo. "Isso o torna prisioneiro da colegialidade. Teoricamente, um bispo pode, em certo número de casos, agir contra o voto do grupo, mas isso se revela impossível na prática, pois, assim que a sessão termina, as decisões da maioria são publicadas e divulgadas aos padres e fiéis. Ao se opor às decisões, um bispo dissidente invoca contra si a autoridade da assembleia."

Quanto à "minoria ativa", mencionada pelo Cardeal, trata-se dos homens eleitos para presidir cada uma das conferências e que, com outro prelado do mesmo país, se reúnem em Roma a cada dois anos para participar do que é chamado de Sínodo Episcopal Mundial. Pelo período de um mês, suas deliberações diárias são acompanhadas por centenas de membros da imprensa internacional, que prontamente observam que eles poderiam ter dito tudo isso sem sair de suas bases de origem. Depois da reunião de 1971, a *Time* já reclamava: "Esses Sínodos revelam com excessiva clareza o alto custo da falta de poder dos bispos. O mundo começou a bocejar. Para esse mundo expectante, a imobilidade da hierarquia é inexplicável."

Inexplicável para a *Time*, talvez, mas não para o estudioso da subversão na Igreja. A importância, para a autoridade papal absoluta, do tipo de imobilidade episcopal que faz a imprensa bocejar pode ser medida por um curioso conjunto de estatísticas. No Primeiro Concílio Vaticano estiveram presentes cerca de 550 bispos, quase o total mundial em 1870. Embora o número de católicos tenha aumentado durante os noventa anos seguintes, particularmente na África, o aumento não chegou nem perto de cem por cento; ainda assim, o número de bispos aumentou quase quinhentos por cento, de modo que cerca de 2500 prelados estavam disponíveis para o

Segundo Concílio Vaticano. No quarto de século desde esse evento, o número de católicos praticantes foi reduzido à metade, enquanto o número de bispos, mais de 4000, praticamente dobrou.

A fim de manter na linha um grupo tão grande de homens, por mais cuidadosamente selecionados que fossem e por mais conformistas que fossem por natureza e formação, medidas incomuns foram tomadas no início da década de 1970. Para evitar que mudanças em efeito bola de neve fizessem até os mais confiáveis entre eles desistirem, portadores de cruz peitoral, anel, mitra e báculo foram enviados de volta à escola. Bispos de todas as partes do mundo foram pressionados a passar um mês de verão em Roma para fazer cursos intensivos de atualização teológica. Quase cem bispos americanos podiam ser encontrados todos os anos assistindo a aulas no Colégio Norte-Americano sob a orientação do crítico bíblico radical Raymond Brown e do líder dos carismáticos anglófonos de Roma, Francis Sullivan, S.J.

Só muito ocasionalmente o exercício fluido daquilo que é chamado de colegialidade episcopal encontra um obstáculo. Em 1980, em El Salvador, Monsenhor Riva y Damas, único entre os quatro bispos do pequeno e tumultuado país, compareceu ao funeral do Bispo assassinado Oscar Romero. Para os demais, o compromisso declarado de Romero com o marxismo parecia incompatível com seu cargo. Com uma eleição para a presidência da Conferência Episcopal local à vista, o Papa João Paulo antecipou-se à escolha certa de um conservador ao nomear Riva y Damas como seu Delegado Apostólico, dando-lhe precedência sobre os outros.

No ano anterior, o mesmo Papa havia intervindo em um tipo oposto de problema episcopal. Monsenhor Johannes Gijsen, de Roermond, o mais jovem dos nove bispos dos Países Baixos, tornara-se impaciente com a proliferação pós-conciliar daquilo que ele considerava organizações leigas desperdiçadoras de tempo em sua diocese. Além da dezena habitual, mais ou menos, de associações paroquiais comuns na maioria dos países, os holandeses haviam inventado três ou quatro próprias.

Convencendo estas últimas a se dissolverem localmente, o Bispo Gijsen pôs-se a trabalhar em um problema mais importante. Havia sido decidido em conferência episcopal que, devido à queda assustadora nas matrículas, todos os seminários do país deveriam ser fechados, deixando o punhado de candidatos ao sacerdócio livre para frequentar universidades seculares "com a vantagem adicional", sugeria-se, "de que sua visão de mundo seria ampliada." Consternado, Monsenhor Gijsen fez um movimento dramático. Criou um pequeno seminário próprio em Roermond.

O Papa João Paulo tomou providências imediatas. Convocando a Roma os nove membros da hierarquia holandesa, submeteu-os a dezessete dias de deliberações rigidamente fechadas, sob a tutela dos *periti* mais avançados da Universidade de Louvain, assistindo ele próprio a todas as sessões e até intervindo várias vezes.

A notícia do Sínodo Holandês ordenado pelo Vaticano havia causado uma empolgação esperançosa nos círculos conservadores de muitos países. Finalmente, o Santo Padre ia fazer alguma coisa a respeito daqueles bispos holandeses radicais. A esquerda estava preocupada e, como consequência, repórteres e escritores religiosos de todo o mundo acorreram a Roma, apenas para se verem confrontados com um exercício de censura que era pura tortura. Embora boletins de notícias fossem emitidos pelo serviço de imprensa do Vaticano em intervalos regulares, eles não continham nome algum. Ler que isto ou aquilo havia sido dito sem saber quem o dissera tornava toda a operação sem sentido. Assim, foi que progressistas preocupados e conservadores esperançosos deixaram Roma sem nada além daquilo com que haviam começado, ou seja, a suposição de que o Papa havia chamado a hierarquia holandesa ao Vaticano para repreendê-la por seu radicalismo.

Acontecia exatamente o contrário. Os dezessete dias terminaram com o jovem Bispo Gijsen completamente esmagado, enquanto os outros oito bispos dos Países Baixos, juntamente com o Papa João Paulo, declararam em um documento final que, felizmente, haviam alcançado plena

communio.

Roma havia falado. O assunto, juntamente com o seminário de Gijsen, estava encerrado.

Anátema

Foi na agradável cidade serrana de Brixen, chamada Bressanone pelos italianos que a receberam, juntamente com o restante do Tirol do Sul, como butim de guerra em 1919, que o Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Josef Cardeal Ratzinger, passava suas férias de verão de 1984 no vasto mosteiro barroco, agora quase vazio, quando, em uma surpreendente quebra da reserva curial e em uma inversão completa do procedimento do Santo Ofício, concedeu uma entrevista a Vittorio Messori, jornalista radicado em Milão. Não foi uma entrevista comum. Durante seis horas por dia, ao longo de um período de três dias, o amável bávaro com o choque fotogênico de cabelos brancos respondia às perguntas de seu interrogador, um Grande Inquisidor às avessas.

O Segundo Concílio Vaticano havia chegado ao fim vinte anos antes, e o Cardeal estava pronto para admitir a seu interrogador que, nesse intervalo, a Igreja havia chegado a um estado de crise. Será que ele, em seu alto cargo no Vaticano, perguntou Messori, pretendia fazer algo a respeito?

Ratzinger sorriu. “Sabe, em nosso assim chamado ex-Santo Ofício somos apenas dez, um número pequeno demais para empreender um *coup d’état*. Mesmo que quiséssemos, dificilmente poderíamos instaurar uma ditadura.”

Não que ele não estivesse perturbado. O que emergiu das longas sessões em Brixen foi uma espécie de canto fúnebre pelo desaparecimento da Igreja-como-Instituição. Do começo ao fim, o clima era de luto. O Cardeal chegou até a usar a dramática expressão de Paulo VI, “autodestruição”. Embora o Papa Paulo tivesse indicado que algum tipo de força oculta estava minando a Igreja, Ratzinger foi mais direto. A culpa, disse ele, recaía sobre aqueles a quem se referia alternadamente como “certos teólogos”, “alguns intelectuais” e “mais de um *peritus*”. Ele não citou nomes.

O jornalista sabia perfeitamente bem que Josef Ratzinger, aos trinta e

três anos, havia sido ele próprio um dos mais proeminentes dos jovens *periti* teológicos do Segundo Concílio Vaticano. Sua tarefa fora colocar o Cardeal Frings, de Colônia, então com setenta e sete anos, em sintonia com o novo pensamento. Ao retransmitir as especulações de seu mestre, Karl Rahner, por sua vez discípulo do existencialista austríaco Martin Heidegger, o jovem sacerdote conseguiu fazer do velho cardeal um líder do grupo ultraprogressista de padres conciliares conhecido como “Grupo do Reno”. Em 1964, quando a morte do Papa João causou um intervalo de vários meses entre as sessões do Concílio, o Pe. Ratzinger, junto com outros teólogos de vanguarda, aproveitou o tempo para criar a revista radical *Consilium*. Sabendo tudo isso, Messori não conseguiu resistir à pergunta: “Eminência, o senhor hoje olha para *Consilium* como um pecado de sua juventude?”

“Pelo contrário”, veio a resposta afável. “Desde o início eu insistia que a *Consilium* permanecesse dentro dos limites do Concílio, sem jamais avançar além dele.” De fato, quando o periódico passou chocantemente à frente do Concílio ao propor, entre outras coisas, que o Papa andasse de metrô como todo mundo, o Pe. Ratzinger afastou-se para fundar, na companhia dos teólogos radicais Rahner, Congar e Von Balthasar, uma revista um pouco mais sóbria, que chamaram de *Communio*.

Ao tocar no cerne da crise atual, o Cardeal foi surpreendentemente franco: “Os católicos perderam a convicção de que existe uma verdade única e de que essa verdade pode ser definida de modo preciso.” Ele expressou pesar pelo fato de que essa perda de convicção inevitavelmente se refletiria de maneira significativa na difusão do Evangelho de Cristo. Em certo momento da conversa, ele chegou a prever o colapso de todo o esforço missionário da Igreja. “Alguns teólogos estão dando ênfase ao valor das religiões não católicas, não como um fardo extraordinário, mas como um caminho ordinário para a salvação, de modo que nossos missionários dizem: ‘Por que deveríamos perturbar os não cristãos persuadindo-os a aceitar o batismo e a fé em Cristo, visto que sua própria religião constitui o caminho adequado para a salvação dentro de sua cultura

e em sua parte do mundo?’”

Alguns teólogos? Homens tão ousados quanto o jovem Josef Ratzinger, que escreveu: “Para as consciências modernas, a certeza de que a misericórdia de Deus transcende a Igreja juridicamente constituída torna mais questionável uma Igreja que, durante um milênio e meio, não apenas tolerou sua própria pretensão de ser o único caminho para a salvação, mas elevou essa ideia a um elemento essencial de sua autocompreensão, a uma parte de sua própria fé”?

Por mais questionável que Ratzinger possa ter considerado essa pretensão, pode-se perguntar se uma fé com uma pretensão menor poderia ter se espalhado da Palestina até Roma e, depois, por todo o mundo ocidental. Como, de fato, o Islã poderia ter varrido o Norte da África, a Espanha e o Oriente Médio sem a reivindicação única de salvação do Corão, com suas linhas ameaçadoras: “aqueles que insistem que Alá é um de três tentarão sair do Inferno, mas seu castigo será duradouro”? Se os judeus tivessem perdido a convicção de que eram o “povo eleito” de Deus, o judaísmo teria durado até os dias de hoje?

Diante do caos atual, Messori se pergunta o que deu errado. O início da década de 1960 era o momento apropriado para convocar um Concílio?

“Oh, era! Justamente naquele momento havia um grande anseio.” Anseio? Sem dúvida havia uma ânsia da parte dos jovens padres intelectuais que frequentavam os escritórios da Srta. Goldie, na Piazza San Calisto, para experimentar sua recém-adquirida expertise teológica. No entanto, é seguro dizer que a última coisa na terra pela qual o clero comum, os religiosos e religiosas e os homens e mulheres nas paróquias ansiavam era uma redefinição induzida por uma eleição, que abalaria todos os princípios aprendidos de sua fé. Pode-se até supor que, se muitos deles soubessem o que estava acontecendo nos escritórios da Srta. Goldie, teriam marchado sobre o lugar em protesto.

O anseio, para o católico médio da década de 1960, concentrava-se na segurança, no apoio e na proteção constantes que a velha e sólida instituição, com todos os seus queridos paramentos, era capaz de lhe dar na

difícil tarefa de crer. Naquela época, os convertidos ainda acorriam em massa, e uma deles, a romancista britânica Muriel Spark, quando repórteres lhe perguntaram por que havia abandonado o judaísmo pelo catolicismo, respondeu vivamente: “Pela certeza! É preciso ter certeza.”

Naquele tempo, poucos fiéis tinham ouvido falar das liturgias experimentais que estavam em andamento em vários centros europeus; no entanto, já tinham começado a sentir apreensões. Havia o relaxamento jamais explicado das leis de jejum e abstinência, mudanças na liturgia, ainda que pequenas, junto com o fato de que seus filhos pareciam não precisar mais da ajuda deles para decorar respostas às perguntas do Catecismo. De fato, o Catecismo havia desaparecido e, com seu desaparecimento, as crianças haviam se tornado bastante vagas quanto ao que era, afinal, a sua religião.

Foi o Papa João quem admitiu o Pe. Ratzinger no círculo interno do Segundo Concílio Vaticano, foi o Papa Paulo quem o nomeou para a exclusiva e abertamente radical Comissão Teológica Pontifícia, e foi o Papa João Paulo II quem o fez cardeal e o trouxe para a Cúria. Não pode haver dúvida de que ele é um homem do papa, dedicado à revolução papal. Quando, então, poderia ter ocorrido essa entrevista, divulgada em forma de livro em meia dúzia de traduções?

Desse ponto de vista temporal, a resposta parece óbvia. Vinte anos depois do Concílio, um mal-estar generalizado havia atingido proporções de crise. Era natural que o Papa e seus assessores sentissem uma urgência no ar. Ao fazê-lo, recorreram a um estratagema há muito considerado eficaz por políticos experientes: o de provocar a oposição a se declarar. Assim, o gesto provocador deveria ser feito, e a partir de cima. Nada menos que o Prefeito da Doutrina da Fé daria voz ao protesto dos fiéis, mesmo que significasse romper milênios de reserva curial. Afinal, os Arquivos do Vaticano haviam sido abertos em defesa de Pio XII. Que precedente mais ousado? As queixas devem vir à tona para ser examinadas criticamente, com dignidade e lamentadas. À medida que surgisse a inevitável questão da

culpa, ela seria tratada com a máxima cautela. Nenhum nome poderia ser mencionado, muito menos o nome de um papa. A culpa deve ser admitida, mas atribuída a teólogos anônimos, esquecidos ou falecidos.

O Relatório Ratzinger, como a obra de Messori acabou sendo intitulada, provocou tanto medo entre os progressistas quanto esperança entre os conservadores, e a expectativa estava alta quando o Papa João Paulo convocou a Roma o que chamou de Sínodo Extraordinário, no fim de 1985.

A expectativa era uma boa medida da ignorância predominante entre católicos e não católicos quanto a onde estão as verdadeiras linhas de poder na Igreja. Não deveria ter sido necessário um mês de sessões sinodais às cegas para mostrar que os bispos que vieram a Roma não eram apenas os cuidadosamente escolhidos, cuidadosamente treinados, "homens do sim" do papado, mas a nata desses homens. O Prefeito Ratzinger os havia chamado de "a minoria ativa", aqueles que conseguem ser eleitos para a presidência de cada uma das cerca de duzentas Conferências Episcopais do mundo. O resultado foi um prolongado viva de um mês ao Vaticano II. O Primaz irlandês, O'Fiaich, chamou o Segundo Concílio Vaticano de "pela graça de Deus, o acontecimento mais importante do século", enquanto o Cardeal iugoslavo Kouarić proclamou sem constrangimento que ele era "uma boa árvore dando bons frutos". Com a afirmação unânime do episcopado representado de todo o mundo, a questão da dissensão foi encerrada. Ela havia sido ventilada, recebida com justiça, posta em seu devido lugar e arquivada. Não havia mais nada a dizer.

Se, para ser justo com o Cardeal Ratzinger, alguém quisesse presumir que sua concepção das relações inter-religiosas realmente havia passado por uma mudança nos últimos anos, só restaria perguntar o que ele pensou do "Dia de Paz" do Papa João Paulo em Assis. A manhã de 27 de outubro de 1986 chegou fria, com rajadas de vento e pancadas de neve. Exceto pela dona de casa ocasional a caminho do mercado e por três cargas de ônibus de estudantes do ensino médio trazidos para o evento de cidades próximas à pequena cidade nas encostas de São Francisco, as ruas estavam desertas.

A assessoria de imprensa do Vaticano em Roma, esperando uma multidão de jornalistas como se fosse uma cúpula Reagan-Gorbachev, distribuiu credenciais para os vários eventos em sistema de pool. Os relativamente poucos repórteres que apareceram, porém, preferiram se manter aquecidos dentro da Cittadella, aquele complexo de edifícios, salas de conferência e editora iniciado por Pio XII em 1939 como uma espécie de quartel-general geral para a mudança. Estudos como a invenção da Nova Missa por Annibale Bugnini haviam prosseguido ali em preparação para a Conferência Litúrgica de Assis de 1956. Os jornalistas presentes ao Dia de Paz de 1986 foram brindados com mostras dos mais recentes esforços editoriais da Cittadella, livro após livro, escritos por "teólogos da libertação", de Leonardo Boff a Gustavo Gutiérrez.

A escassez de jornalistas pode ter desanimado os organizadores do Dia de Paz, mas não a falta de espectadores. Os leigos não haviam sido convidados. Planejada como espetáculo televisivo, e não como evento público, a produção fez jus ao profissionalismo do antigo homem de teatro que havia preparado seu Dia com uma extenuante série de ensaios gerais. Havia sua calorosa homenagem à memória de Martinho Lutero na Alemanha; no Marrocos, um pedido de desculpas ao Islã pela *Reconquista* católica da Espanha; em Roma, o Papa havia lido em voz alta os *Salmos* de Davi ao Rabino-Chefe na Grande Sinagoga, seguindo depois para participar dos Ritos da Grande Floresta em Tongo e para submeter a testa papal a marcações rituais feitas por uma sacerdotisa hindu na Índia.

Como produção teatral, pode-se dizer que Assis foi um sucesso retumbante. Com um simples giro do seletor da TV, alguém teria pensado ter chegado ao último ato de *Aida*, de Verdi, com os grandes arcos escuros da Basílica de São Francisco formando um cenário impressionante para as vestes brancas puras da estrela, o homem chamado "Santo Padre" e "Vigário de Cristo na Terra", à frente de um círculo de figurantes esplendidamente trajados, que iam de budistas cuja crença em Deus é opcional, a muçulmanos e judeus cujo Deus não tem filho, a xintoístas cujo Deus é um chefe de Estado, a animistas cujos deuses são serpentes.

Até o sempre impassível *New York Times* ficou desconcertado quando o "Deus-Rei", o Dalai Lama, converteu o altar da Igreja de São Pedro, em Assis, ao seu culto, colocando uma estátua do Buda sobre o tabernáculo e dispondo queimadores de incenso e pergaminhos ao redor dela. O fundamentalista protestante Carl McIntyre chamou o Dia de Paz do Papa de "a maior abominação da história da Igreja". Para o Arcebispo Marcel Lefebvre, foi "o insulto culminante a Nosso Senhor."

Tais expressões de indignação só são compreensíveis se alguém for capaz de recordar o profundo senso do sagrado que prevalecia nos lugares de culto católicos antes do enfraquecimento da Igreja. Nos tempos antigos, toda igreja e capela tinha em seu centro um santo dos santos, o tabernáculo, uma caixa forrada de seda, às vezes banhada a ouro, que era colocada no centro do altar principal. Ali, sob chave, em cálices belamente trabalhados, muitas vezes cravejados de pedras preciosas, eram guardadas as hóstias consagradas que permaneciam após a Missa. Deve-se lembrar que, para os católicos crentes, as hóstias nada menos são do que o corpo e o sangue de Jesus Cristo. A Presença Real no tabernáculo de um altar era assinalada por uma lâmpada do santuário pendurada perto dele, que emitia um pequeno brilho vermelho. Era essa Presença que fazia homens e mulheres genufletirem antes de entrar em um banco de igreja, que decretava que se ajoelhassem entre os bancos. Era por causa da Presença que os comungantes jejuavam desde a meia-noite antes da Missa em que recebiam a sagrada hóstia. Os católicos que foram crianças durante as décadas de 1940 e 1950 lembram-se de tomar o cuidado de escovar os dentes antes da meia-noite, para não engolirem água inadvertidamente no processo. Então, em 1953, Pio XII decidiu que um jejum de três horas antes da comunhão bastaria. Quatro anos depois, ocorreu-lhe que um jejum de uma hora era suficiente. Contudo, ele seria superado por seu antigo assistente, que se tornou Paulo VI, decretando ridículos quinze minutos.

Era a Presença Real no tabernáculo que explicava o silêncio e o aparecimento, em uma igreja escurecida a qualquer hora do dia, de uma ou outra figura ajoelhada em oração. Essas pessoas estavam "fazendo uma

visita", entrando da rua por alguns minutos de meditação na presença de Deus. Para todas elas isso trazia calma; para algumas, o sabor, por mais leve que fosse, do que os místicos conhecem. As "Visitas ao Santíssimo Sacramento" eram devoções particulares, e na nova Igreja coletiva, imersa em *communio*, a devoção particular é desencorajada. Já em 1943, em sua encíclica *Mystici Corporis*, Pio XII tratou de modo negativo da questão das devoções particulares, enquanto, para teólogos avançados, a visão de uma pessoa rezando sozinha se tornava de fato repugnante. O Pe. Ratzinger era um deles.

Em sua obra *Die Sacramentale Begründung Christliche Existent*, ele explica: "A devoção eucarística, como se observa na visita silenciosa feita pelo devoto na igreja, não deve ser considerada uma conversa com Deus. Isso pressuporia que Deus estivesse presente ali localmente e de modo confinado. Justificar tal afirmação revela uma falta de compreensão dos mistérios cristológicos do próprio conceito de Deus. Isso é repugnante ao pensamento sério do homem que sabe da onipresença de Deus. Ir à igreja com base na ideia de que se pode visitar Deus, que está presente ali, é um ato sem sentido, que o homem moderno rejeita com razão."

Aqui Ratzinger atinge de modo retumbante a própria essência da Igreja Católica, seu Santo dos Santos, aquela Presença no tabernáculo que a distingue, ao longo dos tempos, não apenas de todas as religiões não cristãs, mas também das cerca de sete mil seitas que conservaram o nome de cristãs.

Die Sacramentale Begründung está disponível nas livrarias da Alemanha até hoje. Suas teses jamais foram rejeitadas nem censuradas. No entanto, embora tenham sido negligenciados por tanto tempo a ponto de estarem praticamente esquecidos, os Decretos do Concílio de Trento tampouco foram revogados, e o Cânon Quatro, escrito em meados do século XVI para refutar ataques à Presença Real feitos por Martinho Lutero e João Calvino, diz o seguinte: "Se alguém disser que, depois de consumada a consagração, o corpo e o sangue de Nosso Senhor Jesus

Cristo não estão no sacramento da Eucaristia, e que nas hóstias ou partículas consagradas que são reservadas no tabernáculo não permanece o verdadeiro corpo e sangue de Nosso Senhor, seja anátema.”

Anátema, palavra grega que se refere simplesmente “àquilo que é separado”. Um anátema dirigido ao Santo Ofício completa o círculo da revolução vaticana.

Diáspora

Como a maioria dos judeus, todos os católicos do mundo vivem em uma condição de *diáspora*. Enquanto os judeus podem, se assim desejarem, fixar residência em Israel, os católicos não têm pátria. Nenhum, entre as centenas de países em que vivem, pode ser chamado de "católico".

Um século atrás, o Cardeal Manning, da Inglaterra, explicou o que isso significava: "Durante trezentos anos, os fiéis estiveram em contato com a civilização corrupta dos antigos países chamados católicos e com a civilização anticatólica dos países em cisma aberto. As tendências intelectuais dos primeiros vêm se afastando constantemente da unidade da fé e da Igreja. Com a verdade se esvaindo, o instinto católico enfraqueceu, e a mente dos católicos foi muito afetada pela atmosfera em que vivem."

O Cardeal Manning data o início do mal-estar a partir da dissolução da Cristandade medieval, quando, nas palavras de Milan Kundera, "Deus lentamente se retirou do assento de onde havia controlado o universo e sua ordem de valores, distinguido o bem do mal e dado sentido a cada coisa." Em *Quas Primas*, Pio XI observou como vários séculos negando à Igreja o direito de fazer leis haviam levado "à redução do catolicismo ao nível das falsas religiões", e citou a dominação subsequente dos Estados seculares, nos quais "a religião passou a ser tolerada mais ou menos ao capricho dos governantes."

Foi com a Revolução Francesa de duzentos anos atrás que o catolicismo, mesmo em países democráticos, passou a ser objeto de mera tolerância. Com exceção dos Estados Pontifícios na Itália central e da vasta extensão do Império dos Habsburgo no centro da Europa, a maioria dos países onde viviam católicos esteve tomada por tensões durante todo o século XIX. Em nenhum lugar o atrito foi maior do que nos dois países analisados em detalhe anteriormente neste estudo, França e México. Governos em rápida mudança, gabando-se de sua dedicação à "liberdade, igualdade e fraternidade", tornavam incerto se conventos, mosteiros,

seminários e até igrejas permaneceriam abertos ou seriam transformados em correios ou quartéis. Em ambos os países, o princípio revolucionário da separação entre Igreja e Estado privou quase toda a população dos dois países de qualquer tipo de influência enquanto católicos.

Achille Ratti, como Pio XI, foi o último a se pronunciar contra a separação. Sua *Quas Primas* ecoava aquela advertência ainda mais forte de Pio X: “É uma tese absolutamente falsa e extremamente perigosa pensar que a Igreja e o Estado devam ser separados. Tal tese é uma negação evidente da ordem sobrenatural.”

Em tempos recentes, o autoritarismo da esquerda não tem sido menos ansioso por rejeitar o princípio da separação do que a ortodoxia da direita. Após a visita do Arcebispo Casaroli à Tchecoslováquia em 1975, o *Pravda* de Bratislava declarou em editorial: “Um Estado socialista não pode se contentar simplesmente em conceder liberdade de culto àqueles que professam uma fé religiosa, nem simplesmente dar liberdade de expressão àqueles que são ateus. Ele tem o dever de formar a consciência do povo a fim de colocá-lo em harmonia com o socialismo, para que seja capaz de perceber o mundo e a si mesmo no mundo como participante pleno e ativo do grande empreendimento histórico que é a formação da Sociedade Comunista.”

Por trás das lutas do início do século XX tanto da *l’Action Française* quanto dos *Cristeros* estava a tentativa de restaurar aos fiéis a proteção de um Estado católico. Por que, raciocinavam seus líderes, em países esmagadoramente católicos, o Estado não deveria ser católico? Obviamente, porque a única coisa que a revolução não consegue tolerar é um Estado católico. O fato de que os detentores do poder no Vaticano, na época das crises francesa e mexicana, tenham mostrado que não conseguiam tolerar um é indicativo de onde estavam os Secretários Gasparri e Pacelli. Ao defenderem primeiro o lado do primeiro-ministro Poincaré e depois o do Presidente Calles, não deixaram dúvida sobre onde estavam seus interesses.

Tanto o movimento francês quanto o mexicano haviam surgido de décadas de frustração geradas por governos chamados de anticlericais,, na realidade, anticristãos. Sem essa longa e exasperante provação, é duvidoso que franceses ou mexicanos tivessem encontrado a força para defender a fé quando surgiu uma liderança. Por outro lado, se Roma não tivesse reprimido vigorosamente os dois movimentos, é certo que a França, e provável que o México, teriam por fim recuperado sua identidade católica.

Na década de 1920, os fiéis de ambas as nações haviam passado a encarar o anticlericalismo como um inimigo familiar. Tinham aprendido a lidar com ele de tal modo que, em meados da década, na França, a esperança de sucesso havia crescido fortemente e, no fim da década, no México, a vitória estava à vista. Então, sem aviso algum, em ambos os países o cenário foi subitamente virado de cabeça para baixo. De uma só vez, já não eram os antigos governos maçônicos que se opunham a eles, mas Roma, o Vaticano, o próprio Santo Padre, estendendo a mão para derrubá-los. Prontos para morrer por Roma, pelo Santo Padre (e milhares de mexicanos já haviam morrido), tudo o que receberam por seus esforços foi uma retumbante bofetada pontifícia no rosto.

Foi a *Quas Primas* de Pio XI, com sua ordem de instituir uma festa em honra de “Cristo Rei”, que dera aos rebeldes mexicanos seu grito de batalha: “Viva Cristo Rey!” Aquela encíclica lhes dissera que era “a timidez das pessoas de bem, relutantes em entrar em conflito”, que tornava ainda mais ousados os inimigos da Igreja, e conclamava os fiéis a “lutar corajosamente sob o estandarte de Cristo Rei”. Estudantes universitários mexicanos devoraram cada palavra da mensagem papal para transmiti-la aos camponeses no campo e, no fim de 1928, várias dezenas dos jovens mais promissores do país haviam enfrentado pelotões de fuzilamento do governo, enquanto muitos outros morreriam sob balas de franco-atiradores assim que a ordem do Vaticano de depor as armas fosse obedecida. Com essa ordem, algo se rompeu na mente dos mais fiéis entre os fiéis. Como o Bispo Gonzalez Valencia explicou em Roma ao novo Secretário de Estado, Eugenio Pacelli: “Foi-se, para sempre, a estima tradicional que o mexicano

sempre teve por seu bispo. Vejo e lhes digo, com grande pesar, que o choque desse escândalo, com sua evidente cumplicidade por parte do Vaticano, atinge a própria Santa Sé, e é tão grave que se pode prever uma grande perda de fé.”

Enquanto isso, o choque diante do escândalo induzido pelo Vaticano na França havia levado pelo menos um defensor do Estado católico para o campo oposto. O professor de filosofia Jacques Maritain, voltando de Roma para Paris, pôs-se a trabalhar no desenvolvimento de seu "humanismo integral", que defenderia uma Igreja emasculada, "pedindo nada mais do que dar testemunho, sendo posta a serviço da humanidade na Nova Sociedade que está nascendo."

Agora, seis décadas depois, a Nova Sociedade está sobre nós, e a Igreja testemunhal, nada pedindo, nada recebeu além da agressão contínua de Estados seculares fortemente politizados. Enquanto a Sociedade Perfeita deixava-se dissolver na Igreja-como-Serva, a atmosfera em que os católicos vivem atingiu um grau de alienação no Ocidente e de repressão no Oriente inimaginado pelo Cardeal Manning. Enquanto isso, entre os grupos guerrilheiros patrocinados pelo clero na América Latina, a Igrejacomo-Serva tornou-se a Igreja-como-Oprimida. No dia em que Daniel Ortega, da Nicarágua, foi recebido em audiência privada por João Paulo II, a Rádio Vaticano transmitia em alto e bom som o "hino" sandinista, algo sobre "o Jesus que sua nas ruas e recebe seu pagamento como o resto de nós."

Os católicos devotos à moda antiga que insistem que o colapso não poderia ter ocorrido sem a intervenção do Diabo podem se animar com a promessa de Cristo de que Ele estará com eles "até o fim dos tempos". Embora haja pouca dúvida de que a antiga Fé de algum modo sobreviverá, é impossível prever se ela voltará como um corpo reconhecido, por meio de séculos de crescimento do agora diminuto movimento tradicionalista, ou por meio de um surpreendente lampejo de inspiração, *à la Gorbachev*, vindo de dentro do Vaticano. Contudo, caso algum futuro papa desperte para o fato de que a Igreja está diante da extinção e queira fazer algo a respeito, ele faria bem em estudar os caminhos daqueles veteranos da sobrevivência, os líderes do povo judeu.

Conduzir uma fé ao longo de seis milênios, contra obstáculos terríveis, não foi algo realizado por meio de rendição, concessão, vergonha da

história passada, diminuição dos ritos sagrados e pedido de “apenas dar testemunho”. Assim como os judeus jamais renunciaram à sua pretensão de ser o “povo eleito” de Deus, também os católicos decididos a sobreviver terão de recuperar sua identidade como a Igreja Militante. Essas duas palavras, por si só, poderiam encorajar os membros a se manterem firmes, ainda que a expressão jamais tenha se referido ao combate militar, mas antes à luta que todos os fiéis na terra travam, ao fazerem a escolha desafiadora entre o bem e o mal em seu caminho para a salvação.

Por mais repugnantes que sejam para os seguidores da Igreja Amorosa de Montini-Alinsky, a designação “militante” e sua sequência “triunfante”, referindo-se àqueles que conseguiram chegar ao Céu, teriam de ser restauradas, ainda que apenas por uma questão de realismo. Consultores judeus dificilmente poderiam objetar; afinal, o próprio nome “Israel” não se traduz como “Deus combate”? Os judeus não se envergonham de lutar pelo que consideram sagrado: sua pátria, com suas leis de apoio, sua Sagrada Escritura milenar, sua liturgia sagrada e os tabernáculos de seu santo dos santos. Os católicos, por outro lado, tendo perdido a Cristandade, que era sua pátria, seguiram em frente neste século permitindo que fossem despojados de sua liturgia sagrada, de sua língua sagrada, de seu ensinamento dogmático sagrado e, em centenas de milhares de igrejas, até mesmo de seus tabernáculos, seu santo dos santos.

Líderes sionistas, há mais de meio século, esperando que sua futura nação atraísse colonos que falassem uma dúzia de línguas diferentes, decidiram, com admirável sabedoria, que a língua comum e oficial deveria ser o hebraico. Foi uma decisão ousada. Ali estava uma língua que caíra em desuso séculos antes de Cristo nascer. Ele falava aramaico. O hebraico sobrevivera apenas nos escritos de estudiosos rabínicos. Considerando o fato de que era uma língua totalmente sem relação com o ídiche, o espanhol, o alemão, o francês, o inglês, o polonês, o russo ou o húngaro que os imigrantes falariam ao chegar, e o fato de que a escrita pareceria, para a maioria deles, tão exótica quanto pictogramas chineses, a bem-sucedida instalação do hebraico como língua oficial de Israel foi uma das

conquistas mais surpreendentes de todo o movimento sionista.

Quanto mais fácil teria sido se tivessem escolhido o esperanto, a língua internacional inventada por um estudioso judeu e baseada no latim, por tanto tempo a língua de toda a Europa e encontrada hoje na maioria das palavras do francês, do italiano, do espanhol e do português, em metade da língua inglesa e em boa parte do alemão. Os pioneiros sionistas, porém, rejeitaram a solução simples em favor do sagrado.

Ao mesmo tempo fácil e sagrado para os cristãos, o latim é um tesouro que a revolução papal jogou fora. É verdade que, para insistir no uso de uma língua comum e supervisionar sua disseminação, é preciso haver um Estado interessado. Os judeus, ao reivindicarem seu direito de ter seu próprio Estado, puderam fazê-lo. Os católicos, ao renunciarem a esse direito, não tinham como fazê-lo, embora esse fato não seja desculpa para os séculos de negligência do latim por parte da Igreja.

Se o Vaticano tivesse providenciado para que toda criança católica aprendesse ao menos a pronunciar as palavras latinas, de fácil pronúncia, da Missa, da Bênção, do Batismo e de três ou quatro orações comuns, teria dado a cada uma, pela vida inteira, um tesouro pessoal que lhe teria sido muito útil quando a revolução chegasse.

Como as coisas se deram, quando o golpe veio e a Nova Missa foi imposta em meados da década de 1960, os fiéis tinham apenas uma vaga noção do que lhes estava sendo tirado. De fato, uma provocação calculada por parte de Roma deu a muitos deles uma sensação de alívio quando o latim desapareceu. Foi durante o Concílio que as congregações receberam uma ordem inesperada para fazer uso da há muito descartada Missa Dialogada, a *Missa Recitata*, toda ela ainda em latim. O consequente desnorteamento de milhões de leigos só pode ser imaginado. Depois daquele trauma felizmente breve, a Nova Missa celebrada em vernáculo foi recebida como uma espécie de libertação.

Para a Igreja, o latim significava estabilidade. Sendo o que se chama de língua morta, ele não mudava pelo uso cotidiano; assim, podia-se confiar que a liturgia permanecesse em todos os momentos e em todos os lugares a

mesma. O latim significava solidariedade. Um escocês assistindo à Missa na Bolívia, ou um boliviano na Escócia, podia sentir-se em casa em qualquer igreja daquela terra estrangeira. Talvez o mais importante fosse o caráter sagrado de seu som. Os sionistas sabiam bem que uma liturgia deve soar sagrada.

Eles também sabem o quanto são importantes para uma fé os seus mártires. Os judeus não apenas honram seus mortos dos campos de concentração; insistem também que o restante do mundo os honre. A sede mundial dessa insistência é o Centro de Estudos do Holocausto da Liga Antidifamação, em Nova York. Produzindo um volume contínuo de literatura persuasiva, o Centro oferece um catálogo de material descrito como "adequado para uso em igrejas, escolas, grupos cívicos e bibliotecas", com prefácio escrito pelo vencedor do Prêmio Nobel, Elie Wiesel. Há um *Guia de Material Inédito sobre o Holocausto*, em três volumes de quatrocentas páginas cada, vinte e seis produções audiovisuais em cores, liberadas para televisão, junto com uma série de fitas de palestras de uma hora feitas por importantes intelectuais judeus. Há dezenas de livros com títulos como *Genocídio e Anne Frank*, *A Anatomia do Nazismo*, *Gueto em Chamas*, *Noite dos Cristais* e *Trem da Morte*.

Em contraste devastador com a homenagem ao martírio realizada pela Liga Antidifamação judaica, os especialistas em comunicação dentro do Vaticano merecem o título de "Liga da Autodifamação". Mesmo quando jovens estudantes mexicanos enfrentavam a morte por pelotão de fuzilamento, à maneira clássica da juventude romana que enfrentava leões em vez de abjurar o cristianismo, o Vaticano fazia esforços extraordinários para esconder essa história do mundo. Não surpreende que, alguns anos atrás, uma professora de uma universidade no Texas, quando perguntada sobre sua opinião a respeito do Movimento Cristero, tenha confessado que nunca ouviu falar dele. Ela era católica e colaboradora de publicações religiosas conservadoras, mas jamais tinha ouvido falar de uma guerra civil em plena escala travada na fronteira de seu próprio estado, se não durante sua vida, então durante a vida de sua mãe e de seu pai. Que ela tivesse

ouvido falar que Hitler matou seis milhões de judeus deve ser dado como certo.

Em *Distant Neighbors*, análise de 563 páginas, em outros aspectos abrangente, do México passado e presente, Alan Riding se permite apenas trinta e sete palavras para retratar o levante católico: “Camponeses fanatizados, liderados por padres conservadores, lançaram uma guerra de guerrilha ao grito de “Viva Cristo Rey!”, o que lhes rendeu o nome de *Cristeros*, e em nome de Cristo cometeram assassinato, incêndio criminoso e sabotagem.”

Esse trecho desagradável pode muito bem ser tudo o que Riding, o repórter anglo-brasileiro do *New York Times*, conseguiu descobrir sobre o “holocausto” mexicano durante seus muitos anos no México. Por incrível que pareça, o Vaticano declarou a Guerra Cristera segredo máximo. E vai além. Até a memória da luta deve ser apagada da história. Jean Meyer, jovem professor da Universidade de Perpignan, no sul da França, visitando o México em um verão da década de 1970 e deparando-se com esse fato espantoso, passou mais seis verões pesquisando a luta até produzir uma obra em três volumes que ele chama de *La Christiade*.

A censura total prevaleceu até mesmo durante os combates. Francis McCullough, jornalista britânico, viu editores de Nova York aceitarem ansiosamente uma única reportagem de sua autoria, apenas para que os editores-chefes dessem a ordem: “Não toque nisso!”

“Por quê?”, perguntou McCullough em 1929. “Por que sempre houve tanta agitação em torno dos pogroms judaicos na Rússia czarista e por que não se menciona um pogrom cristão no México, onde, desde agosto de 1926, 4047 pessoas foram executadas, entre elas dezesseis mulheres?”

Do prefácio de Jean Meyer a *La Christiade*: “Desde 1929, Roma proibiu todo escrito, toda fala, até mesmo todo pensamento sobre os *Cristeros*, proibindo seminários, colégios e escolas católicas de tratar do assunto. Pior ainda, depois de 1968, quando a Igreja foi tomada por complexos de autoperseguição, se um professor ou pregador fosse obrigado a mencionar os *Cristeros*, teria de se referir a eles como fanáticos ou revolucionários.”

Ao assumir as funções de Secretário de Estado pouco depois da assinatura dos chamados “acordos”, o Cardeal Pacelli ordenou a todos os bispos mexicanos que proibissem, sob as sanções mais graves, o acesso a documentos e arquivos relativos ao período *Cristero*. Em obediência, as autoridades eclesiásticas de Guadalajara queimaram todos os papéis relevantes para o levante naquela diocese; as da Cidade do México, todos os registros das Brigadas de Joana d’Arc e das organizações estudantis. Felizmente, diz Meyer, a documentação de peso reunida pelo bispo mais favorável ao movimento, Gonzalez Valencia, está, ou no momento em que este texto é escrito, estava, segura na Catedral de Durango, guardada a proverbiais sete chaves.

Tão inexplicável para Meyer quanto a proibição da Igreja foi o que acabou se revelando uma censura semelhante imposta pelo Estado mexicano. Ainda na década de 1970, ele encontrou o governo tão relutante quanto o Vaticano em divulgar informações relativas à sua repressão da rebelião. Que uma concordância tão perfeita existisse entre dois organismos bem conhecidos por se detestarem o instigou a tentar descobrir a verdade sobre aquilo que ele supunha ser um armário cheio de esqueletos.

Retornando ao México ano após ano, o Prof. Meyer acabou fazendo contato com donos de coleções particulares de documentos, escritos e objetos de recordação, bem como com material valioso em várias bibliotecas jesuítas. Em Washington, pôde consultar papéis da inteligência militar que haviam passado cinquenta anos fechados ao público; Yale e Amherst foram úteis; no entanto, a experiência mais fascinante em todos aqueles anos absorventes de trabalho foi localizar os velhos e dispersos veteranos da guerra e ouvir histórias suficientes deles para preencher cem horas de gravação.

Para Jean Meyer, a ordem de sigilo do Vaticano é estranha além da conta e totalmente antinatural. Com a expectativa de que, até o fim deste século, os latino-americanos viessem a constituir metade dos católicos do mundo, não conhecer esses guerreiros e mártires de sua própria carne e

sangue é, para eles, uma enorme privação. Meyer oferece uma explicação fraca ao sugerir que o Vaticano talvez sinta um agudo constrangimento por ter entregado deliberadamente católicos devotos e corajosos nas mãos de um governo abertamente hostil.

Que os “acordos” agradaram àquele governo é evidente. O Presidente da época, Emilio Portes Gil, celebrou a rendição arquitetada pelo Vaticano em um discurso a seus irmãos de Loja, reunidos para o banquete anual que marcava o solstício de verão: “Caros Irmãos, agora podemos confirmar o fato de que o clero chegou ao pleno reconhecimento da lei. No México, há muitos anos, o Estado e a Maçonaria são a mesma coisa, entidades que marcham no mesmo passo. A luta não é nova. Começou há vinte séculos e continuará até o fim dos tempos.”

Novo católico, velho católico

A revolução na Igreja Católica, como a revolução na Rússia czarista, na Alemanha de Weimar e até na Nicarágua de Somoza, primeiro se acendeu na mente de uns poucos homens brilhantes sentados a suas mesas, de caneta na mão. Esses homens eram os sonhadores, maquinadores e planejadores daquilo que tinham certeza de ser uma maneira melhor de fazer as coisas. Seus projetos teriam permanecido dentro de suas mentes brilhantes e no papel, não fosse o fato de que o poder absoluto estava ao alcance ou logo estaria.

No caso da Igreja, porém, o poder absoluto estava presente; como se tratava de um poder psicológico e espiritual, e não político ou militar, ele precisaria de meio século para se tornar efetivo na vida de centenas de milhões de fiéis. O novo modo de ser católico só surgiria depois que os fiéis fossem privados de crenças, tradições e práticas enraizadas ao longo de dois milênios. Que um processo de corrosão de meras cinco ou seis décadas pudesse ter realizado tal tarefa é um dos fatos mais assombrosos de

nosso assombroso século.

O processo poderia ter sido impedido? Dadas as circunstâncias já mencionadas como “cartas marcadas” a favor da mudança, a pergunta quase pode ser descartada. Para impedir, ou mesmo adiar, a transformação, teria sido necessária uma notável consciência por parte dos católicos em toda parte da sacralidade daquilo que lhes havia sido dado. Se isso estivesse presente, se, como testemunhou o Cardeal Manning, “o instinto católico não tivesse se enfraquecido”, então o ensinamento claro e a devoção calorosa poderiam ter fomentado o tipo de vigilância que Rafael Merry del Val havia recomendado, uma vigilância bruscamente desencorajada pelo Vaticano. Do modo como as coisas se deram, porém, quase nenhum leigo, padre ou mesmo bispo percebeu que havia algo contra o qual estar vigilante. Só em 1963, quando o Segundo Concílio Vaticano veio à plena luz dos meios de comunicação internacionais, o mundo pôde descobrir o que vinha acontecendo havia tanto tempo nos bastidores. A essa altura, era tarde demais.

E foi somente depois que assinaturas episcopais foram apostas aos documentos do Concílio por uma dócil hierarquia mundial que as consequências, inevitáveis e estremecedoras, começaram a ocorrer uma após a outra. O ponto é que eram consequências, não causas. Tudo o que aconteceu desde o Vaticano II pode ser rastreado até coisas postas em movimento anos, até décadas, antes. O espantoso Dia de Paz em Assis do Papa João Paulo remonta às *Conversas* do Cardeal Mercier. A abertura ingênua da América Latina à “teologia da libertação” dificilmente poderia ter ocorrido se os *Cristeros* do México tivessem tido permissão para reivindicar sua vitória duramente conquistada, enquanto a permissão para realizar uma festa de rock e maconha com cinco mil pessoas na Catedral onde os reis da França haviam sido coroados decorreu logicamente da premissa de Ratzinger de que a ideia de Deus presente no espaço restrito de um tabernáculo era absurda. Cada um desses fenômenos foi uma consequência, não uma causa.

Como tais consequências encontram pouca ou nenhuma resistência, elas estão destinadas a continuar. Contra a tendência descendente em curso,

os resistentes são poucos. Talvez tenham sido muitos. Houve um tempo, em retrospecto um momento aparentemente mágico, em que uma consciência repentina pareceu tomar conta dos fiéis em partes amplamente dispersas do mundo de que eles próprios, os homens e mulheres nos bancos — como no caso dos *Cristeros*, pouquíssimos padres estavam envolvidos — poderiam empreender uma contrarrevolução. Começou pouco depois da imposição da Missa de Bugnini. Atônito, um número considerável de católicos começou a reagir. Houve protestos, artigos, livros, cartas abertas, e houve três peregrinações internacionais à Piazza de São Pedro, em Roma. O início da década de 1970 viu um breve período de entusiasmo, de questionamento e de expectativa. Contudo, foi somente no fim de 1974 que um dos poucos bispos que haviam defendido a ortodoxia no Concílio, Marcel Lefebvre, surgiu para dar algum tipo de coesão à insurgência que se espalhava.

Natural do extremo nordeste da França e missionário por trinta anos na África negra, o arcebispo Lefebvre, sem conseguir obter acolhida, em qualquer diocese de seus colegas bispos franceses, para seu projeto de fundar um seminário dedicado ao ensino tradicional, em 1970 já havia sido aceito na Suíça francesa. Monsenhor Nestor Adam, bispo de Sion, aprovou que as aulas ocorressem em uma antiga casa de campo chamada Écône, até então uma casa de repouso para os guardiões do vizinho Passo de São Bernardo.

Por fim, o Vaticano ficou curioso e, em 1974, o papa Paulo enviou visitantes a Écône, dois grandes teólogos da sempre avançada Universidade de Louvain, para relatarem a Roma. Foi essa visita de inspeção que desencadeou a relutante passagem de Lefebvre para uma posição de liderança. Assim que os dois belgas entraram nas salas de aula do seminário, começaram a tentar desfazer conceitos que haviam sido aceitos como dogma ao longo de todas as eras cristãs. Confiando aos jovens que um casamento católico era uma inevitabilidade futura, declararam que a ressurreição física de Cristo não era uma certeza e que a verdade não é “algo que se possa guardar numa gaveta à noite e esperar encontrar igual quando se abre a gaveta pela manhã”.

Os estudantes ficaram espantados e o arcebispo, indignado. Imediatamente, ele redigiu o que chamou de “declaração de fé”, na forma de uma carta aberta ao Vaticano. Começava assim: “Aderimos de todo o coração e com toda a nossa alma à Roma católica, Mestra da Sabedoria e da Verdade. Por outro lado, recusamos e sempre recusamos seguir a Roma de tendências neomodernistas e neoprotestantes que se manifestaram claramente no Segundo Concílio Vaticano e, depois do Concílio, em todas as reformas dele derivadas.” A declaração logo circulava por toda parte onde havia católicos. A contrarrevolução estava em curso.

Os visitantes, na verdade inspetores, enviados pelo Vaticano a Écône eram teólogos da Universidade de Louvain. O nome dessa escola belga aparece com tanta frequência neste estudo e em conexão com acontecimentos tão cruciais que dá a impressão de que ela se tornou o Vaticano teológico, deixando a Roma a tarefa de conduzir a administração da Igreja.

Em seu estudo abrangente sobre a Ordem à qual ele outrora pertenceu, Malachi Martin afirma que a Companhia de Jesus e o Vaticano estão, ou pelo menos estavam, em 1987, quando seu livro foi publicado, em estado de guerra. Sugiro que se trata de uma guerra de fachada, deliberadamente armada para permitir que os jesuítas avancem de cabeça na revolução, enquanto o Vaticano assegura aos fiéis que tudo está sob controle. Uma divisão de trabalho, mas dificilmente uma guerra.

Considere o fato de que a Rádio Vaticano, apologista mundial de cada ato do papado, é uma organização jesuíta, assim como os três Institutos Pontifícios em Roma, o Gregoriano, o Oriental e o Bíblico; embora tenha caído de um recorde histórico de 36.000 membros ao fim do Concílio para uma estimativa de 19.000 hoje, a Companhia ainda dirige centenas de escolas e há “centros de reflexão” jesuítas em Paris, Madri, Milão, por toda a América Latina, em Washington, Nova Déli, Chicago, St. Louis e Manila, enquanto teólogos jesuítas atuam como planejadores e assessores de todos os grandes agrupamentos, como sínodos internacionais e conferências

episcopais.

Em 1975, quando a 32ª Congregação Jesuíta, ou assembleia mundial, se reuniu em Roma, nós, *Vaticanisti*, recebíamos duas coletivas de imprensa por dia durante um mês inteiro. Foi ali que ouvimos o Padre-Geral Arrupe, basco como Inácio de Loyola, tomar as palavras do Fundador, "lutar sob o estandarte da Cruz para salvar cada um dos homens", e transformá-las em "lutar sob o estandarte da Cruz para fazer um mundo mais humano e divino", porque, insistia ele, "é o mundo que se tornará o reino de Deus!" Fica-se imaginando o que dá a utopistas terrenos como o Pe. Arrupe (agora falecido) a confiança de que estarão por aqui para desfrutar de tal reino.

Malachi Martin aponta para o início da subversão na Companhia na virada do século, quando um pequeno grupo de jovens padres se formou em torno do convertido anglo-irlandês George Tyrell, S.J., de maneira mais ou menos clandestina. A geração seguinte de dissidentes, entusiasmada com as invenções de Pierre Teilhard de Chardin, S.J., veio a público, *embora com cautela*, enquanto seus sucessores aclamavam livremente o existencialismo de Karl Rahner, S.J., a quem Martin chama de "um dilacerador da Fé em suas próprias raízes". Paulo VI nomeou o Pe. Rahner para a Comissão Teológica Pontifícia.

Louvain foi o berço da aberração conhecida como "teologia da libertação". Foi de lá que Roger Vekemans e vários companheiros jesuítas partiram para o Chile, onde se pode atribuir a eles o mérito de terem levado o marxista Salvador Allende ao poder e seu pacífico país ao caos. Rejeitando o esquerdismo induzido por Louvain, os guatemaltecos se voltaram para o protestantismo, e a Nicarágua, para a guerra civil.

Escrevendo na revista italiana *30 Giorni*, Michel Algrin, da Universidade de Paris, revelou o escritório de Louvain, CIDSE, que incentiva as coletas da missa dominical na França e na Alemanha "para os pobres do Terceiro Mundo". Com fundos que somam mais do que o orçamento anual da UNESCO, a CIDSE envia os francos para apoiar a subversão nas antigas colônias francesas na África, e os marcos para a

América Latina, principalmente para o México, onde o bispo “vermelho” Samuel Ruiz, no estado de Chiapas, no extremo sul, fornece às guerrilhas (que se autodenominam “zapatistas”) armamento caro. Sem quererem juntar-se aos terroristas, cerca de 50.000 indígenas e camponeses foram forçados a deixar suas propriedades privadas ou coletivas, abrigados e alimentados pelo Exército e pela Cruz Vermelha, enquanto deixavam suas plantações apodrecerem e seu gado correr solto.

O governo deixou a situação se prolongar por quatro anos, aparentemente intimidado pela notícia de que quase todas as cidades da Europa têm seu pequeno núcleo de “organizações não governamentais” pró-zapatistas. A Internacional Socialista continua viva!

Poucos dias depois de aqueles visitantes de Louvain do Ano Santo de 1975 entregarem seu relatório sobre Écône, Paulo VI ordenou que o arcebispo Lefebvre fosse a Roma para enfrentar três Cardeais Inquisidores, Garrone, Tabera e Wright.

A partir daquele momento, a mídia internacional acompanhou a história passo a passo. Écône prosperou, e os fiéis despertos alugaram um gigantesco estádio esportivo após outro para aplaudir o “bispo rebelde” em sinal de gratidão, enquanto ele celebrava a missa para eles à maneira antiga. Genebra foi seguida por Besançon, Lille, Friedrichshafen, e as multidões cresciam a cada vez, enquanto a televisão internacional levava a mensagem de Lefebvre ao redor do mundo.

Então, no fim do verão de 1976, em vez de superar Friedrichshafen com uma assembleia ainda maior, Lefebvre mudou de rumo e aceitou o convite do cardeal Benelli, como secretário de Estado, para ir a Castel Gandolfo a fim de ser recebido em audiência privada por Paulo VI. Apenas Benelli esteve presente durante a longa conversa, e nenhuma cobertura da mídia foi permitida. Como resultado, relatos imaginários da audiência, até mesmo fotografias falsas, apareceram na imprensa. Fosse o que fosse que tivesse sido dito, a confrontação cessou. Não houve mais “missascomício”, o papa não repreendeu mais, a mídia perdeu o interesse, e os seguidores de

Lefebvre ficaram profundamente confusos.

O arcebispo continuou a formar seminaristas e a ordená-los ao sacerdócio, embora proibido de fazê-lo pelo Vaticano. Como os recalcitrantes Abbé de Nantes e Coache, foi suspenso *a divinis*. Não obstante, na década seguinte, sua Sociedade Sacerdotal de São Pio podia ostentar priorados, conventos, seminários e capelas em vinte países e um corpo de mais de duzentos sacerdotes recém-ordenados. Durante esses anos, o envelhecido Lefebvre viajou pelos cinco continentes e pela Austrália, supervisionando suas numerosas casas e conferindo o Sacramento da Confirmação a milhares de jovens. Finalmente, em 1988, aos 82 anos, deu o grande passo de consagrar quatro bispos para que a ordenação de sacerdotes na antiga Fé pudesse continuar depois de sua morte.

Assim, no âmbito clerical, pode-se dizer que o "movimento Lefebvre" alcançou seu objetivo. Quanto aos seguidores leigos, os homens e mulheres que haviam passado a ser chamados de "tradicionalistas", a hesitação de Lefebvre no exato momento em que parecia que suas fileiras poderiam crescer a ponto de abranger um quarto ou mesmo um terço dos então oitocentos milhões de católicos, foi deixá-los perplexos. Depois de Friedrichshafen, houve certo arrefecimento, e desde então o crescimento tem sido relativamente pequeno. Não obstante, em muitos países, os rebeldes se puseram a trabalhar com energia e devoção para organizar centros de Missa em salões de hotéis, celeiros abandonados, igrejas protestantes abandonadas. Em Paris, ocuparam e continuam a manter Saint-Nicolas-du-Chardonnet, uma importante igreja na margem esquerda do Sena. Hoje, na França, há cerca de mil altares onde a Missa tradicional é oferecida, e talvez metade disso nos Estados Unidos, onde, com grande sacrifício, pequenas escolas também foram criadas. Um viajante hoje pode encontrar a Missa antiga em Tóquio, por toda a América Latina, entre as ilhas do Pacífico da Nova Caledônia e entre os zulus da África do Sul. Nem todos os padres são padres lefebvrianos, e como o arcebispo limitou sua autoridade à sua própria Sociedade, há dissensão, não quanto à doutrina ou

à prática, mas sobre quase todo o resto. Sem a liderança que ele poderia ter dado, a contrarrevolução está fragmentada.

Por que Marcel Lefebvre esperou até quase dez anos depois do Concílio para assumir uma posição pública? Por que recuou dessa posição no auge da demanda por aquilo que ela significava? Provavelmente pelas mesmas razões que levaram Eugenio Pacelli e Giovanni Battista Montini a dedicar a vida a mudar a Igreja, a saber, as pressões do contexto familiar, da formação inicial e da subsequente e poderosa persuasão exercida por associados. Um antigo colaborador do arcebispo chamado Jean Madiran como grande persuasor, porém, parece que por trás dele estava o que realmente deteve Lefebvre. A família, durante o século XIX, havia dado à Igreja na França um cardeal, um bispo, uma vintena de sacerdotes, monges e freiras. A Igreja-enquanto-Instituição era toda a vida da família, algo que agiu sobre Marcel de maneiras contraditórias. Ver a revolução demolir o edifício levou-o a rebelar-se em sua defesa, ao passo que romper um compromisso vitalício de obediência à autoridade eclesiástica era impensável. Quando ele se permitiu a primeira reflexão para superar a segunda, o momento mágico de uma grande volta espontânea mundial à ortodoxia havia passado. A revolução permaneceu em vigor.

Nos anos anteriores à sua morte, sabe-se que o papa Paulo chorou ao contemplar os resultados das mudanças que ele, Gasparri, Bento, Pio e João haviam passado a vida tentando realizar. Ao contemplar a defecção de freiras, padres e leigos, chamou aquilo que havia sido alcançado de “autodestruição”. Os não católicos, por outro lado, podem achar difícil perceber até que ponto o meio século de minar a Igreja foi bem-sucedido. Veem multidões na televisão aplaudindo o idoso Papa e sabem que milhares ainda frequentam a igreja aos domingos. De fato, se algo como um milhão de católicos persiste nas crenças, ritos e práticas que a Igreja manteve por dois mil anos, o número de tradicionalistas é pequeno em comparação com o dos vários milhões que ainda frequentam igrejas paroquiais para ouvir o *Novus Ordo Missae*, popularmente conhecido como “a Missa de Paulo VI”.

O que o observador de fora vê, contudo, é uma casca, uma estrutura sustentada por um sistema proliferante de dioceses, ocupadas por bispos submissos ao Vaticano que oferecem a seus rebanhos uma variedade de compromissos terrenos revestidos do jargão reconfortante do sociólogo. Típicas são as metas expressas pela Conferência Episcopal do Chile para sua *Nova Evangelização-1990*: "Solidariedade com os pobres em toda a América Latina, insistência nos direitos humanos" e dedicação à promoção daquilo que chamam de uma "Nova Cultura", que descrevem como "uma nova maneira de ver, de sentir, de raciocinar e de amar em escala planetária, eminentemente técnica e científica e rica em sinais de esperança." O programa deixa a religião de fora.

Se, como se estimou, os latino-americanos constituirão cinquenta por cento dos católicos romanos no início do novo século, o número restante a ser dividido ao meio talvez seja, de fato, pequeno. Os latino-americanos, sejam de ascendência europeia, indígena ou mista, são realistas, conscientes do fato de que são mortais. Enquanto eclesiásticos intelectuais de fé corroída podem encontrar consolo em uma rica esperança em escala planetária, o latino-americano comum recorre à religião para perguntar como lidar com sua própria mortalidade e, se os bispos do Chile e todos os outros bispos do CELAM esqueceram as respostas, ele irá aos protestantes, ainda que isso signifique abandonar sua Santa Missa, seus amados sacramentos e sua devoção à Virgem Maria. No Brasil de hoje há mais pastores evangélicos do que padres católicos, e 33% dos guatemaltecos aderiram a seitas fundamentalistas. Substituindo visões de um mundo hipoteticamente melhor por céu, inferno, pecado e salvação, qualquer pregador do Evangelho em Four Square ao sul da fronteira pode exibir gráficos de expansão futura tão otimistas quanto os de um vendedor de carros na Alemanha recém-unificada.

Fora da América Latina, contudo, o Novo Católico, como os bispos do Chile, chegou a um acordo com a admirável nova Igreja que ousa contornar as velhas e duras verdades. Privado de doutrina e da maior parte da prática que marcava a Fé, o Novo Católico se imagina, quer queira, quer não, a

caminho de um estado de felicidade. Ele não pode deixar de ir, e não pode evitar chegar lá, contanto que ame e permaneça com a multidão. A viagem é feita coletivamente. O caminho se chama “história” e o tempo é chamado de “mudança”. Tanto a história quanto a mudança são inevitáveis. Elas acontecem ao homem. O papa Paulo costumava dizer: “A grande esperança para o avanço humano que buscamos está nas sucessivas mudanças inerentes à história” e, para o antigo Padre-Geral dos Jesuítas, Pedro Arrupe, o importante era “a mudança contínua, esse vertiginoso processo de transformação ao qual tudo está submetido”.

Assim submetido, o Novo Católico evolui de acordo com aquilo que lhe dizem ser o “plano de Deus”, tornando-se, como de fato se torna, “cada vez mais humano”. Ele está convencido de que as dificuldades, até mesmo o caos dos centros urbanos, podem ser dissolvidas no amor. Quanto ao seu futuro estado de felicidade, os sinais são confusos. Pode ser aquele mundo melhor que João Paulo II chama de “uma civilização do amor”. Pode ser a clássica “vinda do Messias” judaica, favorita de muitos teólogos avançados, ou pode até ser o Céu à moda antiga. O Novo Católico caracteriza-se por um vigoroso otimismo e uma notável docilidade.

Não é assim com os devotos da tradição. Como se pertencessem a outro mundo, consideram-se membros da Igreja Militante. Para eles, a vida é real, a vida é séria, e cada vida é algo separado. O que está em questão não é a Humanidade, mas Cada Homem, e o drama medieval dita o ritmo. Cada homem é protagonista, livre para fazer o certo e livre para fazer o errado. Ele provoca a mudança, molda a história e sabe que será chamado a prestar contas por tudo o que faz.

Os dois conceitos são diametralmente opostos, de modo que o Novo e o Antigo Católico se tornaram praticamente estranhos um ao outro. A ruptura é grande, e as polêmicas atuais sobre ritos, língua, formação sacerdotal e até autoridade papal são os resultados, não as causas, de uma diferença que diz respeito a algo intrínseco e muito mais grave. Seis décadas de minucioso trabalho de minar deram lugar a quatro décadas de

crise, mas a história remonta a muito antes. Foi com um lampejo impressionante de intuição histórica que o presidente mexicano, Emilio Portes Gil, disse a seus companheiros naquele banquete no verão de 1929: “A luta não é nova. Ela já dura vinte séculos e continuará até o fim dos tempos.”

Pós-escrito

Embora isto tenha sido escrito para a 3ª Edição deste livro, aplica-se igualmente à 4ª Edição

Esta terceira e definitiva edição de um livro que apareceu há sete anos vem como um suplemento, e não como uma atualização. Nada realmente mudou; apenas continuou. Todo o conteúdo da segunda edição está aqui, e os milhares de palavras novas sustentam a tese original.

Como pesquisador, autor, designer e editor, enviei a versão em inglês a leitores em vinte e seis países. A *Anton Schmid Verlag*, na Baviera, lançou uma bela edição alemã, enquanto a grande editora mexicana, *Edamex*, patrocinou uma apresentação de gala da tradução espanhola, completa com TV, um batalhão de repórteres, champanhe e caviar, apenas para ter seu produto suprimido pelo episcopado mexicano de 120 membros. Ainda pendentes, há uma edição italiana e uma francesa; esta última, toda pronta em Paris em 1992 com um professor da Sorbonne cujo projeto foi sufocado pela Sociedade Pio X, bravos ocupantes de St. Nicolas-du-Chardonnet, aparentemente porque mons. Lefebvre não emerge destas páginas como o resgatador completamente bem-sucedido da Igreja.

Embora eu pouco ouça dos editores alemães, o árduo trabalho de publicar por conta própria traz a grande recompensa do contato direto com os leitores. Pelas muitas centenas de cartas e notas recebidas, fica claro que ninguém encara o livro com indiferença. Os comentários vão desde o de Malachi Martin: “em comparação, o resto do que se publica hoje está muito aquém do nível”, até o de Michael Davies: “é sobretudo fofoca maliciosa”. Contudo, quase todos os que escreveram expressam gratidão pelo esclarecimento de uma tragédia que os deixou perplexos por anos.

Quanto aos protestos, eles geralmente vêm de um leigo em algum tipo de posição de liderança, conhecido por sua análise publicamente declarada, baseada em informações disponíveis há um quarto de século. Em vez de acolherem novas pesquisas, veem este livro como um desafio à sua tese, geralmente o mito do Concílio do Papa João, que, ao longo dos anos, se

consolidou numa espécie de dogma. Sem saber que argumentos usar contra fatos que jamais conheceram, refugiam-se no grito: “sem notas de rodapé!”

É bem verdade. Nenhum editor das centenas de artigos de jornal e revista jamais me pediu uma nota de rodapé. Nem tenho certeza de que eu saberia escrever uma. O colega Davies sabe, mas ele foi criado para ser professor escolar, e eu fui formado como pianista. Quando comecei a escrever, descobri que um repórter precisa ser mais cuidadoso com seus fatos do que um acadêmico, porque um editor prejudicado por uma informação incorreta demitirá o repórter.

Uns vinte anos atrás, em Roma, confrontei o valente fundador de *Si, Si, No, No*, Pe. Francesco Putti, com a objeção: "Mas, Padre, o senhor não diz de onde tira suas informações. O senhor não informa suas fontes." E lembro-me de sua resposta direta: "Não, não informo. Mas lhe direi que tudo o que publico está documentado. Veja o caso do Cardeal Garrone, a quem considero o maior destruidor da Igreja hoje. Ele arruinou todo o campo da educação católica, aboliu o Catecismo, esvaziou os seminários. Escrevo essas coisas, mas não o chamo de maçom. Se amanhã o senhor me trouxer prova de que ele é maçom, eu a publicarei, mas não antes."

Em letras pequenas numeradas, no rodapé de uma página, um autor admite que tomou informações de outro escritor. Num longo artigo publicado recentemente em Milão, meu filho cita uma referência depois de quase cada frase. O assunto? Jerusalém. Michael nunca esteve em Jerusalém.

Mas eu vivi este livro! Inesquecíveis, aquelas peregrinações a São Pedro, as centenas de coletivas de imprensa, certa vez sentado ao lado de Henri Fesquet, do *Le Monde* de Paris, que me disse que o homem que levou Karol Wojtyla à atenção de Roma e patrocinou sua ascensão ao papado foi o Cardeal Garrone. Em 15 anos houve sínodos, simpósios, conclaves e funerais papais. Houve boletins diários da assessoria de imprensa do Vaticano e da Rádio Vaticano com joias trágicas como a de Paulo VI: "imaginem só, 271 Igrejas cristãs!" Houve os vívidos diários italianos, tão conscientes da Igreja, e, por telefone, eu pude contatar Tradicionalistas por toda a Europa.

Estar em Roma na manhã em que João Paulo I foi encontrado morto confere a este livro uma autenticidade maior que a dos best-sellers de *Yallop and Caldwell*, que escreveram seis e dez anos depois do acontecimento. Alertado por um telefonema de Gary Giuffré, no Texas, apenas uma hora depois que o corpo foi encontrado, corri para as salas de imprensa do Vaticano, onde dezenas de repórteres já estavam reunidos. Dia após dia fiquei próximo à cena para coletivas de imprensa, comunicados à imprensa, o funeral na chuva, aquelas entrevistas nos jornais locais, e, já residente em Roma havia dez anos, eu estava em contato por telefone com contatos importantes. Se a romancista premiada Mary McCrory tivesse feito algumas perguntas perspicazes enquanto percorríamos toda a extensão da Via della Conciliazione naquela tarde, ela poderia ter evitado os erros terríveis dos quais a acuso nas páginas 140 e 141.

"Cheirando a fofoca", escreveu alguém a respeito das linhas sobre o Núncio Roncalli na página 125. Não fofoca, mas verdade recebida do Major René Rouchette, antigo membro da Guarda Presidencial, agora editor da excelente revista, *Sous la Banniere*. Ele encontrou meu trem de Roma na estação de Lyon e, enquanto seguíamos de carro para Raveau para a consagração do Pe. Robert McKenna ao episcopado, falou-me do choque sentido pelos jovens oficiais enquanto acompanhavam o percurso do Núncio naquelas noites de quinta-feira.

Vários leitores perguntam por que, se sou um "*sedevacantista*", uso o título "papa" junto aos nomes dos pontífices recentes. Minha resposta é que a Sé de Pedro está vaga é um conceito teológico e, como historiador, sou obrigado a chamar o homem firmemente instalado no Vaticano do modo como o mundo o chama. De qualquer modo, deveria estar bastante claro que, há muitas décadas, sei que a Igreja está sob Ocupação Inimiga (isto é, sob ocupação judeo-maçônica). Foi em 1940 que nosso professor de *Classics* e hóspede de jantar da família, recém-chegado de um verão entre as ruínas romanas, relatou o espanto das autoridades italianas diante da recente eleição de Eugenio Pacelli, o único papabile cuja família era de origem judaica.

Até que ponto a judaização do catolicismo havia sido aceita no mais alto nível até o fim da década de 1970, eu viria a saber de modo bastante inesperado numa tarde em Roma. Examinando a lista de novos livros na biblioteca do SIDIC, um centro de informações patrocinado conjuntamente pelo Comitê Judaico Americano e pelo Secretariado do Vaticano para a Unidade dos Cristãos, ouvi uma palestra em andamento numa sala adjacente. Entrando por uma porta aberta, sentei-me entre um grupo de cerca de quarenta jovens, seminaristas da Universidade Gregoriana Pontifícia. Essa aula, eu viria a saber, fazia parte do currículo regular deles. Eu já havia conhecido o palestrante, Cornelius Rijk, um judeu holandês que se tornou sacerdote católico e chefe do SIDIC. Anotei suas lentas palavras em inglês, carregadas de sotaque:

"Alguns judeus aceitaram Jesus como o Messias. A maioria dos judeus não o aceitou, não podia aceitá-lo", (ênfase dele). "Os que não puderam continuaram sendo o Povo de Deus. Os cristãos são o Novo Povo de Deus. Jesus é o cumprimento das Profecias; a Igreja não é. Portanto, ainda vivemos num tempo de não cumprimento.

"Judeus e cristãos (ele nunca usou a palavra "Católico" nem a palavra "Cristo") têm um passado comum e um futuro comum, mas agora têm uma certa tensão porque, enquanto os judeus sabem que o Messias ainda não veio, os cristãos dizem que o Messias veio."

Incrivelmente, sob essa barragem de blasfêmia, nem um só dos candidatos de elite ao sacerdócio, e provavelmente destinados à hierarquia, sequer murmurou. Prosseguia a lição ímpia:

"Mas nós, cristãos, não somos estreitos demais em nossa interpretação da palavra "*Messias*"? Afinal, o que ela significa? Um ungido, portanto um rei, como o Rei Davi. A ideia judaica da palavra *Messias* é muito mais realista. Como a ideia de Redenção. Não a espiritualizamos demais? Libertação é Redenção; os judeus libertados dos nazistas, isso é Redenção. Nós, cristãos, precisamos de mais diálogo com os judeus para que eles possam nos ajudar a ter mais realismo…"

Enquanto a Gregoriana jesuíta produz Cristo-judeus e a Louvain jesuíta, Cristo-marxistas, na Índia são os Cristo-hindus. Um leitor escreve de Nova Déli: “No seminário jesuíta daqui, pede-se aos estudantes que se sentem e meditem diante de uma grande pintura da serpente de muitas cabeças chamada *Ananthasyanam*, sobre a qual o deus Vishnu reclina”.

Ocupação Inimiga. De que outro modo poderia Roma, à medida que se aproxima o *Anno Domini* 2000, empilhar falsa acusação sobre falsa acusação contra vinte séculos de catolicismo? O que, senão o antagonismo profundamente enraizado de um inimigo, poderia nos pedir que implorássemos perdão ao Islã pelas Cruzadas e pela Reconquista da Espanha, ao protestantismo pela Contra-Reforma, à Internacional Socialista por resgatar a Espanha do bolchevismo, aos judeus pela Shoá e às mulheres por quem sabe o quê? Apropriadamente, os Ocupantes estão preparando um Jubileu do Antigo Testamento — aquele “chamado de trombeta ao arrependimento!”

Arrependamo-nos, sim, de cada um dos nossos pecados. Contudo, esse pedido coletivo de perdão nada tem a ver com nossos pecados. Antes, fabrica uma agenda histórica não católica e, em seguida, passa a atacar a Igreja por não tê-la observado.

Há outra tradução da palavra-raiz *jubilare*, que é “bradar de alegria”. Que nós, que nos mantemos fiéis à Fé, brademos louvor, honra e gratidão ao olhar para trás, para o que foi a Civilização Cristã. Que brademos nossa homenagem a seus santos, seus mártires, suas legiões de santos sacerdotes, monges e freiras, a seus missionários, bons papas, reis e rainhas, seus professores, guerreiros, exploradores, artistas e construtores. Em meio ao tumulto e à privação do nosso tempo, recordar um mundo permeado pela graça santificante da verdadeira Missa e dos Sacramentos deve nos levar a contrapor celebração à incriminação!

E agora, para a frente? Embora anos de observação atenta não deem autoridade, dão perspectiva, e, com base nisso, faço o apelo para que os católicos tradicionalistas mudem de rumo. Deixemos a Deus a escolha de

um papa verdadeiro. As várias tentativas patéticas de realizar conclaves não deram em nada. Há, no entanto, uma tarefa de tremenda urgência diante de nós, à medida que a escuridão de uma Nova Era mundialista se fecha sobre nós, e essa tarefa é compreender a Doutrina e apegar-nos firmemente a ela. Uma vez que todos nós, que experimentamos a Fé antes das mudanças, tenhamos partido (para deleite dos Ocupantes!), enquanto os meios de comunicação controlados pelo inimigo aumentam sua eficácia dia após dia, aquilo que Pio X chamou de "o assentimento do intelecto à verdade recebida" pode tornar-se intensamente desafiador e tão distante da norma global a ponto de ser perigoso. Mas esse será o fardo dos verdadeiros católicos. Essa será a batalha à frente.

Mary Ball Martínez

Cidade do México, agosto de 1998

Fontes

Conferências de imprensa

Papa João Paulo I; Cardeais: Wojtyla, Casaroli, König, Bea, Benelli, Hume, Kral, Tomko, Bernardin, Wright, Suenens, Höffner, Pignedoli, Etchegaray, Willebrands; Padres: Arrupe, Greely, Gutierrez, etc.

Onde a autora esteve presente

Peregrinações a Roma 1971, 1972, Ano Santo... ordenações em Econe 1976, 1978, 1981... os "Carismáticos" em São Pedro... os funerais papais... Dias de Paz de Assis... CELAM em Puebla, México... Sínodos Episcopais Mundiais (cinco entre 1974 e 1985) ... a Congregação Jesuíta, etc.

Entrevistas, conversas particulares

Mons. Lefebvre (seis longas entrevistas); Bispos: S. Ruiz, R. Williamson, G. des Couriers; Padres: J. Saenz y Arriago, G. Putti, M. Adler, R. Graham, K. Baker, P. Arrupe, G. de Nantes, J. Ducaud-Bourget, D. Bonneterre, V. Miceli, F. Sullivan, N. Barbara, R. Tucci, G. Caprile, A. Caruso, e leigos: H. Frazer, J. Navarro-Vats, E. Gerstner, W. Siebel, M. de Corte, J. Madiran, A. Gomez Robledo, R. Anderson, G. Thibon, A. Rius Facius, M. Davies, D. James, G. Rospigliosi, R. Goldie, J. Meyer, R. Coomaraswamy, M. Tedeschi, S. Borrego, H. Stehle, etc.

Informações especiais

- Boletins diários da imprensa do Vaticano, 1973-1987.
- Boletins diários da *Rádio Vaticano*.
- Diários italianos: *Il Messaggero*, *Il Tempo*, *L'Osservatore Romano*, *Corriere della Sera*.
- Viagens de retorno a Roma em 1992, 1996, para consulta.

Bibliografia

Abbot A. Documents of Vatican II, Guild Press, Nova York Alementi, D. Il Caso Lefebvre, Cartia, Roma Anderson, R. St. Pius X, St. Michael, Roma Andreotti, G. Ore 13, Rizzoli, Milão Arcand, A. *A Bas la Haine!*, Verne, Montreal Ayala Ponce, J. Introduction a la Masonerfa, Gomez, Cidade do México

Belloc, H. The Great Heresies, Shoed & Ward, Londres Bonneterre, D. *Le Movement Liturgique*, Fideliter, Paris Borrego, S. *Derrota Mundial*, Cidade do México Borrego, S. *Metas Politicas*, Cidade do México Buehle, M. Rafael Merry Del Val, Lumen Christi, Houston

Carpi, P. *Le Profezie di Giovanni XXIII*, Milão Carile, S. *Movimento Modernists Italiano*, Gerione, Milão Caruso, A. *Dio Contestato*, Liver, Nápoles Casini, The Torn Tunic, Fideliter, Roma Cianfarra, C. The Vatican and the War, Dutton, Nova York Crano, G. Diaries Coulombe, C. Everyman Call Rome, Charlemagne, Califórnia Congar, Y. Challenge to the Church, Collins, Londres Coomaraswamy, R. Destruction of Christian Tradition, Perennial, Londres Cotter, J., A Study in Syncretism, Flesherton, Canadá Curver, A. *Le Pape Outragé*, Laffont, Paris

Davies, M. Pope John's Council, Augustine, Inglaterra Davies, M. Cranmer's Godly Order, Augustine, Inglaterra Davies, M. *Apologia pro Msgr. Lefebvre*, Angeles Press De Corte, M. *La Grande Heresia*, Volpe, Roma Dulles, A. Models of the Church, Doubleday, Nova York

Elliot, L. I Will Be Called John, Dutton, Nova York Eppstein, J. Has the Catholic Church Gone Mad?, Arlington, N. Rochelle

Fabre-Luce, M. *Processo a De Gaulle*, Borghese, Roma Fahey, D. The Mystical Body of

Christ, Omni, Califórnia Falconi, C.11 *Silenzio di Pio XII*, Sugar, Milão Felici, L. *St. Pio X*, Courier de Roma, Paris Figueras, A. Msgr. Ducaud-Bourget, Chiré, Paris Floridi, U. *Moscou e il Vaticano*, Matriona, Milão “Fra Ignoto” *La Preghiera dei Massone*, Nazionale, Milão Fry, L. Waters Flowing Eastward, Briton’s, Inglaterra

Gambra, J. *Mons. Lefebvre*, Mumbert, Madri Gautier, R. *Monseigneur Lefebvre*, Albatros, Nevers Gerstner, E. *Die Traditionalisten*, Benziger, Zurique

Gibson, H. Paul VI’s Legacy, Panakal, Índia Gomez Robledo, M. *El Caso Lefebvre*, Cidade do México

Helecki, O. Eugenio Pacelli, Farrar, Toronto Hann, J. Non, Stock, Paris Hatch, A. A Man Named John Heenan, J. Crown of Thorns, Hawthorne, Nova York Hertz, S. The Star-Spangled Heresy, Veritas, Califórnia Hitchcock, J. Decline of Radical Catholicism, Herder Hutin, S. *La Massonerfa*, Mondatori, Milão

Isaac, J. *L’Enseignement du Mdpris*, Fasquelle, Paris Isorni, J. *Uomini di Dio e del Diablo*, Volpe, Roma

James, D. Red Tactics in the Americas, Day, Nova York Jouin, J. Christian Books Jurjevic, R. Contemporary Faces of Satan, ICHTC, Colorado

Kaiser. R. Pope, Council and World, MacMillan, Nova York Katz, R. Black Sabbath, Barker, Londres Kramer-Badoni *Roma and Lefebvre*, Herbig, Berlim Kümhelt-Leddilin, E. Leftism, Arlington, N. Rochelle Küng, Hans Council, Reform, Renewal, Image, Nova York

Lapide, P. The Last 3 Popes & the Jews, Londres Lefebvre, M. *Un Eveque Parle*, St. Martin, Suíça Lefebvre, M. *J’Accuse le Concile*, St. Gabriel, Suíça Lemur, J.B. *Catechisms sur Modernisme*, PERC, Roma Le Roux, D. *Pierre, M’Aimes Tu?*, Fideliter, Paris Levy, G. Catholic Church & Nazi Germany, McGraw-Hill, Nova York

“Lo Svizzero” *La Chiesa Dopo Giovanni*, 11 Borghese, Roma

Madiran, J. *Le Sainte Office et Msgr. Lefebvre*, Itineraires, Paris Malinsky, M. *Mon Ami, Karol Wojtyla*, Centurian, Paris Manifold, D. Fatima & The Great Conspiracy, Firenze, Irlanda Magafia, M. *Puebla, 1979*, Alfa, México Maritain, J. True Humanism, Sheed, Ward, Londres Maritain. J. Twilight of Civilization, Sheed, Ward, Londres Martin, M. *La Dificile Scelta*, Feltrinelli, Milão Martin, M. The Final Conclave, Putnam, Nova York Martin, M. Decline & Fall of the Roman Church, Putnam, Nova York Martin, M. *Los Jesuitas*, Laser, Cidade do México Marziac, l. *Soleil Levant ou Couchant?*, Riddes, Suíça Mauriac C. The Other De Gaulle, Angus, Londres McCullagh, F. Red Mexico, Camer, Montreal Meyer, J. *Apocalypse au Mexique*, Gallinard, Paris Miceli, V. The Anti-Christ, Arlington, N. Rochelle
Miceli, V. The Gods of Atheism, Arlington, N. Rochelle Murphy, McEuin Synod ’67, Bruce, Milwaukee

Normandin, Y. *Un Curd dans la Rue*, Heritage, Montreal O’Connor, J. The People vs Rome, Random House O’Carroll, M. Greatness Dishonored, Franciscan, Chicago Oram, J. Pope John Paul II, Austrália Orolowsky, V. By Way of Deception, St. Martin, Nova York

Pallenburg, C. Inside the Vatican, Hawthorne, Nova York Parrot-Panakal *Veni Sancti Spiritu*, Panakal, Índia Peyrefitte, R. *Le Cavaliers di Malta*, Longhesi, Milão Peyrefitte, R. *Les Juifs*, Flamarion, Paris Pinay, M. The Plot Against the Church, St. Anthony, Califórnia Poradowsky, M. *Marxismo Invade la Iglesia*, Univ. Valparaiso, Chile Ploeg, van der, M. Sacrifice & Priesthood, Augustine, Inglaterra Pompier, C. *La Massoneria Primitive*, Progreso, Cidade do México Purdy, W.A. Church on the Move, Hollis, Londres Raffalt, R. *Wohin Steuert die Vatikan?*, Piper, Munique Rahner-Von Galli *La Reforma que Viene de Roma*, Guarda, Barcelona Roche, G. *Pie XII Avant l’Histoire*, Paris Rothkranz, J. *Der Vertrag von Maastricht*, Anton Schmid, Alemanha Rius Facius, A. *Mexico*

Cristero!, Patna, Cidade do México

Salleron, L. *Soversione nella Liturgic*, Volpe, Roma Sóront, P. *Les Vaincus de la Liberación*, Document, Paris Stehle, H. *Die Ostpolitik des Vatikans*, Piper, Munique Steichen, D. Ungodly Rage, San Francisco, Califórnia Svidercoschi, C. *La Storia del Concilio*, Milão Tanferne, M. *L'Essenza delta Massoneria*, Parya, Roma Tedeschi, M. *Il Pericolo del Concilio*, 11 Borghese, Roma Teilhard du C., P. Letters of a Traveler, Collins, Londres

Vannoni, G. *Le Societe Segrete*,

Sunsone, Florença Vida Elmer, J. Smoke of the Anti-Christ, Albany, N.Y. Villani, K. Italian Foreign Policy, Adair, Nova York

Wathen, J. The Great Sacrilege, Hawthorne, Nova York Wathen, J. Who Shall Ascend? Wiltgen, R. The Rhine Flows Into the Tiber

"Xavier Rynne" Vatican Council II,

Farrar Strauss, Nova York Yallop, D.

In God's Name, Jonathon Cape,

Londres